

JACIRA SAAVEDRA FARIAS

A forma da inFORMALidade:

uma análise da morfologia urbana da Rocinha

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PROURB/FAU/UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Urbanismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Luciana da Silva Andrade

Rio de Janeiro

2009



Farias, Jacira Saavedra.

F224 A forma da informalidade: uma análise da morfologia urbana da Rocinha / Jacira Saavedra Farias. Rio de Janeiro: UFRJ / FAU, 2009.

vi, 118 f.: il.; 30 cm.

Orientadora: Luciana da Silva Andrade.

Dissertação (mestrado) – UFRJ / PROURB / Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2009.

Referências bibliográficas: f. 108-112.

1. Urbanismo. 2. Morfologia urbana. 3. Rocinha (Rio de Janeiro, RJ). 4. Favelas. I. Andrade, Luciana da Silva. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

CDD 711

JACIRA SAAVEDRA FARIAS

A forma da inFORMAlidade:

uma análise da morfologia urbana da Rocinha

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PROURB/FAU/UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Urbanismo.

Aprovado em:

Prof^a. Dr^a. Luciana da Silva Andrade – Orientadora
PROURB/FAU/UFRJ

Prof^a. Dr^a. Ana Lucia Britto
PROURB/FAU/UFRJ

Prof^a. Dr^a. Maria Laís Pereira da Silva
PPGEU/UFF

Agradecimentos

À minha orientadora;

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Urbanismo da FAU-UFRJ;

Ao meu marido Ricardo;

Aos meus pais e irmãos, especialmente a minha mãe;

À minha sócia Juliana da Dois Tempos e às minhas amigas da Arquitraço.

"Qualquer coisa, conforme se considera, é um assombro ou um estorvo, um tudo ou um nada, um caminho ou uma preocupação. Considerá-la cada vez de um modo diferente é renová-la, multiplicá-la por si mesma. É por isso que o espírito contemplativo tem à sua volta um universo inteiro".

Fernando Pessoa, 1888-1935.

Livro do desassossego. São Paulo. Companhia das Letras, 2002:118.

Resumo

Esta dissertação de mestrado trata dos fatores que levam a uma configuração formal urbana aparentemente aleatória como a encontrada em algumas favelas do Rio de Janeiro. Tomando como método a investigação de elementos da forma urbana, buscou-se detectar as marcas dos fatores geradores de cada configuração. A favela da Rocinha foi adotada como experiência de aplicação deste método de análise. Os fatores geradores da configuração da favela incluem desde características naturais do sítio, passando pelos usos e valores culturais específicos de cada ocupação, até as intervenções institucionais de urbanização. A forma da favela foi estudada como “estrutura revelada” (SANTOS, 1985), ou seja, como resultante de modos de organização, da função prevista e de ações ao longo do tempo. Ao buscar elementos da forma da favela que possam revelar sua evolução e sua configuração presente, a pesquisa fornece insumos e embasamento teórico para projetos em favelas.

Abstract

This study deals with factors that lead to the apparently random configuration found in some slums in Rio de Janeiro. The method adopted was the investigation of urban form elements. The research tried to detect the generating factors marks of each configuration found. The Rocinha slum was adopted as an experience for the use of this method. The slum's configuration generating factors include the site's natural characteristics, its uses and occupation cultural values and its urbanizing institutional interventions. The form of the slum was studied as a “revealed structure” (SANTOS, 1985), that is, as a resultant of organizational forms, foreseen functions and actions taken through time. By searching elements of the slum's form that could show its evolution and its present configuration, the research offers data and theoretical foundation to urbanization projects in slums.

Índice

Introdução.....	2
PARTE I – Morfologia urbana e favelas cariocas	11
1 Para estudar a forma urbana.....	11
1.1 Formas e processos	11
1.2 Forma urbana	14
2 Favelas cariocas	18
2.1 Um outro espaço urbano: favela	18
2.2 Favelas no Rio de Janeiro	24
2.3 Urbanização de favelas: algumas iniciativas recentes no Rio de Janeiro.....	31
2.4 Cidadania e localização	33
PARTE II – O estudo da forma da favela.....	42
3 Fatores de configuração	42
3.1 Coexistência	43
3.2 Transcrição.....	46
3.3 Topografia.....	50
3.4 Parcelamento.....	51
3.5 Conurbação e sinoecismo	56
3.6 Legislação e códigos locais	59
PARTE III - A Rocinha sob a ótica da forma.....	62
4 A construção da Rocinha	62
5 Indícios da evolução morfológica da Rocinha	70
5.1 A coexistência de padrões	70
5.2 A transcrição de padrões.....	79
5.3 Topografia como fator.....	83
5.4 Parcelamento e traçado viário	87
5.5 Fusão de territórios	92
5.6 Legislação e usos cotidianos	94
6 Rocinha – indícios e processos	100
Considerações finais.....	103
Proposta para uma abordagem sistematizada	103
Cenários para a Rocinha – contribuição do urbanista	106
Bibliografia	108

Introdução

Em meados da década de 1990 a prefeitura do Rio de Janeiro iniciou o programa Favela-Bairro, voltado para a urbanização de favelas da cidade. Apesar do cumprimento ou não dos objetivos do programa, a iniciativa representou para os arquitetos-urbanistas a abertura de um campo de atuação que não fazia parte das atividades dos profissionais de escritório. Para os *calouros*, mais ainda, já que é fraca a memória das experiências de Carlos Nelson Pereira dos Santos e da CODESCO¹. Para essa nova geração de arquitetos, era a oportunidade de conhecer outra perspectiva da cidade, subir os morros com suas favelas e desvendar um labirinto.

Nesse período, uma “*verdadeira explosão*” de estudos sobre favelas foi constatada por Valladares (2003). Existe atualmente uma vasta bibliografia sobre favelas do Rio de Janeiro, mas há muito ainda por estudar². Reconhecer as favelas como estruturas urbanas diferenciadas dos bairros e entre si, e ao mesmo tempo, como um tipo de artefato urbano legítimo é um desafio. De um lado, há a especificidade de cada lugar e mais uma série de características que não são específicas das favelas, mas sim da cidade contemporânea, de seus bairros e de outras configurações de habitação urbana como bairros da periferia, conjuntos habitacionais e loteamentos. De outro lado, há todo um conjunto de características notáveis que podem fazer das favelas um tipo diferenciado na diversidade urbana (Valladares, 2005).

A compreensão do processo de construção das favelas passa por diversas possibilidades de abordagem. O entendimento de questões econômicas que criam as condições para estratificar a sociedade e restringir grupos do pleno acesso à cidadania

¹ Referência às iniciativas da Companhia para Desenvolvimento de Comunidade - CODESCO - e das experiências de Carlos Nelson Pereira dos Santos (1980, 1981) e seu escritório Quadra na década de 1970 em Braz de Pina e no Morro Azul.

² Sobre a favela da Rocinha, Valladares (2003) encontrou cem publicações até o ano 2000. Textos acadêmicos abrangendo também períodos anteriores podem ser encontrados em Valladares (1992)

é uma das formas de entender a constituição desses espaços na cidade, ótica adotada por Abramo (2001) e Ferreira e Velloso (2009). A investigação com viés sociológico aborda questões de mobilidade da população, intensidade do crescimento das favelas e outros aspectos que ajudam a compreender “quem” é o morador-produtor das favelas. A antropologia estuda usos e costumes que estruturam culturalmente o ambiente como no caso das pesquisas de Zaluar e Alvito (1998) e Leeds (1998).

O estudo do arquiteto-urbanista nesta dissertação busca ser atento à abordagem através da forma do espaço, reconhecendo que a forma da cidade – e portanto, da favela – é resultado antes de mais nada das estruturas naturais e culturais (Santos, 1985). Trabalhamos no campo da morfologia urbana, entendido como o estudo do *“... tecido urbano e seus elementos construídos formadores através de sua evolução, transformações, inter-relações e dos processos sociais que os geraram.”* (Del Rio, 1990:71)

Esta dissertação está fundamentada teoricamente em dois autores, Milton Santos (1985, 2008) e Spiro Kostof (1991). Ela está dividida em três partes numa aproximação gradual ao objeto de estudo, a forma das favelas. A Parte I apresenta a fundamentação teórica expondo conceitos gerais de morfologia urbana pela abordagem dos autores Santos (1985, 2008) e Kostof (1991) referenciais deste estudo. Ainda na primeira parte também são discutidas diversas definições para favelas do Rio de Janeiro sob diferentes óticas e é apresentada uma contextualização do artefato na cidade e no histórico das políticas de urbanização. Na Parte II são sistematizadas as categorias de análise a partir da discussão de diversos fatores de conformação dos espaços favelados no Rio de Janeiro. Na Parte III apresentamos uma proposta de aplicação do sistema de análise a partir de tais categorias com um estudo da forma da Rocinha, favela na Zona Sul do Rio de Janeiro.

A Rocinha, com sua morfologia eclética, reúne aspectos encontrados em diferentes favelas do Rio de Janeiro, sendo um rico “laboratório” nesse campo. Além disso, há vários levantamentos de informação e vasta literatura sobre a favela – o que contribuiu para embasar algumas suposições deste trabalho.

O objetivo principal da pesquisa foi estudar os fatores que levam a uma configuração formal urbana aparentemente aleatória como a encontrada em algumas favelas do Rio de Janeiro. Tomando como método a investigação de elementos da forma urbana, buscamos detectar as marcas dos fatores geradores de cada configuração. A favela da Rocinha foi adotada como experiência de aplicação deste método de análise. Os fatores geradores da configuração da favela incluem desde características naturais do sítio, passando pelos usos e valores culturais específicos de cada ocupação, até as intervenções institucionais de urbanização.

Estudamos a forma da favela como “estrutura revelada” (SANTOS, 1985:51), ou seja, como resultante de modos de organização, da função prevista e de ações ao longo do tempo. Ao buscar elementos da forma da favela que possam revelar sua evolução e sua configuração presente, a pesquisa fornece insumos e embasamento teórico para arquiteto-urbanista que projeta para favelas (voltado para o futuro). O período de referência do estudo é de 2007 a 2009, quando ainda se encontram resquícios da evolução da favela desde 1925.

Entender a constituição das favelas é importante para complementar a compreensão da cidade como um todo e para a evolução do estudo de sua morfologia urbana. A pesquisa se apóia em trabalhos produzidos institucionalmente para embasamento de projetos públicos de urbanização de favelas como pesquisas tipo diagnóstico e memoriais. Usamos também dados geo-referenciados levantados *in loco* pela autora entre 1995 e 2008.

O tráfico de drogas criou problemas de acesso a algumas partes da Rocinha – que não puderam ser mapeadas de forma ideal – como os setores Vila Cruzado e 199. Isso – e ausência de uma equipe de pesquisa – fez com que fosse preciso usar dados de fontes secundárias. Para a execução desta pesquisa recuperamos dados de levantamento de campo anotados pela autora ao longo de sua experiência profissional complementados por consultas aos relatórios produzidos institucionalmente no Âmbito do programa Favela-Bairro entre 1996 e 2003 e que foram apresentados como casos referência na Parte II. Os dados quantitativos da Rocinha e as bases de mapas foram captados no relatório diagnóstico do PAC-Rocinha (2008) e do Rocinha Legal (2006 e 2007). Complementando a pesquisa foram feitas visitas a campo em 2008 atualizando alguns dados e coletando novas informações de caráter qualitativo e de apreensão do espaço sob a ótica deste estudo.

A evolução constante das favelas e da legislação urbana durante o período de estudo é uma característica do objeto pesquisado mas também um complicador – levou a constantes atualizações tanto de informações sobre políticas para o setor quanto de dados a serem incorporados à pesquisa.

A interpretação da forma de favelas do Rio de Janeiro foi conduzida neste estudo buscando perceber as razões para as diferentes configurações morfológicas em favelas cariocas. Através da pesquisa de elementos da forma de uma favela que possam revelar sua evolução e explicar sua configuração presente, procuramos discutir sobre configurações e elementos da forma urbana vistos sob uma perspectiva temporal. Nesse sentido, a pesquisa visa proporcionar instrumental que subsidie o levantamento de informações para projetos urbanos em favelas, contribuindo para melhorar as ações públicas de transformação física das favelas e ampliar a compreensão do espaço urbano do Rio de Janeiro.

Pesquisamos além da bibliografia no campo da morfologia urbana, trabalhos que abordam ordem social, usos, e estratégias cotidianas nas favelas, reconhecendo esses temas como elementos geradores da forma urbana. Outro grupo de autores estuda favelas a partir do viés da reconstrução histórica, acrescentando dados importantes para a pesquisa da forma urbana. Pesquisamos também trabalhos produzidos institucionalmente para embasamento de projetos públicos de urbanização de favelas como pesquisas tipo diagnóstico e memoriais, que contém diversos tipos de mapa e dados levantados *in loco*.

Encontramos muitos trabalhos que se referem à forma urbana das favelas com foco nas teorias da percepção do espaço propostas por Kevin Lynch (1981) e Gordon Cullen (1993), cujos métodos para análise e atuação no espaço urbano buscam elementos e qualidades estruturadoras do espaço a partir da percepção do usuário.

Quanto à diversidade de padrões morfológicos encontrados nas favelas cariocas, Lilian Vaz e Paola Berenstein-Jacques (2003) em seu artigo "*Formas urbanas de favelas cariocas*" relacionam a forma e os padrões de configuração com a história da construção do lugar apresentando o estudo do caso da favela da Maré. Vicente Del Rio (1990) também faz uma análise físico-espacial da favela da Maré identificando padrões adotados pelos moradores na confecção de seu espaço e faz um estudo de formação da malha urbana local.

Outros autores produziram estudos sobre morfologia de favelas que resultaram em imagens ou abstrações para expressar aspectos constatados por cada autor no que diz respeito à evolução da forma. Por exemplo, a descrição do *crescimento rizomático* desenvolvida por Paola Berenstein-Jacques (2001) e a proposta de figuras conceituais para definir uma estética própria das favelas caracterizadas como *heterotópicas* (espaço do outro). Berenstein-Jacques (2001) destaca figuras como *fragmentos*, *labirinto* e *rizoma* para representar a essência do caráter efêmero da

forma das favelas. Outra referência é a análise do desenvolvimento de uma *barriada* no Peru apresentada por Wiley Ludeña (2003) através da teoria de desenvolvimento de fractais e da identificação de elementos ordenadores como fatores de configuração.

Na Parte I Capítulo 1, trabalhamos a sistematização do espaço proposta por Milton Santos (1985, 2008), que é percebido pelo autor como o conjunto de elementos físicos resultante de modos de organização, função prevista e ações ao longo do tempo a partir do qual propõe um grupo de "*categorias primárias*" – forma, função, estrutura e processos. A sistematização de Santos (2008) ancora nossa análise morfológica com uma base de conceitos mais completa e que melhor abrange a complexidade subjetiva da realidade urbana contemporânea além da sua materialidade.

Em "*A Natureza do Espaço*" (2008), Santos defende o estudo da forma como uma "*...visão renovada da dialética concreta (que) abre novos caminhos para o entendimento do espaço*"(Santos, 2008:126). Propõe a análise dessa *forma-conteúdo* como expressão da estrutura e dos processos de um espaço estudado e também como elemento ativo na configuração espacial urbana.

O autor percebe a existência de sub-espacos, recortes especializados que, na sistematização de Santos (1985) se relacionam de maneira hierarquizada numa dinâmica centro-periférica quanto à possibilidade de acesso a recursos como tecnologia, informação ou capital e, por outro lado, dialética, uma vez que "*...o consumo imaginado, mas não atendido – essa 'carência fundamental' no dizer de Sartre -, produz um desconforto criador*" (Santos, 2008:326). A relação centro-periferia, nessa visão, é composta por um movimento de troca de influências, por uma força centrípeta e por outra centrífuga, que não funcionam equilibradamente como na física cinética. Partindo da sistematização de Santos (2008), entendemos

que as favelas cariocas se organizam na cidade como sub-espços mais ou menos periféricos, havendo diferentes graus de intimidade com os espaços centrais.

Ainda no primeiro capítulo, apresentamos a abordagem da morfologia das favelas presente neste estudo construída a partir de Spiro Kostof, em "*The city shaped*" (1991). Esse autor, coerentemente com a visão de Santos (2008) reconhece a forma urbana como resultado de fatores relacionados ao processo de ocupação do território. Kostof (1991) analisa a morfologia das cidades buscando indícios da sua evolução, reconhecendo a forma como resultado de fatores relacionados ao processo de ocupação do território numa perspectiva histórica. Assim, agrupa as cidades em cinco tipos ou padrões formais o "orgânico", a malha, o diagrama, a imponente (no original, *grand manner*), e o skyline.

Dentre essas categorias, o estudo da evolução de cidades identificadas como padrão "orgânico" ou geradas de forma espontânea, no sentido de não serem alvo de iniciativas de outros agentes que não os moradores, é o que foi a principal referência para análise da morfologia das favelas nesta dissertação. O próprio Kostof faz alguns comentários sobre favelas e *barriadas* da América Latina quando aborda padrões "orgânicos" e assentamentos espontâneos. Para esse padrão de cidade, o autor identificou como fatores de conformação geradores das formas "orgânicas" a diversidade de combinações de padrões morfológicos a topografia, o sistema de parcelamento da terra, movimentos de fusão de territórios e as leis e ordem social vigentes.

No Capítulo 2, apresentamos definições com diversas óticas das favelas cariocas como artefato e objeto de estudo. Nesse capítulo, as favelas cariocas são definidas como recorte urbano pela especificidade de seus componentes, processos, carências, riscos e contrastes, sempre a partir da premissa teórica deste estudo. O conceito é complementado pela referência ao contexto histórico da evolução urbana e

das favelas no Rio de Janeiro e pela discussão sobre a dinâmica social nesse espaço a partir do conceito de cidadania de Roberto DaMatta.

DaMatta em "*Carnavais, Malandros e Heróis*" (1983) e "*A Casa e a Rua*" (1987) aborda organização social, usos cotidianos e estratégias de sobrevivência revelando códigos implícitos nas decisões dos brasileiros, apresentando a idéia da relativização do conceito de cidadania: a sub-cidadania. Entendemos que esse aspecto se relaciona com fatores comportamentais que impactam a constituição física do espaço favelado, tais como a questão da privatização de espaços públicos nas favelas (Andrade,2002), a criminalização da favela (Zaluar,1994, Leeds,1998 e Campos,2005) e com o efeito da tribalização ou identidade territorial (Gomes,2002).

A Parte II, que contém o Capítulo 3, apresenta a metodologia indicando as categorias de análise a partir dos fatores de configuração de Spiro Kostof (1991) relacionados a exemplos de aplicação do método em algumas favelas cariocas. A análise parte do levantamento físico usando a base de dados gerada em levantamentos de campo realizados para cumprir objetivos dos projetos e pesquisas do Programa Favela-Bairro (1997 a 2003) e do PAC – Rocinha (2008). Busca-se nesse estudo identificar os processos de construção da forma, já que a forma das favelas é extremamente efêmera, modificada diariamente. As plantas cadastrais, aerofotos e levantamentos de campo são usados como fragmentos de informação, dada a dinâmica de transformação, e precisam ser complementados pela investigação e interpretação da forma como indício de um processo.

Na Parte II, os capítulos 4, 5 e 6 contém a análise da favela Rocinha, na Zona Sul do Rio de Janeiro, a partir do método proposto. No Capítulo 4, apresentamos uma série de informações sobre Rocinha como localização, dados históricos e descritivos, importantes como introdução à análise propriamente dita nos Capítulos 5 e 6. A pesquisa sobre a favela Rocinha foi embasada principalmente nos diagnósticos e

pesquisas da prefeitura e do governo do estado do Rio de Janeiro e em vistas de campo. Também buscamos informações nas teses de doutorado de Andrade(2002) e Leitão (2004), na tese de mestrado de Lygia Segala (1991) da Antropologia do Museu Histórico Nacional e no livro de Maria Laís Pereira da Silva sobre a história das favelas no Rio de Janeiro "*Favelas Cariocas, 1930-1964*"(2005).

No Capítulo 5 a Rocinha é estudada sob a ótica de cada um dos seis fatores de configuração propostos por Kostof. São abordados aspectos como a percepção de diferentes padrões de configuração e sua disposição no espaço estudado, a permanência de elementos construtivos, a topografia e sua importância na dinâmica da Rocinha, a forte influência do processo de parcelamento na evolução da favela, as relações da Rocinha com os bairros vizinhos e seus limites e o impacto da legislação urbanística e dos códigos locais sobre a forma urbana. O Capítulo 6 contém uma análise relacionando características físicas e processos identificados no estudo do capítulo anterior, complementando a aplicação do sistema de análise.

Nas considerações finais apresentamos uma sistematização da metodologia utilizada no estudo através de um quadro relacionando as conexões entre forma e conteúdo (Santos, 2008) e revisando conceitos discutidos nos capítulos iniciais. Fechamos o estudo com algumas tendências observadas a partir da análise da Rocinha, esboçando cenários como uma contribuição do urbanista para ações de âmbito público.

PARTE I – Morfologia urbana e favelas cariocas

1 Para estudar a forma urbana

O estudo da morfologia urbana pode expôr uma série de informações que extrapolam a análise dos objetos e sua forma. Milton Santos (1985) propôs um método para o estudo do espaço urbano como um sistema de objetos e ações, fundindo os artefatos e as relações humanas de maneira indissociável. Neste estudo trabalhamos a sistematização do espaço proposta por Santos (1985), buscando manter em vista a *totalidade* da complexa composição urbana durante a investigação da forma. O autor percebe o espaço como o conjunto de elementos físicos resultante de modos de organização, função prevista e ações ao longo do tempo e apresenta um grupo de “categorias primárias” – forma, função, estrutura e processos. Numa análise através da sistematização de Santos (1985) a forma da favela é interpretada como uma “estrutura revelada”, ou seja: ao mesmo tempo resultante e fator das outras categorias.

A análise da forma urbana foi complementada pelas categorias propostas por Spiro Kostof, em “*The city shaped*” (1991) que identifica classes de ações como fatores de conformação do espaço urbano em cidades não-planejadas. O autor analisa a evolução das cidades a partir de sua morfologia, reconhecendo a forma como resultado de fatores relacionados ao processo de ocupação do território. Kostof (1991) apresenta seis categorias principais: a adaptação à topografia do sítio, parcelamento da terra, leis e ordem social vigentes, fusão de territórios e combinações de padrões morfológicos.

1.1 Formas e processos

Milton Santos apresentou em 1985 um método de interpretação do espaço ou paisagem como um sistema de elementos de ação e de objetos ou artefatos. O conceito de *elementos de ação* abrange as relações sociais e o conjunto de *objetos*

abarca o que o autor chamou posteriormente de configuração territorial. Assim, o espaço como tal sistema é *"...a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais"* (Santos, 2008:109). Entendendo sistema como um conjunto de elementos inter-relacionados, Santos (1985) apresentou quatro categorias que podem ser estudadas para uma boa compreensão de um espaço.

O espaço analisado por Santos (1985) é a *totalidade social*, a paisagem com seus modos de organização e seus agentes de transformação tal como se apresentam. Para Santos, *"...o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente transformação"* (Santos, 1985:49). Essa afirmação aponta para o caráter dinâmico do espaço, em constante mudança ao longo do tempo, e seu entendimento como resultado da produção coletiva da sociedade. Nesse sentido, Santos coloca que *"...a sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história."* (Santos, 1985:49).

As quatro categorias foram definidas por Santos (1985) para *"...para estudar o espaço e compreender sua relação com a sociedade, pois esta é que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura"* (Santos, 1985:49). *Processos, estrutura, função e forma* são quatro partes da realidade a serem analisadas em conjunto e relacionadas entre si segundo esse método de interpretação do espaço. As três primeiras partes, agrupadas como os elementos de ação, forças transformadoras dos artefatos ou *formas*.

Para maior clareza, Santos elaborou definições básicas para cada categoria:

"Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se ademais ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. (...) Função, de acordo com o dicionário Webster, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. Estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção."

Processo pode ser definido como uma ação continua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança” . (Santos,1985:50)

Santos (1985) não hierarquiza as categorias propostas, mas em *"A Natureza do Espaço"* (2008[1996]) revisa a categoria *forma* reforçando sua definição como elemento capaz de influenciar o sistema de ações, e reconhece que *"... a forma-conteúdo tem um papel ativo no movimento do todo social"* (2008:126).

Assim, inicialmente, para Santos *"...as formas ou artefatos de uma paisagem são o resultado de processos passados ocorridos na estrutura subjacente"*(1985:51). Posteriormente o autor atribuiu à *forma* o status de *fator* de transformação além de *resultado*. Agora, rebatizada como *forma-conteúdo*, a configuração territorial *"... não é apenas um receptáculo da história"* (2008:126).

Ao observar a paisagem ou a totalidade, percebe-se a diferenciação do espaço com diversas possibilidades de redes de relações em diferentes escalas de abordagem. A análise de fragmentos ou recortes da totalidade revela *"...impactos de várias origens, de diversas ordens e significados."* (Santos,1985:34). São recortes especializados ou subespaços, que se encaixam de maneira subordinada quanto à capacidade de modernização ou inovação. Essa diferenciação na possibilidade de acesso a recursos (tecnologia, capital, matérias-primas, p.e.) resulta em paisagens diferentes relacionadas entre si, com maior ou menor grau de influência sobre outros subespaços.

Investigando a forma urbana como um fator social acompanhando a interpretação de Milton Santos, a *forma-conteúdo* pode ser estudada como um conjunto de indícios para a compreensão dos processos de construção do espaço. A leitura desses indícios através da análise de dados de campo como mapas viários, pesquisas de uso do solo e outros instrumentos, pode ajudar a reconhecer os processos passados. Imagens como aerofotos e plantas cadastrais permitem diversos

tipos de análise e o padrão formal de uma favela, entre tantas outras configurações do mapa urbano carioca é bastante característico, contrastando bastante com as outras tessituras.

As favelas no Rio de Janeiro se desenvolvem inseridas no tecido legalmente formal da cidade, constituindo um tipo de subespaço com dinâmica diferenciada das áreas contíguas. Busca-se neste estudo analisar a *forma* de um tipo de *subespaço*, a favela no Rio de Janeiro, sem perder a compreensão da totalidade tal como recomenda Santos (1985), percebendo seus *processos*, *funções* e *estrutura*. Uma metodologia de análise desses fatores pode ser conduzida à maneira de uma pesquisa histórica, na qual a forma urbana é estudada como um documento de seus processos.

1.2 Forma urbana

Spiro Kostof, em seu livro "The city shaped" (1991) conduz uma revisão da história das cidades sob a ótica dos padrões e elementos da forma urbana. Apresenta como questão principal como e por que as cidades têm tal forma, analisando arquivos históricos e mapas antigos como evidências para uma resposta.

O autor questiona a estrutura homogeneizadora da história das cidades reconhecendo a ocorrência de um desenvolvimento urbano desigual através do tempo e do espaço, diferenciado em cada região e também em cada momento da história de uma cidade ou país.

No que se refere à pesquisa da origem das cidades, Kostof (1991) destaca a autoridade de uma liderança ou da coletividade como instrumento gerador mais do que características do sítio ou atividades como comércio, religião ou defesa. O autor parte da premissa de que a forma urbana é neutra até que seja aplicada uma intenção cultural, assim uma mesma forma (por exemplo, a malha ortogonal) pode acomodar distintas estruturas sociais de acordo com as intenções dos "agentes

implantadores". Identifica, portanto, um *processo* como instigador da *forma* de uma cidade.

Esse autor define como processo urbano dois tipos de eventos. Em primeiro lugar, processo como história legal e econômica das cidades, incluindo pessoas, forças e instituições que provocam a forma. Quem desenha ou designa o traçado, através de quais procedimentos, recursos de fomento e leis? Para Kostof (1991), a formação das cidades é influenciada por processos como instrumentos de definição da propriedade da terra; mercado de terras urbanas; (des)apropriações pelo governo; instituição de planos diretores; medidas reguladoras e códigos de obras; sistemas de impostos; e a estrutura administrativa em si.³

O outro tipo de processo refere-se às mudanças físicas ao longo do tempo. Kostof (1991) identifica pequenas mudanças perceptíveis apenas após um certo intervalo de tempo. Para o autor, uma cidade nunca está completa, em repouso, sendo alvo de inúmeras modificações diárias de maior ou menor vulto, com agentes identificáveis ou não.

Kostof (1991) busca uma definição para seu objeto de estudo, a cidade, embasado em Mumford⁴ e Wirth⁵. Lista uma série de características necessárias a um assentamento para que seja considerado como urbano. São as evidências que poderão ser identificadas nos documentos pesquisados e na forma da cidade analisada.

Essas características servem como ponto de partida para as evidências que devemos investigar neste estudo. Cita aspectos da cidade como densidade e centralização de um estado; pertencimento a um sistema de cidades com uma

³ Podemos reconhecer, por exemplo, o impacto na forma da cidade em função da transferência da capital do império português para o Rio de Janeiro e mais tarde na mudança da capital da república para Brasília.

⁴ Tradução da autora para: *'For Mumford a city is a " point of maximum concentration for the power and culture of a community"'. MUMFORD, Lewis. The culture of Cities (1938) apud KOSTOF, Spiro. The City Shaped (1991:37)*

⁵ Idem: *'a city is "a relatively large, dense, and permanent settlement of socially heterogenous individuals"'. L. WIRTH, Louis. American Journal of Sociology (1938:44) apud KOSTOF, Spiro. The City Shaped (1991:37)*

hierarquia; especialização do trabalho e sociedade heterogênea; perímetro definido; favorecimento por uma fonte de renda; relação de apoio por uma vizinhança rural; registros de leis, bens e titularidades; monumentos como traçados ou edifícios significativos; além das idéias e valores dos habitantes sobre as formas e funções do espaço edificado.

Kostof (1991) considera sua abordagem da história das cidades mais relacionada com geografia ou história das sociedades do que com história da arquitetura. Sua compreensão da forma urbana aproxima-se da do geógrafo Milton Santos (1985) quando cita outro geógrafo, M.P. Conzen: "...*poucos valores sociais e ações são abstratos o suficiente para não serem refletidos em forma física.*"⁶ (Kostof, 1991:25). Considera, portanto, como Santos, que a forma ou padrões formais encapsulam uma realidade extra-física ou imaterial.

Seu estudo agrupa as cidades em cinco tipos ou padrões formais (o "orgânico", a malha, o diagrama, a imponente⁷, e o skyline) e as analisa relacionando-as com seus processos sociais, políticos e econômicos. Dessa maneira o autor busca "...*superar o desafio de apreender e reconciliar a competição entre mudanças sócio-econômicas e a persistência do artefato*"⁸ (Kostof, 1991:25).

A *malha* é reconhecida por Kostof (1991) como a forma mais adotada em cidades planejadas, desde as cidades da Grécia antiga e das cidades coloniais espanholas até loteamentos contemporâneos. O esquema de vias ortogonais, moduladas ou não, é considerado pelo autor como extremamente flexível e eficaz, tendo sido implantado em cidades de culturas tão diversas quanto Manhattan (EUA) e Suzhou (China). O *diagrama* é a imagem de Kostof (1991) para cidades planejadas

⁶ Tradução da autora para: "few social values and actions are so abstract that they fail to be reflected in material forms" CONZEN, M.P. *Morphology of nineteenth-century cities* (1980) apud KOSTOF, Spiro. *The City Shaped* (1991:25)

⁷ Tradução do autor para: "The grand manner" KOSTOF, Spiro. *The City Shaped* (1991:209)

⁸ Tradução do autor para: "seize upon and reconcile this vital contest between sócio-economic change and the persistence of the artifact" KOSTOF, Spiro. *The City Shaped* (1991:41)

segundo um ideal ou utopia de caráter religioso ou político, ou ainda, com uma função específica como a forma das cidades fortificadas ou industriais. Nessa categoria de Kostof (1991) a geometria tem importante função na composição de diagramas radiais ou redes complexas como mandalas.

A forma *imponente* é a das cidades planejadas para impressionar pela beleza e grandiosidade de seus espaços, como as capitais barrocas. Segundo Kostof (1991), nessas cidades os espaços públicos são cuidadosamente programados como um espetáculo, num conjunto volumétrico estudado para propiciar sucessão de eixos e visadas impressionantes. A Paris haussmaniana e Roma barroca são exemplos dessa categoria. Kostof propõe ainda o grupo das cidades onde predomina o *skyline*, ou seja, a linha do horizonte marcada pelo perfil pontuado por torres vista a partir de uma vista à distância como a dos barcos e mirantes afastados. Segundo Kostof (1991), a distribuição desses elementos conjugados à iluminação são efeitos visuais adotados desde o final do século XIX. Para o autor, o *skyline* é a forma das cidades modernas.

A análise desenvolvida para as cidades com padrão orgânico é a que cabe como inspiração para este estudo. Kostof (1991) usa o termo “orgânico” com ressalvas considerando que não é exato, por não querer se referir a elementos biológicos, mas sim elementos com características formais semelhantes a algumas encontradas na natureza.

Este autor estuda as cidades de padrão “orgânico” geradas de forma espontânea, considerando não serem alvo de iniciativas de outros agentes que não os que vivem na própria terra e aponta seus fatores de conformação da morfologia. Tais fatores podem ser aplicados para o estudo que aqui se pretende uma vez que as favelas são recortes de cidades (sub-espacos, para Santos) e seguem a mesma dinâmica do todo. Nesse sentido Kostof tece alguns comentários sobre favelas e

barriadas da América Latina quando disserta sobre esse tema - padrões “orgânicos” e assentamentos espontâneos.

Os fatores que ele aponta são: a topografia, parcelamento da terra, leis e ordem social vigentes e relações de aproximação com vizinhanças (sinoecismo). Os dois primeiros fatores podem ser pesquisados em plantas e registros cadastrais, e os seguintes em entrevistas e pesquisas de campo.

Entendemos os conceitos apresentados por Kostof (1991) e Santos (1985 e 2008) como complementares. A percepção da forma urbana como maior do que sua materialidade, não como apenas *cenário*, mas como *personagem* da história da sociedade é compartilhada pelos autores e baseia este estudo da evolução de favelas sob a ótica da forma.

Ambos os autores adotaram o conceito de processo como conjunção das idéias de tempo e mudança. A visão de transitoriedade da forma urbana é também um conceito importante na concepção de Santos (1985) e Kostof (1991), e pensamos ser fundamental para qualquer pesquisa sobre favelas.

Adotamos a categorização de Kostof (1991) para análise da forma urbana elaborada sob essas premissas principais entendendo que estão integradas à sistematização de Santos (1985).

2 Favelas cariocas

2.1 Um outro espaço urbano: favela

Existem diversas definições e descrições para as favelas do Rio de Janeiro. O conceito de favela pode ser construído pela ótica negativa, referenciando suas carências em relação aos outros espaços urbanos, ou por uma ótica afirmativa, reconhecendo características locais como um padrão diferenciado na composição da cidade (Gomes, 2003). Reunimos como num mosaico algumas definições elaboradas pelos autores trabalhados nesta dissertação, compondo a visão referencial adotada do artefato estudado, a favela carioca.

Invariavelmente cada uma delas reflete o foco temático do autor de acordo com seu campo de atuação. A multidisciplinaridade possível na discussão deste tema e o caráter complexo da forma de ocupação urbana fazem com que essa configuração seja melhor caracterizada enquanto processo de construção do que como um fato urbano (Rossi, 1966).

Enquanto Kostof (1991) comenta sobre favelas e *barriadas* da América Latina como assentamentos em processo de amadurecimento⁹, Santos (1979) identificou a diversidade das favelas e a relacionou com outros espaços da pobreza nas cidades pertencentes a uma ordem econômica subordinada:

"Favelas e cortiços constituem, nos países subdesenvolvidos, uma realidade multiforme e mutável de acordo com cada país e cada cidade. (...) Com efeito, a favela não reúne todos os pobres de uma cidade, e nem todos que nela vivem podem ser definidos segundo os mesmos critérios de pobreza." (Santos, 1979:59)

Nesse sentido, Valladares (2005) questiona a própria construção da categoria *favelas* por pesquisadores de diversas áreas, alertando para o cuidado em conceituações de caráter generalista desse tipo de configuração espacial urbana. A autora refere-se à confusão entre a idéia de favela e a de pobreza urbana, e ao risco de disseminação de uma compreensão estereotipada desses conceitos.

Dentro do que cabe observar num estudo de morfologia urbana como este, percebemos dentre toda a diversidade formal de favelas no Rio de Janeiro algumas características mais marcantes quanto ao seu processo de construção e evolução da ocupação. Vaz e Berenstein-Jacques (2003) descrevem os seguintes componentes das favelas atuais:

⁹ "The process of upgrading begins instantly and never stops. (...) *In the barriadas and favelas of Latin America, bright paint cuts the edge of tawdriness and exorcises despair.*(...) *As the settlement matures, order will inevitably tip the scales.*" (Kostof, 1991:69) traduzido pela autora como "O processo de melhoria começa imediatamente e nunca pára. (...) Nas barriadas e favelas da América Latina, cores vibrantes apagam as arestas da miséria e exorcizam a desesperança.(...) Quando o assentamento amadurecer, ordem –urbana - inevitavelmente fará a balança pender."

“...além da diversidade morfológica, que inclui desde o espontâneo até o planejado, do regular ao irregular, do formal ao informal, apontamos como características desses assentamentos: o processo individual e paulatino de sua ocupação e construção, a precariedade, a insalubridade reinante devido à carência de infra-estruturas e serviços básicos, a irregularidade em termos urbanísticos, ilegalidade em termos jurídicos e, essencialmente, sua constante mutação.” (Vaz e Berenstein-Jacques, 2003:202)

A visão que prevaleceu dos anos 1920 até 1960 de que as favelas seriam configurações provisórias e circunstanciais foi superada. Alfred Agache se referiu às favelas – quando foi contratado para elaborar um plano de desenvolvimento para o Rio de Janeiro em 1927 – como *“um problema social e estético”*, uma das *“pragas do Rio de Janeiro”* e, ao mesmo tempo, como *“cidades-jardim em formação espontânea”*. Ele as encarava como uma configuração provisória e recomendava sua demolição: *“...o problema das remodelações é mais fácil com relação às favelas, que se varrem como se fora poeira”*¹⁰.

Não só o déficit habitacional permanece crescente, como também a favela (ou invasão, ou mocambo, ou barriada) passou a representar uma tipologia habitacional. Em todos os períodos históricos desde o registro da primeira favela há mais de cem anos, esse tipo de aglomerado residencial persiste convivendo com políticas de repressão ou condescendência. Leitão (2004) reconhece como essa persistência reforçou o significado da habitação construída na favela. Conforme observado pelo autor:

“...a favela, há muito, deixou de ser uma ‘moradia provisória’ dos que chegam ao Rio de Janeiro em busca de melhores condições de vida para tornar-se, pela sua expressão, uma outra cidade, com regras e normas próprias de estruturação espacial.” (Leitão, 2004:22)

¹⁰ Godoy, 1943: 79 apud Silva. 2003.

Elizabeth Leeds destaca que “...a topografia da favela e a sua forma de ocupação (referindo-se à malha viária descontínua e tortuosa dos becos) auxiliam sua ‘conveniência’ para a atividade ilegal”. Descreveu as favelas como comunidades estáveis, com populações distribuídas entre várias gerações e residência a longo prazo, o resultando em coesão social e senso comunitário e um sentimento de lealdade e identidade com a condição de favelado, bem como com a própria localização (Leeds, 1998). Quanto à estrutura social das favelas, Ligia Valladares resumiu:

“...as favelas são, em média, zonas pobres, mas não o são uniformemente, e não são as únicas na aglomeração do Rio de Janeiro que apresentam tais características. (...) Lá se encontram categorias sociais modestas mas não miseráveis, e mesmo categorias médias, o que revela estrutura social diversificada e, sem dúvida, processos de mobilidade social não negligenciáveis.” (Valladares, 2000:15)

No grupo de autores que estudam a favela pela ótica crítica, Andreilino Campos a identifica no mosaico urbano como uma estrutura espacial de resistência à negação dos direitos básicos pela adaptação e superação dos fatores excludentes (Campos, 2005). Reconhece que além de representar o produto de invasões de lotes, o termo contém um significado político que faz com que alguns conjuntos habitacionais ou mesmo agrupamentos com casas legalizadas sejam identificados pelos próprios moradores como favelas. Nesse sentido, a observação de Jailson Silva (2004) de que a favela “...representa um processo gigantesco de enfrentamento de condições adversas por parte de um grupo social que construiu seu habitat...” embute o entendimento da forma construída como manifestação de processos de carência e superação. Pasternak também destaca a vulnerabilidade como um tema central, lembrando “... o elevado grau de carências, tanto em relação à oferta de serviços públicos quanto em relação a padrões urbanísticos e de moradia.” (Pasternak, 2008:78)

A conceituação pela ótica da imagem abrange desde as identidades culturais atribuídas à favela – algumas vezes idealizadas - até componentes sociais tidos como específicos desses espaços. Maurício de Abreu se refere às imagens contrastantes associadas às favelas do Rio de Janeiro: "*Abrigo da marginalidade urbana, mas também do trabalhador honesto; 'chaga' da cidade, mas igualmente 'berço do samba'; solução urbanística desprezada e, ao mesmo tempo, elogiada*"(Abreu, 1994).

Berenstein-Jacques (2001) identifica uma estética das favelas e destaca o caráter de "*heterotopias*"¹¹ – espaços construídos e habitados pelo "*outro*". Também relembra a origem etimológica do nome que acompanha essa conformação urbana no Rio de Janeiro desde a década de 1920: *favela* é o nome vulgar do vegetal *Jatropha phyllacantha*. Berenstein-Jacques usa essa definição bivalente (por servir para favela urbana e para o vegetal) de favelas como "*formações 'orgânicas' que se constituem por ocupações 'selvagens' de terrenos*", para elaborar uma figura conceitual, o rizoma, descritiva do processo de crescimento formal das favelas.

Um outro aspecto que caracteriza a favela carioca é a relação do binário legal/ilegal, que se reflete no baixo grau de formalização ou legalidade urbanística, e mesmo em outros campos legais, na favela em comparação com outros sub-espços urbanos. O contraponto do espaço da favela é o espaço formal, onde fica o bairro, o asfalto e a maneira legalizada de habitar. O formal diz respeito também à maneira como é construído, com planejamento e submetido ao controle da administração local.

Atitudes como a expansão nos apartamento de cobertura dos endereços regularizados, nos corredores de edifícios comerciais e varandas de restaurantes também são invasões, construções irregulares com conseqüências negativas diversas

¹¹ FOUCAULT, Michel. "Des espaces autres" in *AMC*, outubro 1984. Apud BERENSTEIN-JACQUES, Paola. A estética das favelas. (2001).

para a cidade. Gomes (2003) relacionou essas práticas com as ações observadas em favelas cariocas e concluiu que *"...podemos assim ver esse espaço da favela como um cenário exemplar e exagerado de certos aspectos que, todavia, são compartilhados por muitos outros espaços que compõem a vida urbana brasileira"*.(Gomes, 2003:173)

A partir dessa percepção, o binário favela/bairro perde a sua clareza. Vaz define o termo bairro *"...como um recorte urbano em escala local, com conteúdo social, simbólico, morfologia e identidade próprias, cujas peculiaridades não dizem respeito a uma história da cidade, mas à história e à população local"*. Acrescenta ainda que *"...o conceito de bairro incorpora uma dimensão material e uma dimensão simbólica"*. (Vaz,1996). Por essa definição, fica a impressão de que na realidade não existe uma oposição, já que o conceito pode abarcar também os espaços com as descritos como favelas. Avançando um pouco a análise proposta, mesmo o caráter de irregularidade do solo e de exclusão (como negação de acesso a direitos e à cidadania plena) vem se manifestando cada vez mais na parcela formal da cidade, revelando que podem existir diversos graus de consolidação de um processo como esse.

Por fim, o IBGE define como favela um agrupamento de mais de 50 habitações em terrenos públicos ou privados sem titulação do lote e condições de saneamento precárias. O instituto não adota o termo favelas, mas as enquadra como *Aglomerado Subnormal*:

"...um conjunto constituído por um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia - pública ou particular - dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais. Podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: invasão; loteamento irregular ou

clandestino; e áreas invadidas e loteamentos irregulares ou clandestinos regularizados em período recente".¹²

Para este trabalho é necessário adotarmos também a definição do IBGE aceita pelo IPP e por diversos órgãos e instituições permitindo localizar esses territórios no tecido da cidade. Entendemos contudo que essa definição não é suficiente pois, como observado por Valladares (2005), excluiria favelas como Rocinha ou Jacarezinho.

Fundamentalmente, o que se destaca neste estudo são as características morfológicas que resultam do processo de construção do lugar e que são significativas para a identificação e estabelecimento do *locus*.

2.2 Favelas no Rio de Janeiro

Para Kostof, não existe um desenvolvimento urbano espontâneo que possa gerar formas arbitrárias. As cidades e as favelas são artefatos, objetos resultantes da obra dos homens, reflexo de suas vontades. Afirma:

"De fato, nenhuma cidade, por mais arbitrária que nos pareça sua forma, pode ser dita como 'não planejada'. Além do retorcido de uma viela, por trás do mais bem ajustado espaço público, resta uma ordem pertencente à ocupação anterior, à cadeia de comprometimento entre direitos individuais e interesses comunitários."(KOSTOF,1991:52).¹³

Nesse sentido, alguns aspectos da evolução urbana do Rio de Janeiro são especialmente relevantes para a contextualização dos processos estudados nesta pesquisa. A existência da favela como forma de ocupação urbana está diretamente ligada à questão do acesso à propriedade de terra. Assim, a promulgação da Lei de Terras em 1850 pode ser considerada um dos fatores determinantes para a

¹² www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/metodologia/metodologiacenso2000.pdf
Acessado em 14/08/2008

¹³ Tradução da autora para: "The fact is that no city, however arbitrary its form may appear to us, can be said to be "unplanned". Beneath the strangest twist of lane or alley, behind the most fitfully bounded public place, lies an order beholden to prior occupation, to a string of compromises between individual rights and the common will." (KOSTOF,1991:52)

construção desses espaços de moradia. Outro ponto importante é a evolução da crise habitacional no Brasil e no Rio de Janeiro, e sua relação com a expansão das favelas. Também é fundamental para a contextualização deste estudo, reconhecer a atuação dos governos no Rio de Janeiro no que se refere à habitação em favelas em diversos momentos até o presente.

A Lei de Terras, como ficou conhecida a lei n. 601 de 18 de setembro de 1850, é um documento fundamental para compreender a organização agrária do Brasil. Ela foi elaborada para atender à necessidade de organizar os registros de terras doadas desde o período colonial e para legalizar as ocupadas sem autorização – reconhecendo depois as chamadas terras devolutas, pertencentes ao Estado. Dizia o texto da lei:

*“Art. 5.: Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura e morada habitual do respectivo posseiro.”*¹⁴

A pesquisa de Andreilino Campos (2005) interpreta outros fatores que pautavam essa decisão sob a perspectiva do contexto histórico da época da promulgação dessa lei. A suspensão do tráfico de escravos, nesse mesmo ano, era um prenúncio da abolição; bem como o interesse em atrair imigrantes europeus para o trabalho agrícola nas grandes propriedades; e o desejo do Império de dispor das terras devolutas.

É importante observar também que a regularização das terras devolutas aconteceu antes da abolição da escravidão, restringindo o acesso de negros à propriedade da terra. Além disso, era necessário um certo grau de instrução para dar andamento às requisições e procedimentos que garantiam poder de decisão sobre a legitimidade da ocupação pelos árbitros designados pelo governo instituído. Isso

¹⁴ www.webhistoria.com.br/lei1850.html Acessado em: 20.03.2008

excluía do processo muitos pequenos posseiros. Campos conclui que a Lei de Terras negou o acesso de negros e brancos pobres quando não “*contemplou e/ou ratificou as posse antigas desses grupos*”. (Campos, 2005).

Abreu vincula a origem das favelas principalmente à crise habitacional do fim do século XIX e a crises políticas como a Revolta Armada (1894 a 1895) e a campanha de Canudos (1896 a 1897). Abreu e Vaz apresentaram indícios de que a ocupação dos morros de Santo Antônio e da Providência aconteceram por ordem do governo para abrigar os soldados retornados dessas campanhas. A destruição dos cortiços no centro da cidade, motivada pela política higienista e marcada pela demolição do Cabeça de Porco, engrossou o contingente de moradores nos morros do centro. (Abreu,1994) (Vaz,1998)

Campos (2005) insere esses dois casos de ocupação dos morros num processo mais amplo apontando os “*quilombos periurbanos*” como lugares que, já sendo refúgio de escravos fugidos do cativeiro e pessoas com irregularidades judiciais, poderiam abrigar também a nova população migrada do campo. Ele constata ainda que os quilombos persistiram durante os períodos colonial e imperial e considera que as favelas são o “*espaço quilombola transmutado em espaço favelado*” existindo em pleno Brasil República. A permanência desses espaços até nossos dias, na opinião de Campos, foi garantida através de redes de solidariedade internas e externas, principalmente a partir de 1940.

A crise habitacional que alimentou o início da formação das favelas está compreendida entre a segunda metade do século XIX e as três primeiras décadas do século XX. Vaz lista como grandes mudanças desse período:

“...*abolição da escravatura, a formação de mercados e mercantilização de bens, a decadência da cafeicultura fluminense, o desenvolvimento dos setores secundário e terciário da economia, as grandes migrações, a definição das novas elites no poder com a queda do Império e a Proclamação da República*”. (Vaz, 1985)

Até a Reforma Urbana de Pereira Passos os cortiços, moradia de aluguel em habitações coletivas, eram a alternativa para a população que sobrevivia na cidade, cerca de 20 a 25% dos habitantes do Rio de Janeiro na época (Vaz, 1985). Para o pensamento higienista e positivista predominante, esses espaços não ofereciam condições sanitárias satisfatórias e foram condenados à extinção pelas autoridades, que os consideravam focos e causa da insalubridade geral da cidade.

A reforma conduzida pelo prefeito do Rio de Janeiro entre 1902 e 1906, redefiniu o centro da cidade e agravou a segregação espacial entre ricos e pobres (Vaz, 1998). Ela promoveu a demolição das marcas da colonização portuguesa (traçado viário e sobrados) e estabeleceu legislação regulatória para as novas construções dali por diante. Tais medidas efetivamente impediam o estabelecimento de moradias pela população mais pobre expulsa do centro que não podia cumprir as exigências da legislação de construção civil ou pagar as altas taxas demandadas. Além disso, essa população de baixa renda dependia da autoconstrução, proibida pelo regulamento, para ter suas casas. Vaz (1998) constata que a partir dessa regulamentação a ocupação do subúrbio também foi dificultada para essas pessoas.

Restava a moradia nos morros perto dos locais onde havia oferta de trabalho, o que era tolerado pela mesma lei (decreto 391 de 1903), que impedia construção ou melhoramentos de cortiços (Vaz, 1998). Tendo se tornado uma ocupação com cada vez maior visibilidade e presença nas páginas dos jornais, os casebres nos morros passaram a ter posição importante na lista de “problemas” da cidade. A essa altura (por volta de 1920), o termo “favela” passa a aparecer nos jornais como um substantivo para designar esse tipo de ocupação. (Abreu, 1994).

Um pouco depois desses eventos, o prefeito Prado Júnior, de 1926 a 1930, convidou Alfred Agache, urbanista francês, para elaborar um plano de expansão para a cidade. Vaz (1998) cita o chamado *Plano Agache* como o primeiro documento oficial a tratar e reconhecer a favela como uma forma de habitação popular. O plano trazia

como proposta para solução do “problema” a sua extinção. Incluía por exemplo, a demolição do morro da Favela, situado próximo à zona portuária, sendo alvo de crítica da população. O estudo nunca foi aplicado, sendo preterido no estabelecimento do Estado Novo, período de governo do presidente Getúlio Vargas (1937-1945).

A partir de 1930 iniciou-se uma intervenção do Estado na economia e ao mesmo tempo, na provisão de necessidades básicas para os trabalhadores, incluindo-se aí a habitação. O governo era muito influenciado pelos modelos dos social-democratas europeus, que promoveram, nesta mesma época, a produção da chamada Habitação Social (Silva, 2005).

O tema da habitação popular passou a ser uma das prioridades entre as realizações do Estado Novo. Para Bonduki (1998), no âmbito desta política, estava sendo difundido o *ideal da casa própria* como fórmula de ascensão social e premiação concedida em contraposição à tradição rentista, tendo o Estado como promotor deste processo. Esse autor avalia que “...no centro dessa concepção estava a idéia de que o trabalho dignifica e gera frutos, os quais compensariam décadas de sacrifícios.” (Bonduki, 1998:83). O tema era bastante discutido em congressos e jornadas, construindo as diretrizes para a nova política habitacional.

Bonduki (1998) destaca ainda a mudança na abordagem do problema habitacional para baixa renda. Até 1930, enfatizava-se a “salubridade da moradia” sem questionar a forma de acesso ao bem que se dava predominantemente através de aluguel. Depois dessa data, “a questão principal passou a ser viabilizar o acesso à casa própria”(Bonduki, 1998:88). A classe operária crescia, assim como a população urbana e a crise habitacional para a população de baixa renda.

Neste contexto, o Governo Vargas interveio no mercado de locação, restringindo a livre negociação dos aluguéis através da Lei do Inquilinato (1942) e justificando sua aplicação com a situação de emergência vivida no período da 2ª Guerra Mundial. Para Bonduki (1998), a medida desestruturou o mercado de locação

criando uma série de riscos financeiros inexistentes até então e afastou investidores do setor, reduzindo a produção imobiliária.

Nesse sentido, a análise de Maria Laís Pereira da Silva (2005) é que depois dessa medida intensificaram-se as ações de grilagem rural e urbana e ainda, a exploração das moradias em si pelos “*tubarões da favela*”, agentes do mercado informal de aluguéis de barracos e terrenos. Daí resultou uma portaria que proibia o aluguel em favelas, que teve como consequência o aumento da vulnerabilidade dos favelados com a ruptura dos “*vínculos mais formais entre favelados e proprietários*” (Silva, 2005:108).

Por outro lado, Silva (2005) descreve algumas ações da população nessa época, muitas vezes através dos canais legais, para garantir a permanências das famílias moradoras nas favelas em contraposição à iniciativas posteriores como a construção dos Parques Proletários¹⁵. Nesse sentido, Silva cita três julgamentos de recisão de posse por parte de ditos proprietários de áreas faveladas que deram ganho de causa aos moradores: o Morro de São Carlos (1934); a Favela Chácara do Céu (1933); e o Morro do Capão (1935). Os três casos foram acompanhados pela imprensa e por mobilização da opinião pública e não foram removidos. Para a autora, nesse período as favelas passaram a ter um forte significado político, e integradas aos discursos de campanha eleitoral.

¹⁵“Entre 1941 e 1943 foram construídos três parques proletários (na Gávea, No Leblon e no Cajú), por onde se transferiram cerca de quatro mil pessoas, com a promessa de que poderiam voltar para áreas próximas daquelas em que viviam assim que estivessem urbanizadas.” (BAUMANN, 1998:28). Baumann (1998) distingue cinco medidas principais que acompanhavam a iniciativa higienista:

“a) o controle da entrada no Rio de Janeiro de indivíduos de baixa condição social; b) o retorno de indivíduos de tal condição para seus lugares de origem; c) a fiscalização severa das leis que proibiam a construção e reforma de casebres; d) a fiscalização dos indivíduos acolhidos pelas instituições de amparo; e) a promoção de forte campanha de reeducação social entre os moradores das favelas, de modo a corrigir hábitos pessoais e incentivar a escolha de melhor moradia.” (BAUMANN, 1998:28)

Assim, o governo se responsabiliza em apontar e concretizar propostas para a solução do problema. Entre as medidas adotadas, a mais importante foi a criação das carteiras habitacionais dos IAPs (Institutos de Aposentadorias e Pensões) para cada categoria profissional, *"...que propiciaram vultosos recursos para o financiamento de uma inédita experiência estatal de produção de moradias."* (Silva, 2005).

Neste âmbito, a produção habitacional, como citado anteriormente, recebia influências européias. Como fórum para este amplo debate sobre a habitação para o mínimo nível de vida, foi organizado o I Congresso de Habitação, realizado em 1931 em São Paulo, bastante influenciado pelas discussões do 2º CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna de 1929 em Frankfurt.

A incapacidade do Estado para atender à demanda por moradia nas grandes cidades e a desestruturação do mercado imobiliário rentista pela forte regulamentação da Lei do Inquilinato, deixaram uma grande e crescente parte da população sem alternativa "regular" ou "formal" de produção da habitação. Restou a esse imenso grupo a auto-produção da moradia em terrenos afastados do controle das administrações municipais. Os dados do censo levantados por Silva (2005), referentes à década de 1950 indicam que as favelas do Rio de Janeiro apresentaram crescimento de 98%, contra 39% da cidade inteira, expressando a crise habitacional para baixa renda.

A auto-produção da moradia cresceu como solução habitacional em meio à omissão das diversas esferas de governo. Para Bonduki (1998), essa posição do Estado não foi tecnicamente elaborada e sim resultado de uma *"...aceitação ambígua do conceito de habitação social no período (que) levou de um lado, à intervenção do Estado (...) e, de outro, à ausência do poder público na periferia das cidades mais importantes..."* (Bonduki, 1998:282). Entre as iniciativas do estado, foi destaca-se o PROMORAR. Criado em 1979 e promovido pelo Governo Federal no escopo de atuação do BNH, permitia a manutenção da população da favela no próprio local financiando a

substituição das construções precárias por casas de alvenaria e a execução de infraestrutura urbana. Foi interrompido com a extinção do BNH em 1986.

Assim, concomitantemente às poucas iniciativas governamentais para produção de habitação para baixa renda, há registros sobre propostas de melhorias em áreas faveladas nesse período (Silva, 2005). Silva agrupou as intervenções institucionais em favelas em três momentos, que se distinguem por propostas paradigmáticas como a de Carlos Nelson para Braz de Pina (1968), o Projeto Mutirão (1982) e o Favela-Bairro (1994).

2.3 Urbanização de favelas: algumas iniciativas recentes no Rio de Janeiro

Entendendo que a construção das favelas é um processo que resulta da superposição de iniciativas de auto-produção dos espaços de uso comum e da moradia e das intervenções institucionais, buscamos reconhecer algumas das iniciativas mais recentes de urbanização de favelas cariocas. Tais iniciativas alteram de maneira marcante sua morfologia e deixam indicações importantes no estudo da forma-conteúdo de cada favela pesquisada.

Neste estudo faremos referência aos programas descritos neste item, já que encontramos as marcas dessas iniciativas em diversas favelas mencionadas. Também podemos utilizar algumas informações levantadas por tais programas.

Uma das iniciativas paradigmáticas foi o programa Favela-Bairro que levou projetos de urbanização para distintas favelas do Rio de Janeiro. Contava com um escopo de ações bem definidas e mantinha uma série de diretrizes aplicadas indistintamente em todas as favelas atendidas pelo Programa. Foi uma iniciativa da Prefeitura do Rio de Janeiro, desde 1994 até 2008, com a intenção de expandir as ações do Poder Público no que se refere à habitação popular, direcionando as intervenções para a implantação de infraestrutura e ambiência urbana em favelas da cidade.

Atualmente, algumas favelas do Rio de Janeiro vm sendo foco de investimentos do governo federal através do PAC – Plano de Aceleração do Crescimento – repassados para os governos estadual e municipal. Rocinha, Pavão-pavãozinho, Complexo do Alemão, Santa Marta, entre outras comunidades, vêm recebendo desde 2007 diferentes programas de urbanização. Sem um escopo programático comum entre os planos, cada favela tem experimentado investimentos conduzidos por órgãos diversos, desde ações da polícia (chamadas Unidades Pacificadoras), até implantação de modernizações tecnológicas como internet sem fio. São operações ainda em andamento.

Outro novo enfoque vem sendo aplicado no debate da habitação das favelas do Rio de Janeiro no que diz respeito à conservação das florestas urbanas. Nesse sentido, uma das propostas em discussão é a construção de muros (Eco-limite) no perímetro das favelas em contato com a mata. A proposta é bastante controversa, sendo debatida nas mais diversas esferas e até sendo tema de sabatina de representantes do governo brasileiro por peritos do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos ONU¹⁶. O resultado dessas ações torna-se agora mais um indício de uma política e de um conjunto de condições específicas do período.

Tais iniciativas ainda são aplicadas com algum caráter “experimental”, sendo alvo de diversas críticas e estudos, como avaliações do tipo pós-ocupação e da efetividade das melhorias aplicadas¹⁷. Percebemos que passados pelo menos cem anos de existência de favelas no Rio de Janeiro, ainda não há clareza do seu papel na dinâmica da cidade. Sociedade e governo não encontraram a maneira de integrar

¹⁶ O Globo 06.05.2009 <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/05/06/muro-de-ecolimites-comecara-ser-construido-na-rocinha-nesta-quinta-feira-755723995.asp>. Acessado em: 07.05.2008

¹⁷ No campo de atuação dos urbanistas por exemplo podemos citar dissertações de mestrado estruturadas como críticas a alguns aspectos do Programa Favela-Bairro: Moreira, Adriana M. FAU/UFRJ/PROURB. 2002; Andrade, Sandra Neves de. FAU/UFRJ/PROURB. 2000; Vial, Adriana Mendes de Pinho. FAU/UFRJ/PROARQ. 2000. Também podemos citar o estudo do economista Pedro Abramo (1997) sobre o impacto no mercado imobiliário de algumas favelas integrantes do programa bem como na mobilidade residencial resultante.

essa produção ao universo oficial diluindo a marginalização, característica mais nociva da favela para todos os moradores da cidade e que resulta dessa exclusão.

2.4 Cidadania e localização

A idéia de marginalização vinculada à de favela e periferia precisa ser mais detalhada para balizar este estudo da morfologia de favelas no Rio de Janeiro. Já que entendemos que a forma urbana é resultante de processos (Santos, 1985), é importante reconhecer o impacto de alguns aspectos do campo sócio-econômico. Destacamos aqui alguns conceitos principais que, no nosso entender, fazem parte de uma contextualização da favela carioca contemporânea.

Em primeiro lugar, relacionamos a relativização do conceito de cidadania referenciado em Roberto DaMatta (1987) às estratégias de resistência do espaço favelado. Em seguida, discutimos algumas questões de localização da favela e mercado imobiliário seguindo a pesquisa de Abramo (2001). Apresentamos também a questão pesquisada por Andrade (2002) da privatização de espaços públicos nas favelas, bastante relevante no estudo da morfologia desses lugares. Por fim, discutimos a criminalização da favela e a relação com a forma, balizados em Zaluar (1994), Leeds (1998) e Campos (2005).

Roberto DaMatta (1983) aborda organização social, usos cotidianos e estratégias de sobrevivência dos brasileiros revelando os códigos implícitos nessas decisões. Ele apresenta o conceito de cidadania e sub-cidadania, categoria na qual inclui o morador da favela ou favelado.

A cidadania representa um papel social de âmbito jurídico, político, moral e comportamental. DaMatta (1987) define *cidadania* como uma forma específica de pertencer a uma dada realidade. Em suas palavras o “...*cidadão pertence a um espaço eminentemente público e define-se como um conjunto de direitos e deveres para outra entidade, a nação*” (DaMatta, 1987:). O autor parte de uma série de

análises antropológicas da sociedade brasileira e percebe que as escolhas ou preferências institucionalizadas revelam práticas desiguais e hierarquizadas dos “direitos e deveres”, concluindo que a noção de cidadania no Brasil é variável.

Respalado na estrutura paternalista, o “*jeitinho brasileiro*” ainda é o que permite expandir os sistemas de distribuição de água e eletricidade, além da construção das casas. Através da estrutura oficial e de uma relação de troca de interesses, ações de caráter individualista e oportunista alcançam objetivos em geral particulares. Ainda com a mesma atitude, a teia de relações se estabelece também fora dos círculos oficiais, nas relações de vizinhança dentro e fora da favela. Essa dinâmica é o que sustenta a liberação de pequenos favores e concessões e mesmo a existência do tráfico de drogas.

DaMatta (1983) relaciona o conceito “cidadão” ao de indivíduo e o contrapõe à noção de pessoa. O cidadão é uma identidade totalizadora e abstrata, *a priori* de definições de gênero, idade ou categoria profissional. O autor apóia-se nos estudos de Louis Dumont para definir cidadania como “...a institucionalização do indivíduo como centro moral do sistema”¹⁸. A pessoa é a identidade resultante de relações como família, posto de trabalho, fama, profissão etc. Ela resulta numa esfera de influência que determina seu grau de comprometimento com o cumprimento dos direitos e deveres. Assim, cada pessoa tem um grau próprio de liberdade comportamental, por exemplo, um político ou juiz pode ser liberado de uma multa de estacionamento, o que é mais difícil de acontecer com um professor.

DaMatta (1987) constata que a sociedade brasileira é do tipo relacional e tem diversos códigos de comportamento operando simultaneamente. Ele distingue o *mundo da rua* como o lugar das leis impessoais do mercado e da cidadania, e a *casa* como o lugar da pessoa, do código das relações pessoais. Mas o autor detecta

¹⁸ DUMONT, Louis. 1970 Apud Da Matta. 1983.

ocasiões em que a *pessoa* substitui o *cidadão* para relativizar os seus direitos e deveres, exemplificando esses casos com os momentos em que ocorre o uso da expressão "*você sabe com quem está falando?*".

DaMatta ressalta que o estabelecimento do sistema de equilíbrio de mercado e a implantação da noção de cidadania foram "...*revoluções para terminar com domínios e éticas particulares que operavam simultaneamente*" (1987). Numa sociedade como a brasileira, onde uma das noções pode ser corrompida e a outra manipulada, a instabilidade cotidiana é maior.

Exemplificando esses conceitos podemos citar a pesquisa de Lícia do Prado Valladares (1978) que descreveu e analisou o processo de remoção de favelas entre 1966 e 1974 – durante a ditadura militar – enfatizando práticas informais e inesperadas que marcaram o desfavelamento e a inserção da população nos conjuntos da COHAB. Ela detectou maneiras de distorção do sistema em diversas fases do programa com envolvimento de diversos tipos de agentes. Casos como venda do direito de reassentamento, locação do imóvel disponibilizado pela COHAB, manipulação dos dados de renda familiar para ter acesso a alguma vantagem, entre muitas outras práticas, distorceram as intenções do programa e inviabilizaram sua implantação tal como prevista.

A descrição dos procedimentos que Valladares (1978) apresentou em seu estudo corresponde em grande parte ao que ainda se pratica nos dias de hoje sempre que o cidadão adota o jeitinho para superar uma restrição urbanística ou de financiamento, por exemplo, tanto nas favelas como em outras formas de organização sócio-espacial. O uso das instituições governamentais em benefício próprio era agravado pelo bloqueio dos canais institucionais de representação popular, e o clientelismo prevaleceu durante o período de omissão e ainda permanece como prática.

Consideramos a escolha da localização residencial uma das principais estratégias de sobrevivência do morador da favela, a quem foi negado o acesso a alguns direitos.

Como descrito por Leeds, “... o Estado não tratou de propiciar serviços básicos como saúde, educação, infra-estrutura urbana e sistema policial não repressivo” (Leeds,1998:234). Para eles, a cidadania é relativa, preponderando o cumprimento dos deveres sem contrapartida, e a localização residencial é uma prática para buscar amenizar essa posição.

Daí decorre o estabelecimento de comunidades em espaços livres da cidade que, ou são privados e de baixo valor de mercado por motivos diversos, ou são áreas públicas. Estas últimas quando invadidas normalmente são preservadas como áreas de risco, ou por valor ambiental natural, para expansões viárias sem perspectiva de realização, ou mesmo para programas habitacionais abandonados, entre muitos destinos.

Por outro lado, numa interpretação esquemática, os espaços privados invadidos, em geral são áreas abandonadas pelos proprietários ou com dívidas fiscais. Quando existe um projeto ou intenção clara de aproveitamento do lote, a área é preservada e controlada.

Alguns modelos matemáticos de desenvolvimento urbano e valorização do solo foram desenvolvidos por pesquisadores dos campos de geografia e economia buscando esquematizar a dinâmica da localização residencial urbana. Um dos modelos mais antigos é o de Von Thûnen (séc.XIX) que relaciona a renda fundiária à distância do centro urbano numa proporção inversa. Também é bastante conhecida a contribuição do geógrafo E. Burgess (1929) que propôs um modelo de zonas concêntricas especializadas organizadas pela competição e conseqüente valorização do solo urbano em torno de um centro de negócios. O modelo de H. Hoyt (1939) representa o espaço urbano como uma estrutura mais complexa também em torno do centro, mas relaciona a valorização do solo aos eixos de transporte. Mais tarde a dupla Hariss-Ullman (1945) desenvolveu um modelo um pouco mais complexo

considerando a interdependência entre atividades e a necessidade de infraestrutura como fatores para agregação e segregação de setores e zonas.

Recentemente Abramo (2001) estudou o mercado imobiliário em favelas do Rio de Janeiro e adotou os modelos de Alonso (1964) e Von Thunen (1826) como ponto de partida para propor uma interpretação da estrutura urbana na qual *"...a renda fundiária já não será considerada como o principal mecanismo de coordenação espacial"* (Abramo, 2001:213). No diz respeito à escolha da localização residencial o autor destaca a *"... complexidade das interações existentes entre os comportamentos dos participantes do mercado da localização residencial em um horizonte de incerteza urbana radical"* (Abramo, 2001:213). Assim, busca-se no âmbito deste estudo entender a localização das favelas na cidade e mesmo dentro delas como resultado de escolhas coerentes com valores de mercado (relação custo x benefício), mas também de restrições de informação, burocráticas entre outras.¹⁹

Daí a polêmica nos casos de remoção, já que dessa forma o deslocamento não é uma escolha pessoal, parece mais uma demanda da sociedade ou de uma instituição, aplicada de "cima para baixo". Mesmo em casos de remoção por construção em área de risco, por exemplo, a informação seria a estratégia mais valiosa, em detrimento da repressão, para promover uma distribuição mais justa das oportunidades da zona urbana.

Fica a discussão sobre a existência ou não de espaços públicos nas favelas. Se o espaço público for aquele resultante do que não é privado, como definir o que ocorre na favela, onde não há efetivamente proprietários? Nesse sentido, Andrade (2002) constatou algumas práticas comuns em favelas no Rio de Janeiro:

¹⁹ Essas considerações parecem encontrar seu reflexo no depoimento de uma moradora da favela Vila Joaniza, na Ilha do Governador, da segunda geração de residentes. Questionada se gostava de viver ali, respondeu: *"É o melhor lugar, pra mim"*, e repetiu com ênfase no pronome: *"Pra mim, é o melhor lugar"*. A resposta da moradora relativizou a questão. Dentro de seu leque de possibilidades, aquela era sua opção preferida.

"...a ocupação dos espaços livres para fins particulares, a diluição da fronteira entre a casa e a rua para o desenvolvimento de atividades domésticas, o uso do recurso do 'gato' para obtenção de serviços urbanos e, principalmente, a construção desenfreada de edificações em quase todos os espaços livres encontrados" (Andrade, 2002:199).

Esses usos são resultados de um pacto tácito, no qual delimitações são respeitadas, consensos são estabelecidos. São exemplos de confusão do código comportamental para cidadão e pessoa que resulta em diversos problemas estruturais. Um desses desdobramentos pode ser percebido na deformação do significado de espaço público: uma vez que a cidadania é relativa, o espaço do cidadão também é. Assim, o espaço de todos pode se tornar *terra de ninguém* (Andrade, 2002).

Retomando as proposições de DaMatta (1983 e 1987) sobre o conceito de cidadania, constatamos que aqueles que vivem nas favelas são tratados como indivíduos, sem privilégios perante a lei, com difícil acesso aos direitos oferecidos pela lei. Também vivem restritos ao mercado informal seja por exigências como comprovação de crédito, documentação trabalhista ou mesmo grau de instrução. Assim, entendemos que os moradores da favela – além de outros grupos que não estamos tratando aqui - ainda estão expostos a éticas particulares.

Para esse grupo, seu lugar é a rua e é nela que esse sub-cidadão constrói sua teia de relacionamentos (DaMatta,1983). Espaços livres da cidade são ilegalmente apropriados pelo grupo que não compartilha completamente o código comportamental do cidadão pleno. O resultado é a proliferação de favelas, *puxados* e camelôs. Nessas instalações, a impessoalidade é rompida e se constitui uma nova e densa teia relacional baseada num pacto ilegal: a invasão do espaço, público ou privado.

O Estatuto da Cidade (lei 10.257) aprovado em 2001 define instrumentos importantes para equilibrar a dinâmica de uso do solo. Conforme Maricato, encontra-

se nessa lei formas de *"...limitação ao direito da propriedade imobiliária contrariado pela função social da propriedade e função social da cidade"* (2001:6). O reconhecimento da função social da propriedade significa que o poder do proprietário sobre o imóvel pode ser limitado em função do impacto de seu uso para a sociedade como um todo, uma relativização da propriedade.

Instrumentos previstos no Estatuto das Cidades como usucapião especial de imóvel urbano, IPTU progressivo para imóveis em solo urbano subutilizado e instituição de zonas de especial interesse social dependem ainda de regulamentação da lei nas câmaras municipais.

A relativa estabilidade da ocupação territorial *"... produziu na maioria das favelas uma coesão social e um senso comunitário que criam um sentimento de lealdade e identidade com uma determinada comunidade e com a condição de favelado"* (Leeds,1998:240). Define-se assim a *tribalização* ou progressão da identidade territorial, no conceito de Gomes (2002), e o favelado pode assumir identidade diversa do morador da cidade formal por usar códigos comportamentais distintos.

As favelas são manifestação da fragmentação urbana e constitui um território com algumas normas de conduta específicas, diferentes dos costumes de outros recortes da cidade. Atitudes como o uso de símbolos impostos pelo tráfico, jargões específicos e ainda características das construções e da forma da ocupação criam contraste entre as favelas e o entorno formal. Nesse sentido, segundo Carr et alli (1992), num espaço onde a troca de experiências e informações é reduzida, as interpretações se baseiam em estereótipos e preconceitos que simplificam as relações sociais, distinguindo grupos como *nós e outros*. Essa constituição contribui para a exacerbação da segregação (Carr et alli, 1992).

Campos (2005) pesquisa o processo de criminalização de espaços na cidade aproximando *"...duas estruturas espaciais com temporalidades distintas: o quilombo*

periférico (espaço segregado do Brasil Império) e a favela (espaço de segregação urbana)” (Campos, 2005:158). Ele constata que ambos são reflexos espaciais da condição de exclusão - como negação de acesso (a bons serviços de saúde, educação, habitação, propriedade e outros) - e constituem espaços de resistência, como estratégia de adaptação à ordem vigente.

Nas favelas ocorre a presença e ausência seletiva do Estado: “... *condições socio-econômicas adversas e a presença repressiva do Estado estimulam formas alternativas e extralegais de organização econômica e política.*” (Leeds,1998:235). Para Leeds, uma parcela dessa população foi levada a aceitar um sistema de justiça alternativo pela percepção de que, para eles, a justiça formal não funciona. Este – entre outros fatores como a topografia da favela e sua forma de ocupação (becos retorcidos, constantes mudanças na configuração das vias, acesso difícil,etc.) – tornam a favela um lugar conveniente para a atividade ilegal.

Para Alba Zaluar (1994:95) “...*a intimidação de líderes de associação de moradores em várias partes do Rio de Janeiro (...) elimina o que veio a ser uma saída para o ciclo de pobreza e violência: a reivindicação por direitos políticos, sociais e civis.*”

Também nesse sentido, Leeds (1998:243) constata que “...*os grupos de traficantes impõem à comunidade seu próprio código definindo de que forma a violência é permitida e quem pode praticá-la*”. Para o cidadão pleno, a violência é monopólio do Estado, representada pela polícia e o exército. Para o subcidadão, a situação é de violência estrutural, que ameaça o processo de instalação e amadurecimento da democracia local nos bairros pobres e favelas.

Ferreira e Velloso (2009) estimam o faturamento da venda de drogas no Rio de Janeiro entre R\$ 316 milhões e R\$ 633 milhões. Também relacionam a violência como elemento principal de uma dinâmica que destrói as relações que possam vir a se estruturar nesses ambientes de restrição:

"De fato, a possibilidade de obter renda a partir do controle da oferta de serviços tais como eletricidade, gás, e mesmo televisão a cabo, ajuda a diluir os custos operacionais do tráfico, aumentando a rentabilidade de um dos principais insumos deste comércio (de drogas) que é a violência" (Ferreira e Velloso, 2009:20).

Também nesse sentido de subversão dos direitos, Campos (2005) considera verdadeira a hipótese de que traficantes com seus negócios estabelecidos em uma determinada favela possam querer agir em oposição a uma urbanização que altere radicalmente a estrutura espacial do lugar. Alargamento e pavimentação de vias, ampliação da malha viária e sinalização são exemplos de ações que alteram as condições estratégicas de defesa e controle do território. Por outro lado, foi constatado no andamento desta pesquisa, e confirmado pelo trabalho de Campos (2005), que ações de urbanização costumam ser bem recebidas por moradores e representantes da associação.

PARTE II – O estudo da forma da favela

3 Fatores de configuração

Ao contrário da idéia de que as favelas estão inseridas nas cidades como ilhas de liberalidade nas posturas de ocupação do solo urbano, a sua construção também responde a restrições e influências comuns nos processos de desenvolvimento urbano do entorno. A aparente “desordem” tão divulgada e recriminada pode ser analisada como resultado de uma série de fatores subordinados ao contexto urbano recente e passado.

Neste estudo adotamos a sistematização da natureza do espaço proposta por Santos (1985) que reconhece a forma urbana como resultado dos processos, funções e estrutura próprios de cada lugar. Como ferramenta de análise da forma da favela carioca no referenciamos nos fatores de configuração da morfologia de cidades de padrão orgânico geradas de forma espontânea estudados por Kostof (1991). A coexistência e a transcrição de padrões ou tessituras da configuração, a topografia, o parcelamento do solo, o tipo de expansão do território e o conjunto de códigos de comportamento são os seis aspectos observados que correspondem a diferentes óticas de um mesmo território.

Quanto melhor a apreensão da evolução de um espaço com todos os seus elementos (Santos, 1985), maior será a capacidade de propor alternativas de modificação da conjuntura espacial presente, a visualização de cenários e a contribuição do urbanista para o trabalho de construção da cidadania do favelado.

Neste estudo aproveitamos os fatores de influência de Kostof (1991) para reconhecer os processos mais marcantes da configuração de favelas no Rio de Janeiro. Optamos por interpretar a morfologia desse tipo de configuração identificando fatores geradores de padrões urbanos irregulares reconhecidos por Kostof (1991) na sua pesquisa sobre evolução urbana.

3.1 Coexistência

Kostof (1991) estuda o tecido urbano como a soma de partes, um legado histórico na forma de um intrincado encaixe de composições distintas. Usa expressões como justaposição, interligação e quebra-cabeças, para descrever a combinação de diferentes padrões que parecem aleatórios ou espontâneos e que coexistem como um novo padrão. A identificação dessas partes e a pesquisa de suas origens podem revelar muito sobre os processos de constituição de um espaço.

Um padrão pode ser identificado como uma área com características comuns que configuram uma tessitura própria, diferente do entorno. O padrão pode ser resultante do traçado viário ou da dimensão de construções e lotes ou mesmo de técnicas construtivas. Mesmo sem uma delimitação clara entre regiões com padrões diferenciados (por exemplo, os muros entre condomínios e bairros abertos são limites claros), o contraste entre uma configuração e outra é sempre perceptível. Uma boa base de dados para estudar a diversidade de padrões de um lugar é o mapa figura-fundo, que esquematiza a estrutura morfológica de uma área.

Na pesquisa em favelas, a observação de características específicas de cada padrão como técnicas construtivas, materiais de construção e vernáculo arquitetônico, pode informar sobre a data da ocupação do lugar. Outros aspectos como área construída, gabarito e grau de integração à infraestrutura podem ajudar a perceber o estágio de consolidação do conjunto.

Outras características importantes são o grau de dispersão/aglomeração das edificações proporção entre cheios e vazios, grau de conectividade viária, tipo de parcelamento e tipo de malha viária. Esses “tipos” certamente não são classes generalizáveis, são classificações por comparação dentro do universo estudado. Por exemplo, os tipos de parcelamento podem ser distinguidos pelo tamanho dos lotes e

delimitações claras ou não; as vias podem ser carroçáveis ou não, tipo escadaria, trilha, beco, picada, etc.

O padrão é definido pelo conjunto dessas características classificadas e agrupadas de acordo com sua manifestação de maneira repetida e combinada. Um exemplo de combinação de padrões é a configuração da Ilha do Governador, na Zona Norte do Rio de Janeiro. A ilha é dividida em duas partes, uma parte ocupada por grandes lotes com baixa taxa de ocupação destinados à infraestrutura aeroportuária desde a construção da Base Aérea do Galeão em 1923. Outra parte foi loteada na mesma época, para fins residenciais seguindo o traçado curvilíneo das cidades-jardim, o Jardim Guanabara (Gerson, 2000).

Hoje existem favelas nas duas áreas, tanto a administração militar como a civil não puderam evitar a ocupação de suas áreas subutilizadas para moradia de populações sem acesso aos meios formais de compra ou aluguel. Bela Pichuna, Parque Royal, Dendê, Guarabú, Vila Joaniza, Águia Dourada e Praia da Rosa são algumas das 31 favelas cadastradas pela prefeitura²⁰ atualmente, formando um terceiro padrão morfológico na ilha.

²⁰ Tabela 2642. Armazém de Dados.IPP – Prefeitura do Rio de Janeiro. Acessado em: 05/01/2009. www.armazemdedados.rio.rj.gov.br

3.2 Transcrição

Esse fator se refere à superposição de geometrias pré-existentes por novos padrões, adaptando e transformando as formas antigas aos novos usos. Esse conceito se aproxima da categoria *permanência* de Lynch (1997).

Estudando o processo de transformação da cidade clássica romana para a forma medieval, Kostof (1991) reconhece um processo de desregularização da malha urbana. A partir desse indício identifica o enfraquecimento da administração centralizada que garantia a manutenção da malha ortogonal clássica e dos espaços públicos. A destruição de edifícios que abrigavam as antigas instituições cívicas como teatros e templos são manifestações óbvias da transição de valores culturais. O autor identifica ainda a mudança no padrão das habitações, desfazendo as estruturas para famílias isoladas (as *insulae*, semelhantes aos apartamentos contemporâneos) e adensando blocos e quadras regulados por laços de vizinhança e parentesco. Por fim, percebe um redirecionamento da malha para novos pontos de importância indicados pela atrofia de percursos antigos, superando a hierarquia viária pré-existente, pelo menos parcialmente.

Nas favelas do Rio de Janeiro as construções abandonadas, como antigas fábricas, sedes locais da Fundação Leão XIII e outras instituições, freqüentemente são absorvidas para outros usos. Com poucos recursos, não há possibilidade de desperdício. Um exemplo carioca da transcrição percebida por Kostof (1991) é o que foi constatado na favela Vila Joaniza, na Ilha do Governador, onde um antigo edifício²¹ anterior ao abrigo de menores Escola João Luiz Alves de 1941 foi ocupado e

²¹ Também pode ser um vestígio da Coutada Real de D. João VI ali instalada em 1811 ou ainda alguma edificação anterior parte da fazenda dos monges de São Bento. (Gerson, 2000)

transformado em habitação multifamiliar e o pátio, totalmente ocupado por pequenas construções novas.²²



FIG. A – Edificação antiga transformada em residencial multifamiliar. Fonte: Croquis do autor sobre foto do Diagnóstico Favela-Bairro de Vila Joaniza, 2003.

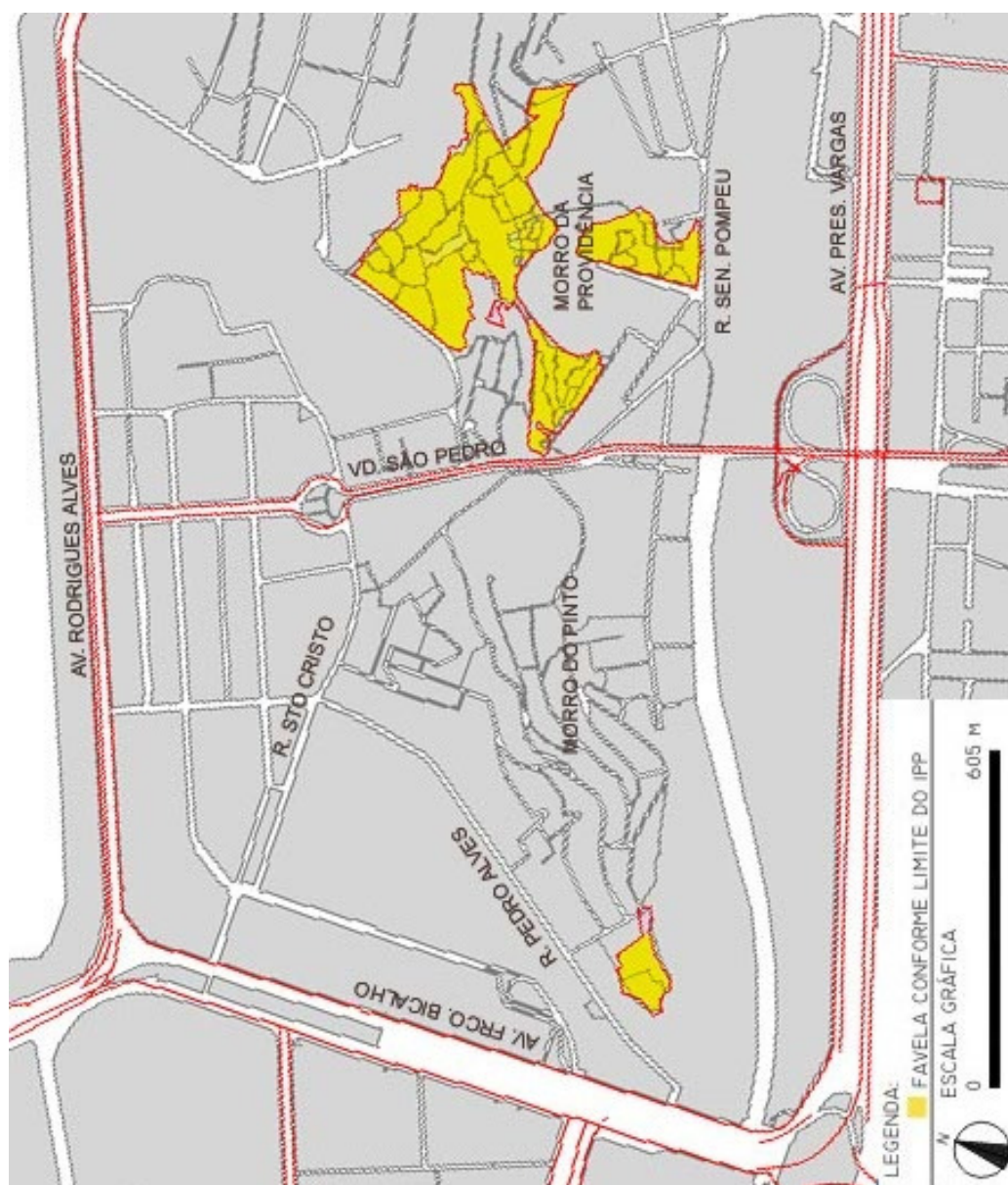
Um outro exemplo é o caso de edifícios institucionais como os da Fundação Leão XIII reservados para outra utilização comunitária, como aconteceu no Jacarezinho. Nesse caso, a edificação original ficou mais preservada já que não houve transformação de uso.

Ainda em outros casos, como no Morro do Pinto, zona portuária no Centro da cidade, casas e sobrados do início do século XX construídos sob condições legais convencionais vêm sendo sub-divididas e descaracterizadas, passando para um estado de irregularidade e informalidade legal. Essa transformação manifesta a decadência econômica das famílias que vivem ali, fazendo de suas casas estruturas como as dos antigos *cortiços*.

²² Diagnóstico Favela-Bairro de Vila Joaniza, 2003

A ocupação do Morro do Pinto começou efetivamente em 1875 quando a chácara ali existente foi loteada e casas e sobrados foram construídos para moradia das famílias dos trabalhadores das fábricas que foram se instalando na zona portuária. A desindustrialização da região e a mecanização do porto a partir da década de 1920 afastaram as oportunidades de trabalho iniciando a lenta decadência do loteamento, que se reflete na data das últimas construções e no seu mau estado geral de conservação.

A comparação com o Morro da Providência, vizinho do primeiro e ocupado desordenadamente, pode revelar que as diferenças no processo inicial de ocupação do solo podem ser superadas e levar à configurações semelhantes. Nesse caso, o loteamento empobrecido e a favela centenária lentamente são modificados por auto-construção e poderão chegar a um mesmo padrão.



MAPA 02 – Cadastral do Morro do Pinto e favela da Providência, no Centro, zona portuária.
Fonte: Armazém de Dados. IPP. 2009.

3.3 Topografia

Outro fator listado por Kostof (1991) que contribui para o padrão “orgânico” é a configuração da malha urbana em função das características naturais do sítio. O autor menciona a implantação da cidade do Rio de Janeiro como exemplo destes casos. A influência da topografia é bastante perceptível como fator determinante de um traçado, mas o autor acredita que esta influência vem reforçada por elementos culturais como critérios pré-urbanos de parcelamento e práticas de cultivo. Para Kostof (1991), mesmo modificações da topografia natural também deixam seus vestígios, como por exemplo, a implantação de aterros que podem conduzir determinados traçados de acordo com a técnica de aterramento.

No caso do Rio de Janeiro, o aterro do Flamengo resultou num traçado modernista com forte participação do designer e, em contraste, o lento aterramento por iniciativa dos moradores do Complexo da Maré configurou uma malha irregular. No Complexo da Maré, parte de seu território é resultado do aterramento do Canal do Cunha, com a lenta substituição das palafitas por casas sobre aterros de entulho e de pontes e ancoradouros por becos e vielas (Del Rio, 1990). Outra parte é resultado do aterro planejado e executado pela prefeitura para implantação de loteamento para habitação social, resultando num traçado regular de quadras retas.

Em outros casos, o esforço para habitar áreas de encosta acentuada também resulta em uma composição morfológica complexa. Para superar riscos de deslizamento sem recursos ou técnicas adequadas, as casas são construídas de forma aglomerada, com as construções da base da encosta suportando as de cima.

Tal configuração resulta num conjunto denso, quase monolítico. Na favela Vila Canoas, em São Conrado, a complexidade é tanta que supera parâmetros convencionais de projeto. O levantamento topográfico, que resulta num modelo bi-

dimensional da área, não é suficiente para representar os domicílios nem o sistema viário, distribuído sob e sobre as casas. Na favela Santa Marta, em Botafogo, os sistemas de esgotamento e abastecimento de água foram tema de concurso de idéias patrocinado pelo governo municipal em 1998 na busca por soluções inusitadas, inspirando um dispositivo suspenso para implantação dos sistemas, superando a forte inclinação do sítio.

3.4 Parcelamento

A pesquisa do histórico do parcelamento do solo urbano é, para Kostof (1991), fundamental para identificar as origens da forma “orgânica” das cidades. Para Kostof (1991:52) “... o poder determina a forma das cidades e a forma mais básica de poder é a propriedade do solo urbano”²³. Assim, entende que a forma urbana é sempre resultante de negociações de poder e, portanto, mutável. Constata que quando o solo urbano é controlado por poucos (como no caso das *company towns*, grandes incorporadoras e governos), a forma urbana é planejada. Por outro lado, com muitos proprietários esse poder - a possibilidade de controle da forma - é dividido e resulta numa configuração mais irregular. Resumindo, para Kostof (1991), a diversidade de proprietários é diretamente proporcional à complexidade da forma urbana.

Para esse autor “... o parcelamento pré-urbano bem pode ser o determinante fundamental para as formas urbanas irregulares de todas as épocas”²⁴ (Kostof, 1991:57). A influência do parcelamento do solo na configuração urbana pode ser constatada através da análise de documentação antiga como mapas e registros de imóveis. A superposição de mapas de loteamentos e plantas tipo cadastro urbano

²³ Tradução da autora para: “ *Power designs cities, and the rawest form of power is control of urban land*” (Kostof, 1991:52)

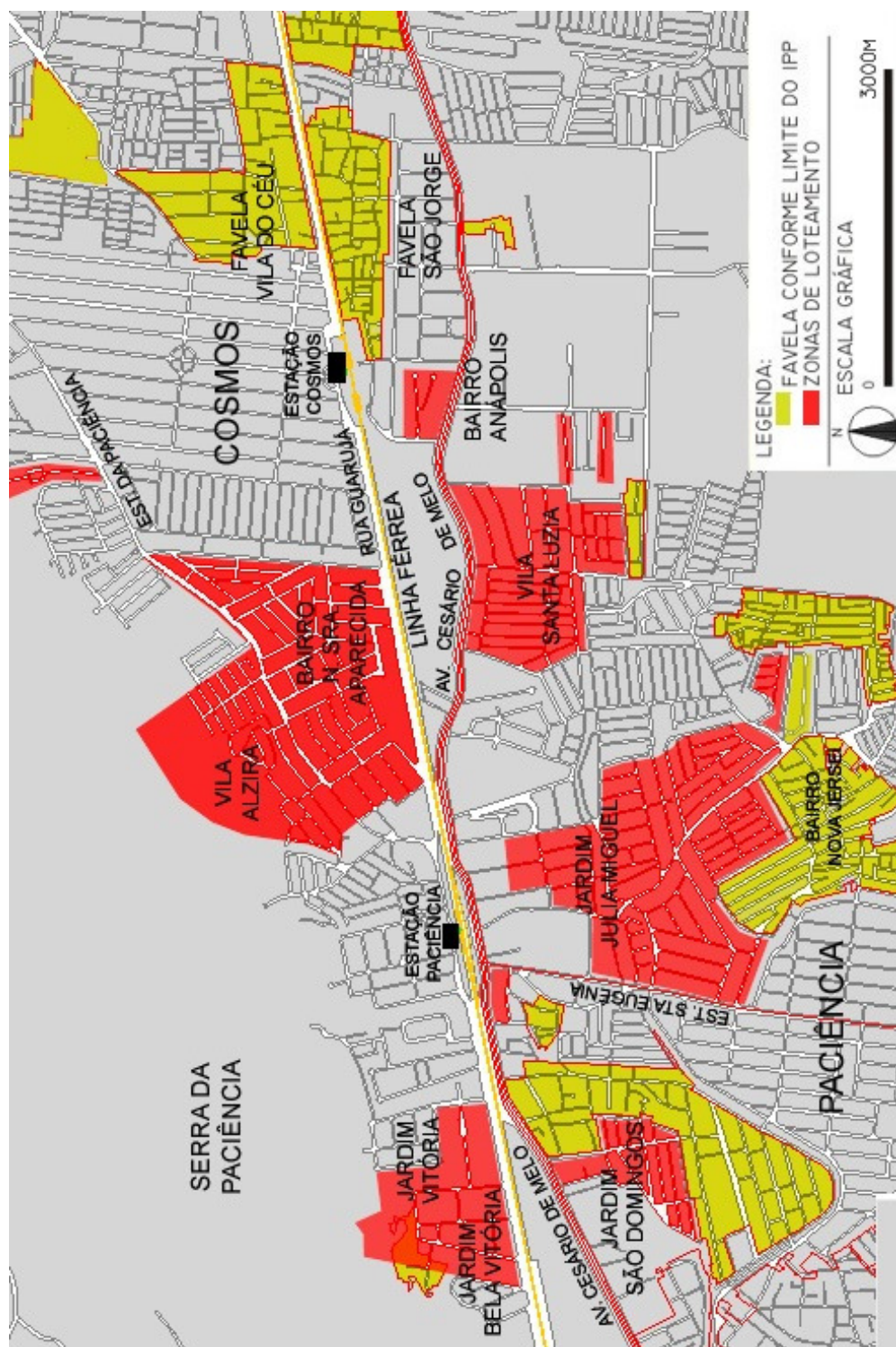
²⁴ Tradução da autora para: “*Pre-urban land division may well be the most fundamental determinant for the irregular city-forms of all ages.*”(KOSTOF 1991:57)

revelam os limites que permanecem através dos diversos processos de ocupação do solo.

A análise de Kostof (1991) sobre a evolução de cidades da Inglaterra constata que a faixa limítrofe das glebas tende a permanecer desocupada na forma de vias e outros usos públicos. Para o autor, é um indício de que lá as áreas de uso público constantemente estão sob pressão para ocupação privada. Nessa análise, Kostof (1991) discrimina dois tipos de divisão de lotes com conseqüências distintas na forma urbana. Aqueles lotes cujo perímetro foi definido por fronteiras naturais geram desenhos orgânicos, e por outro lado, quando demarcados por instrumentos topográficos geram fronteiras retilíneas.

No caso das favelas cariocas muitas vezes a propriedade não é legalizada mas o controle do solo é fato, por isso, para este estudo consideramos a posse do lote como fator equivalente à propriedade. Na favela, além dos limites naturais e dos limites demarcados, encontramos um terceiro tipo: o limite efêmero, que é o resultante das negociações e disputas cotidianas da construção constante da moradia da favela. Assim, como pode ser visto no Mapa 04, o histórico do parcelamento registrado nas instâncias legais não vai demonstrar todo o processo de loteamento de uma favela, e faz-se necessária a pesquisa de campo e a recuperação dos fatos passados através de entrevistas e fotos antigas.

As linhas retas entre as diferentes iniciativas de parcelamento são bastante perceptíveis nas aerofotos e plantas cadastrais do Rio de Janeiro (ver Mapa 03) e ajudam a detectar os processos de crescimento de cada área estudada. Nos estudos preliminares para projetos nos bairros como Paciência, Cosmos e Inhoaíba, entre outros da Zona Oeste, esse aspecto é especialmente importante. Esses bairros são como grandes mosaicos constituídos por loteamentos irregulares, conjuntos de habitação social e favelas.

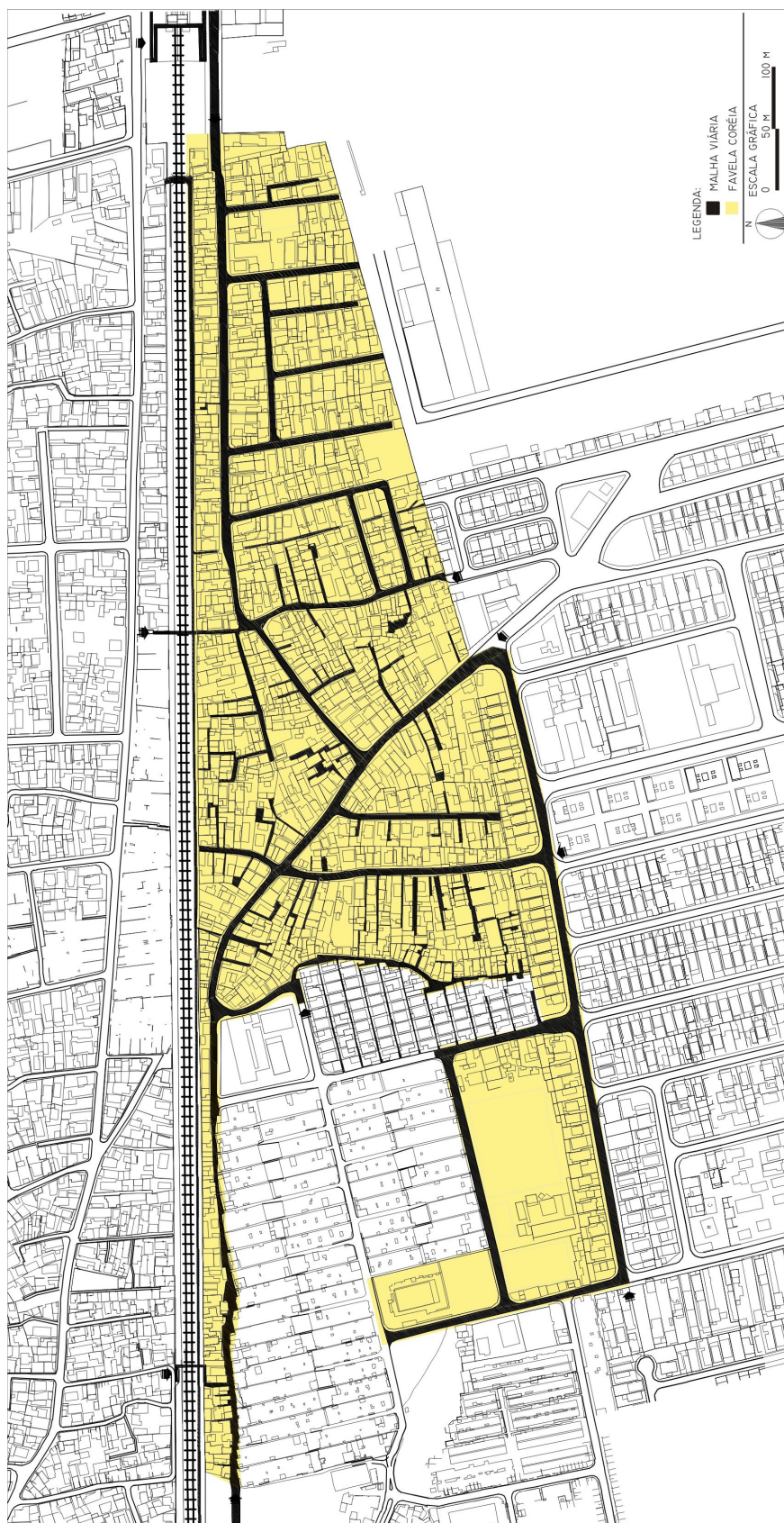


MAPA 03 – Localização de favelas e loteamentos irregulares, nos bairros Paciência, Inhoaíba e Cosmos, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Fonte: SABREN, 2004 sobre mapa do Armazém de Dados – IPP, 2009.

A diversidade indicada no Mapa 03 reflete o processo de ocupação da área. A partir da expansão do ramal ferroviário para Santa Cruz em 1906, uma diferentes processos de ocupação tiveram lugar na Zona Oeste. Conforme Leitão (2004), *"...ao longo das décadas de 1980 e 90 surgiram, principalmente na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro e no município de Nova Iguaçu, loteamentos de 800, 1100 e até 1500 lotes"* (Leitão, 2004:13). Esses lotes também não eram vendidos com a urbanização completamente implantada, resultando em problemas na regularização da posse. A Zona Oeste foi também a região da cidade onde foram construídos muitos dos conjuntos habitacionais dos antigos IAP (Institutos de Aposentados e Pensionistas), Programa PROMORAR e outros do BNH.

Na mesma área, Leitão (2004) ressalta que *"...também surgiram ocupações organizadas de áreas – públicas em sua maioria – com o objetivo de assentar famílias de baixa renda"*. Um exemplo desse processo de ocupação foi o que deu origem à favela Coréia, que teve as ruas e lotes divididos de maneira previamente articulada pelos moradores de forma geometricamente regular, prevendo implantação de saneamento e vias carroçáveis. Neste caso, o primeiro movimento de ocupação aconteceu ainda antes da década de 1960, sendo expandido mais tarde na década de 1980 também de maneira articulada, mas sem o mesmo planejamento, e depois novamente na década de 1990 por iniciativa do tráfico.²⁵ No Mapa 04 pode ser observada a diferença entre os três momentos refletida na configuração formal e também no mosaico formado pelos dois loteamentos iniciais.

²⁵ SMH, Prefeitura do Rio de Janeiro. *Diagnóstico do Programa Favela-Bairro Vila Croácia - Coréia*, 2002.



MAPA 04 – Favela da Coréia, no bairro Santíssimo, Zona Oeste. Notar as diferentes configurações em lotes com o mesmo estado legal. Fonte: Diagnóstico Favela-Bairro Coréia – Vila Croácia 2002.

Ainda sobre o processo de loteamento da Zona Oeste do Rio de Janeiro, Leitão descreve:

"...essas ocupações organizadas se distinguem de outros assentamentos informais pelos cuidadosos preparativos de suas ações: desde o levantamento de informações sobre a propriedade fundiária do terreno a ser ocupado, passando pelo cadastramento das famílias participantes, até a realização de articulações políticas em busca de apoio a eventuais enfrentamentos com as forças policiais"(2004:13).

Muitas favelas nessa zona da cidade, como é o caso de Vila do Céu, Jacaré e Coréia, ocupam sítio plano ou semi-plano com lotes bem demarcados e malha viária confortável, resultante do projeto de loteamento seja pelo empreendedor comercial, seja pelas próprias famílias. São configurações muito diferentes das observadas nas favelas da Zona Sul em sítios com forte inclinação, já que em terreno plano ou pouco acidentado as possibilidades de estabelecer uma boa implantação e melhores condições de saneamento básico são maiores. Cabe a ressalva de que, dadas as condições precárias em ambas as regiões, a localização mais próxima das ofertas de trabalho é a que fica mais valorizada.²⁶

3.5 Conurbação e sinoecismo

A fusão de comunidades próximas também gera uma configuração ou forma irregular e pode acontecer segundo dois processos principais, por conurbação ou por sinoecismo. O sinoecismo corresponde à integração política entre cidades, percebido primeiramente nas descrições de Aristóteles sobre o crescimento das cidades helênicas, (Kostof, 1991). Já a conurbação está relacionada a processos de aproximação física dos territórios e de sua interdependência econômica. Para Kostof (1991), a fusão tipo sinoecismo, ao contrário da conurbação, é mais do que o

²⁶ Abramo, Pedro. Mercado e ordem urbana: do caos à teoria da localização residencial. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil – FAPERJ, 2001.

resultado da expansão da área ocupada indicando transição política, um pacto de lideranças dos habitantes envolvidos.

Na análise da morfologia das favelas esse aspecto aparece nos “complexos” de favelas como o complexo do Alemão, no complexo da Maré ou no complexo de Manguinhos. O desenvolvimento dessas grandes favelas ocorreu por “conurbação” de comunidades menores que foram se aproximando, mesclando sistema viário, saneamento e por fim, associações de moradores.

O Complexo da Maré, por exemplo, na Zona Norte do Rio de Janeiro, foi resultado da aproximação de seis favelas bastante distintas entre si, *“...apresentando diferentes estados de consolidação e infra-estrutura (...) e características específicas que permitem um forte senso de identidade de suas comunidades”*. (DelRio, 1990:124). Nesse caso a conurbação se deu pela ação do governo federal que agrupou as seis áreas, Parque União, Parque Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Baixa do Sapateiro e Morro do Timbau, em um só projeto de recuperação ambiental e pela aproximação física entre elas.

As franjas ou interstícios entre as unidades agrupadas são também bastante notáveis na investigação da forma urbana. Nas pesquisas de Kostof (1991) as áreas entre as comunidades são preenchidas lentamente e permanecem parcialmente públicas como mercados ou áreas comunitárias.

Entre as favelas esse interstício é sutil, na forma de uma via, um desnível topográfico ou um canal. Ao contrário, entre favela e bairro regular a franja é preenchida por instituições e áreas de uso público como parques e quadras esportivas. Ainda assim, os estabelecimentos comerciais e as residências passam por adaptações ao longo do tempo aproximando-se do território vizinho.

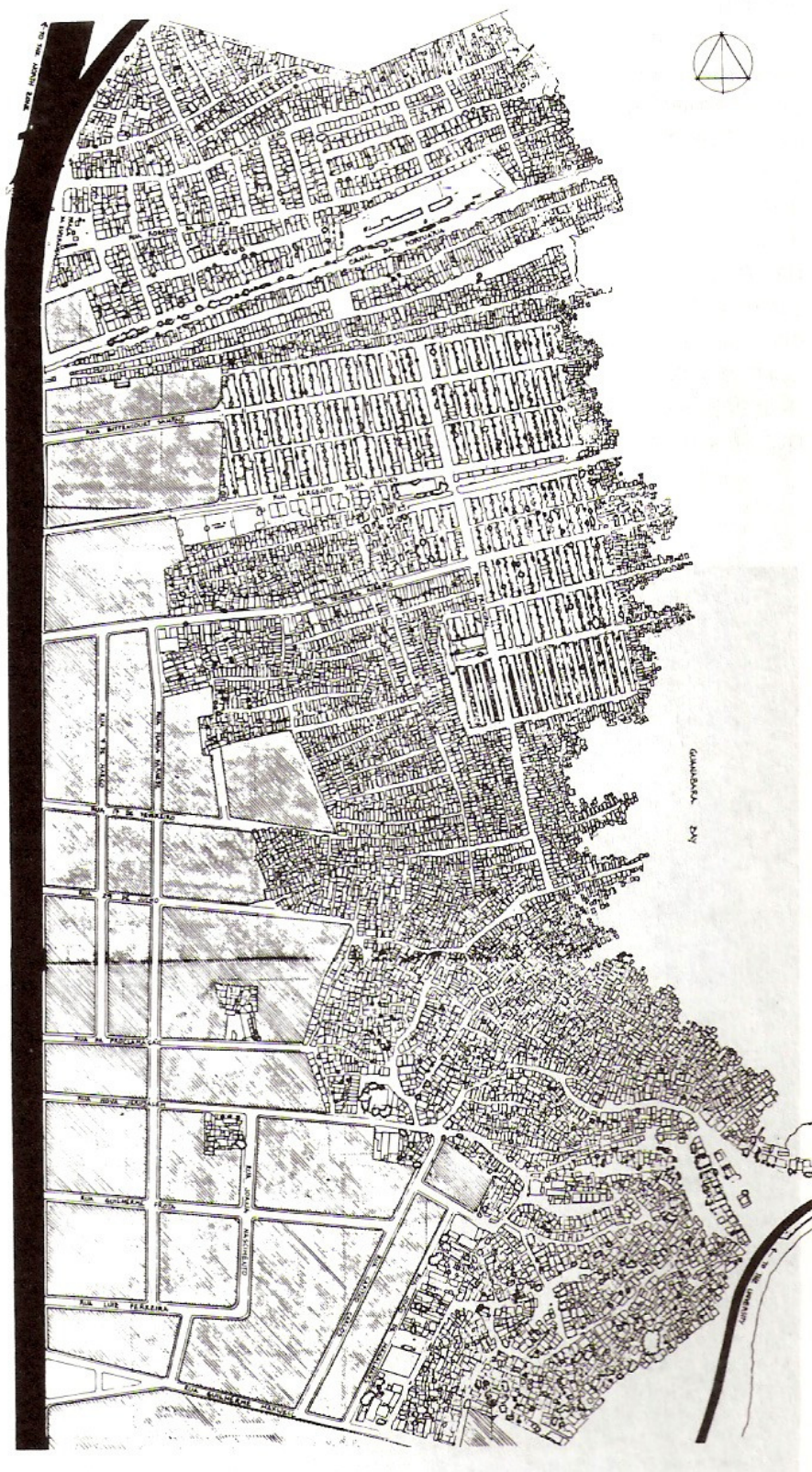


FIG. B – Favela da Maré, formada por agrupamento de seis favelas distintas com configurações diferenciadas.
Fonte: DelRio, 1990.

3.6 Legislação e códigos locais

Outro fator para a forma urbana é o relacionado ao arcabouço sócio-cultural dos habitantes. Normas definidas explicitamente como a legislação, e implicitamente, como hábitos locais e cultura, são fatores imateriais ou não-físicos capazes de influenciar a construção das cidades. Na análise de Kostof, *"topografia, parcelamento do solo e sinoecismo são determinantes físicos da forma urbana irregular..."* e além destes aspectos, comenta sobre *"... as improvisações urbanas baseadas na estrutura social e limites de controle público"*²⁷ (Kostof, 1991:62)

A legislação urbana é o conjunto de posturas com definições de gabaritos, áreas *non-aedificandi*, zoneamentos, regulamentação de loteamentos e outros aspectos do uso do solo urbano. Essas normas têm grande impacto na morfologia das cidades, pois são medidas de controle público, mediando usos comuns e externalidades²⁸.

Vimos no Capítulo 2 que a favela carioca tem persistido em alto grau de ilegalidade frente aos parâmetros do direito urbano. Nesse sentido, Fernandes (2008) avalia que *"...o crescimento urbano rápido (nas cidades latino americanas) se deu em grande medida em condições de laissez faire..."* e constata uma *"...tensão entre civilismo e urbanismo tecnocrático que alimentam a informalidade urbana e a exclusão sócio espacial."* Acrescenta ainda que *"... é nesse contexto que o direito tem sido um dos principais fatores que produzem a ilegalidade urbana"* (Fernandes, 2008:67). Leis sancionadas e não regulamentadas, divergências em interpretações, e o confronto entre o direito à moradia assegurado pela constituição e o código civil que

²⁷Tradução da autora para: *"Topography, land division, synoecism – these are all physical determinants of irregular city form, It remains to speak briefly of urban improvisations based on social structure and the limits of public control."*

²⁸ *"An externality occurs whenever the activities of one economic agent affect the activities of another agent in ways that are not reflected in market transactions."* Traduzido pela autora para: *"Uma externalidade ocorre sempre que as atividades de um agente econômico afetam as atividades de outro agente de forma que não se refletem em transações de mercado"* (Nicholson, 2002:660).

define a propriedade do solo urbano, fazem da legislação um labirinto com diversos matizes entre legalidade e ilegalidade.

Nesse vácuo legal, as associações de moradores, condomínios e outras agremiações produzem também uma série de normas de âmbito local. Na favela e em outros sub-espços (Santos, 1985) periféricos, essas regras são mais dominantes do que a legislação e são definidas coletivamente ou por decisão das lideranças locais, por processos mais ou menos participativos, cada caso tem uma conjuntura específica.

No caso da favela da Coréia, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, o traçado viário e a divisão dos lotes apresentam uma certa regularidade, com ângulos retos e quadras bem demarcadas, decorrente da convenção adotada no início da ocupação da área. As associações de moradores freqüentemente são ativas para impedir construções que comprometam o sistema viário, ou ao contrário, compactuam com o fechamento de uma via para aumentar o controle de acesso à favela.

É o caso do setor Pica-pau, na favela Vila Joaniza da Ilha do Governador. Ali o acesso carroçável foi bloqueado por uma construção e a área tornou-se um labirinto de becos, favorável ao abrigo de criminosos.

A subdivisão das favelas em setores é também uma convenção. No Rio de Janeiro a setorização foi adotada como unidade condominial no programa de saneamento Pro-Sanear de meados dos anos 1980. Os técnicos da CEDAE adotaram referências de localização pré-existentes e incorporaram outras divisões que fossem necessárias para a instalação do sistema. Muitas favelas do Rio adotaram essas subdivisões, usadas por moradores e técnicos das diversas instâncias governamentais mesmo depois de modificado o sistema de saneamento.



MAPA 05 – Favela Vila Joaniza, na Ilha do Governador, Zona Norte. Malha viária do setor Pica-pau. Fonte: Diagnóstico Favela-Bairro 2003

Por fim, inclui-se neste aspecto o sistema de hábitos de cada comunidade. Técnicas construtivas, valores culturais e até as afinidades e diferenças pessoais são fatores importantes para a configuração das favelas. Em outras áreas da cidade este aspecto é bem menos influente, superado pelas convenções da legislação. Na favela, o “jeitinho” é uma ferramenta importante para viabilizar as condições de moradia.

PARTE III - A Rocinha sob a ótica da forma

4 A construção da Rocinha

A análise a seguir apresenta alguns fatos da evolução e a caracterização urbana da favela da Rocinha, na Zona Sul do Rio de Janeiro, através da pesquisa de indícios da morfologia. Antes disso, faz-se necessária a contextualização da favela apresentando sua localização na cidade através de uma rápida revisão histórica.

A Rocinha é uma favela que foi transformada em bairro pela Lei 1995 de 18 de junho de 1993, quando foram definidos seus limites e criada a XXVII R.A. – Região Administrativa específica para a Rocinha. Foi implantado o POT – Posto de Orientação Técnica – com engenheiros e técnicos para fiscalizar e orientar os moradores na forma de consultas e autorizações para construção. Em 2001 foi delimitada a AEIS – Área de Especial Interesse Social – da Rocinha, possibilitando a definição de novos parâmetros urbanísticos específicos para esse bairro.

Localizada entre os bairros de São Conrado e Gávea na cidade do Rio de Janeiro, tem oficialmente 143,72ha. Seus principais acessos são a Estrada da Gávea e a Auto-estrada Lagoa-Barra, principal eixo de ligação entre a Zona Sul e a Barra da Tijuca, e está situada a cerca de 15km de distância do centro. A favela espalha-se por encostas e várzea dos morros Dois Irmãos e Cocharne. Parte deles está no Parque Nacional da Tijuca, área de proteção ambiental que define os limites norte e sul da Rocinha (ver Mapa 06).

Existe uma subdivisão interna da Rocinha em setores internos definidos pouco a pouco no decorrer do crescimento da favela. São áreas definidas tanto por estratégias de implantação de sistemas de saneamento e iluminação, como por processos de parcelamento e ocupação. Os setores a seguir estão listados conforme relatório da Fundação Bento Rubião (ver Mapa 07). Ao sul da Estrada da Gávea: Bairro Barcelos; Largo do Boiadeiro; Campo da Esperança; UPMMR; Cidade Nova; Rua 4; Rua 3; Rua 2;

Mapa 06 - Favela da Rocinha, Zona Sul. Localização na região. Fonte: IPP-Armazém de Dados. 2009.

O mapa mostra a localização da Favela da Rocinha em relação a outras áreas da Zona Sul. A favela é destacada em amarelo, dentro de uma zona de proteção ambiental mais intensa (verde escuro). Outras áreas de proteção ambiental menos intensas (verde claro) são mostradas ao redor. A favela está situada entre o Morro do Cocharne e o Morro Dois Irmãos. A Avenida Estrada Lagoa-Barra e a Avenida Prefeito Mendes de Moraes são visíveis. A favela é limitada pelo IPP (Indicador de Proteção Ambiental) e a zona de conêlito favela. A área de proteção ambiental mais intensa é a favela da Rocinha. A área de proteção ambiental menos intensa é a zona de conêlito favela. A favela da Rocinha é a maior e mais densa. A zona de conêlito favela é a menor e menos densa. A área de proteção ambiental mais intensa é a favela da Rocinha. A área de proteção ambiental menos intensa é a zona de conêlito favela. A favela da Rocinha é a maior e mais densa. A zona de conêlito favela é a menor e menos densa. A área de proteção ambiental mais intensa é a favela da Rocinha. A área de proteção ambiental menos intensa é a zona de conêlito favela.



MAPA 07 – Favela da Rocinha, Zona Sul. Setorização interna. Fonte: Fundação Bento Rubião. (2006)

Tal divisão vem sendo adotada pelo poder público e pela população. Os nomes de cada setor foram incorporados aos textos oficiais e reforçados na década de 1980 pelo sistema de saneamento condominial implantado pela CEDAE (Pro-Sanear).²⁹ Considera-se neste estudo a área de 92ha definida pela soma desses setores e descartando as encostas desabitadas dos morros Laboriaux e Dois Irmãos que fazem parte da delimitação oficial.

O bairro de São Conrado está situado entre o mar e o maciço da Tijuca, entre a Zona Sul do Rio de Janeiro e a Barra da Tijuca e transformou-se um ligação entre

²⁹ Diagnóstico Sócio-Econômico Rocinha, Volume I – Síntese. PNUD - Fundação Bento Rubião. 2006.

esses bairros com a abertura da Auto-estrada Lagoa-Barra. Com imóveis altamente valorizados, é endereço de um dos mais luxuosos *shopping-centers* e de um dos mais caros clubes da cidade. O bairro da Gávea também se caracteriza pelo alto poder aquisitivo de seus habitantes, com várias mansões bem próximas aos limites da favela.

Lygia Segala desenvolveu uma ampla pesquisa fundamentada na coleta de relatos dos moradores sobre a história da formação da Rocinha e as lógicas do trabalho comunitário no período de 1977 a 1983, que resultou no livro "*Varal de Lembranças: histórias e causos da Rocinha*" e na sua dissertação de mestrado em 1991. É principalmente nesse estudo que esta revisão histórica está referenciada.

Os relatos coletados pela autora partem de 1925, com o lançamento do loteamento da Cia Castro Guidon voltado para baixa renda, com pequenos lotes e pouco investimento em infra-estrutura. Antes disso era uma área rural resultante do parcelamento da antiga Fazenda São José da Lagoinha da Gávea em chácaras menores, que já contava com a Estrada da Gávea como principal acesso da região.³⁰

Em 1933 a circunscrição da Gávea englobava representava o vetor de expansão sul da cidade "*incluindo Jardim Botânico, Jockey Clube, a área industrial da rua Marquês de São Vicente e o final do Leblon, até os loteamentos avançados da 'praia da Gávea' (São Conrado) e da estrada da Gávea*" (Silva, 2005:81). A pesquisa de Silva (2005) indica que no censo desse ano foram registrados 354 casebres na estrada da Gávea e mais 13 no Caminho do Laboriaux, incluídos no total de 1.447 casebres em toda a circunscrição.

Até 1937 a ocupação era bastante rarefeita, dispersa ao longo da Estrada da Gávea, que já existia com o traçado atual. Nesse ano as vendas do loteamento foram interditadas e os 80 proprietários ficaram sem suas escrituras. Ao mesmo tempo, a estrada foi decretada logradouro público e pavimentada e os outros lotes foram sendo

³⁰ A Estrada da Gávea aparece na *Planta das Principaes Avenidas, Ruas e Estradas* publicada em 1906 pelo Distrito Federal mas é ainda anterior, existindo como acesso da Fazenda São José da Lagoinha da Gávea. Em: Planos Urbanos. Rio de Janeiro. O século XIX. Rio de Janeiro. IPP.2008.

ocupados por pessoas que não participaram do loteamento. Segala (1991) descreve essa relação entre *proprietários* e *invasores* como litigiosa a princípio e cooperativa depois de reconhecida a condição de “*pessoa de bem*” do novo morador. Essa relação pode ter ajudado a preservar as características do loteamento, já que com o contato persistia a informação do traçado das vias e partição dos lotes.

Além dos moradores, participaram do processo de ocupação toda uma gama de agentes externos, como por exemplo políticos de diversos escalões e posições políticas que foram promovendo algumas melhorias a título de benfeitoria e ao mesmo tempo estimulando o aumento da população da área. Apesar do Código de Obras de 1938 que proibia explicitamente a existência de favelas, a repressão era contornada através de diversos “*jeitinhos*” como suborno do agente repressor, ou da menção a um padrinho mais poderoso, ou ainda outras estratégias³¹ (Segala, 1991).

Coerentemente com a disputa pela influência sobre a população da Rocinha, foi implantada uma sede da Fundação Leão XIII em 1940 compartilhando o lote da capela erguida dois anos antes na localidade conhecida como Lagoinha, na borda da estrada da Gávea. Mais tarde a rede da fundação foi desvinculada da Igreja e integrada à estrutura de assistência social do estado. Em 1950, o censo demográfico indicou uma população de 4513 habitantes e, dez anos depois, 14.793 moradores. (Silva, 2005:93).

Em 1961 foi institucionalizada a primeira associação de moradores da Rocinha, UPMMR – União Pró Melhoramentos dos Moradores da Rocinha que funciona até hoje. Também foi fundada mais tarde, em 1965, a SOREG – Sociedade Recreativa e Educacional da Gávea – voltada para atividades culturais. A SOREG foi extinta, mas

³¹ Segala constatou, por exemplo, a estratégia de ocupar a casa nova com uma “*família emprestada*”, já que no caso da construção ser habitada por crianças a fiscalização não derrubava a casa. Quem não tinha filhos, arrumava “emprestado” de algum vizinho solidário. (1991:95).

existem diversas iniciativas culturais dispersas derivadas desse trabalho como grupos de teatro e a escola de samba Acadêmicos da Rocinha.³²

Na segunda metade da década de 1960, durante a ditadura, as iniciativas de mobilização popular foram reprimidas e, sem eleições, o jogo do clientelismo murchou. Já não havia impedimento para promover remoções. Também foi época de enchentes que agravaram a precariedade das favelas e justificaram a política remocionista. Nesse período foram removidas da Gávea as favelas Largo da Memória, Capinzal e do Jóquei (Silva, 2005:81).

Na mesma época foi lançado mais um loteamento também voltado para baixa renda na base da vertente de São Conrado. O terreno semi-plano foi parcelado irregularmente pela Companhia Cristo Redentor e, assim como aconteceu em 1927, os compradores não puderam receber suas escrituras. Coube aos próprios moradores a responsabilidade de apresentar projeto de saneamento e executá-lo para conseguir a regularização do loteamento (Segala, 1991).

A Rocinha passou por três processos de remoção parciais: o primeiro em 1968, para abertura da Auto-Estrada Lagoa Barra; o segundo, em 1971, quando diversas famílias foram levadas para o bairro Oswaldo Cruz e acabaram voltando para a Rocinha aos poucos por iniciativa própria; e por fim, em 1975 quando mais famílias foram transferidas para Fazenda Coqueiro, na Zona Oeste. Posteriormente, parte do setor Vila Cruzado também foi removida por risco de desmoronamento na gestão municipal de Marcello Alencar (1988-1992) (Andrade, 2002).

Outro fato marcante foi a canalização do rio entre os setores Largo do Boiadeiro e Rua 2 em 1981. As famílias relocadas foram transferidas para um conjunto habitacional construído numa das áreas altas mais perto da Gávea, expandindo o setor

³² Conforme relatos colhidos por Segala (1991) e histórico das websites dos grupos: www.rocinha.org e www.academicosdarocinha.com.br e www.favelatemmemoria.com.br Acessados em 04.05.2009.

Vila Laboriaux. Nessa época a Rocinha já ocupava 45ha e tinha 97.945 habitantes, pela contagem da Secretaria Municipal de Planejamento em 1980.

Somente a partir do fim da década de 1970 foram elaborados programas de atendimento e de melhoria dos serviços da CEDAE, COMLURB e LIGHT voltados para e Rocinha e outras favelas. Essa iniciativa melhorou muito a condição de saneamento da Rocinha, bastante precária desde as primeiras casas, quando a água utilizada na Rocinha vinha de poços freáticos e nascentes e não havia qualquer sistema de esgotamento sanitário. Mais tarde foram construídos reservatórios e caixas d'água utilizados coletivamente ainda alimentados pelas águas represadas, sem canalização para as casas, eram as chamadas *sociedades da água*.

Depois de 1964, os reservatórios passaram a ser controlados por alguns moradores que cobravam uma taxa mensal. Também de forma coletiva, a instituição de *comissões de luz* foi a forma de distribuição de energia elétrica de maneira condominial a partir de alguns poucos relógios instalados oficialmente. O sistema de esgotamento predominante era por despejo *in-natura*, contaminando os talvegues – vertentes naturais de drenagem - de águas pluviais e os poços. Tanto as *sociedades da água* como as *comissões de luz* davam margem a disputas pelo controle e cobrança do serviço, criando um grupo de *donos da água* e *donos da luz* capazes de explorar a carência por esses recursos básicos (Segala, 1991). A implantação das redes públicas dissolveu o poder desses grupos.

De acordo com dados do Censo IBGE – 2000, apresentados no relatório da Fundação Bento Rubião – PNUD/2006, 96% dos domicílios da Rocinha estão ligados à rede geral de abastecimento de água e 60% conectados à rede de esgotamento sanitário. Permanece, portanto, a condição de insalubridade e contaminação dos talvegues.

A pesquisa preliminar do PAC-Rocinha estimou 110.000 habitantes em dezembro de 2007 na favela usando uma aproximação baseada na contagem em

campo do número de pavimentos das construções. Também contaram entre as edificações de uso institucional, 13 lan-houses, 3 agências bancárias, 12 estabelecimentos de saúde, 12 creches, 15 ONGs com diversas áreas de atuação e 14 escolas. A Secretaria de Obras do governo do estado fez um censo domiciliar na Rocinha, no âmbito do programa PAC, mas os resultados ainda não foram divulgados.

Iniciativas culturais importantes têm tido lugar na Rocinha, desenvolvidas com assessorias externas especializadas, patrocínios privados e subsídios estatais. A confecção de roupas CoopaRoca, a TV-Roc e a Escola de Samba Unidos da Rocinha, por exemplo, vêm ganhando cada vez mais importância no panorama cultural da cidade.

Atualmente, a Rocinha recebe atenção de outras instâncias além daquelas de âmbito da assistência social e de segurança policial. Órgãos governamentais, ONGs e setores da iniciativa privada voltados para turismo, meio-ambiente, produção cultural e mercado imobiliário (formal e informal) vêm participando cada vez mais da complexa dinâmica sócio-econômica local.

Quanto a modificações espaciais recentes na Rocinha, destaca-se a consolidação de um mercado imobiliário “informal” interno, a crescente verticalização para investimento no mercado rentista de habitação (Leitão, 2004) e a iniciativa do governo do estado de implantação do PAC-Rocinha. Esse projeto prevê mudanças importantes no sistema viário, bem como a liberação de áreas de risco e dos talwegues (vertentes naturais de drenagem), além da construção de novos edifícios institucionais e de um conjunto habitacional de apartamentos para as famílias deslocadas pelas obras³³.

O PAC-Rocinha vem sendo implantado desde 2008, viabilizado pelos instrumentos previstos no Estatuto das Cidades e pela flexibilização dos parâmetros

³³ Relatório Plano de Intervenção PAC Rocinha – 2008. M&T Arquitetura e Urbanismo.

construtivos dentro de áreas delimitadas como A.E.I.S. (Área de Especial Interesse Social). A A.E.I.S.-Rocinha foi regulamentada em 2001 e seus parâmetros urbanísticos definidos em 2007. Essa legislação deu fundamentação jurídica para a recente demolição de um edifício de dois andares com 18 quitinetes em etapa final de construção, embora um outro edifício com onze andares construído em 2008 não tenha sido embargado.

5 Índícios da evolução morfológica da Rocinha

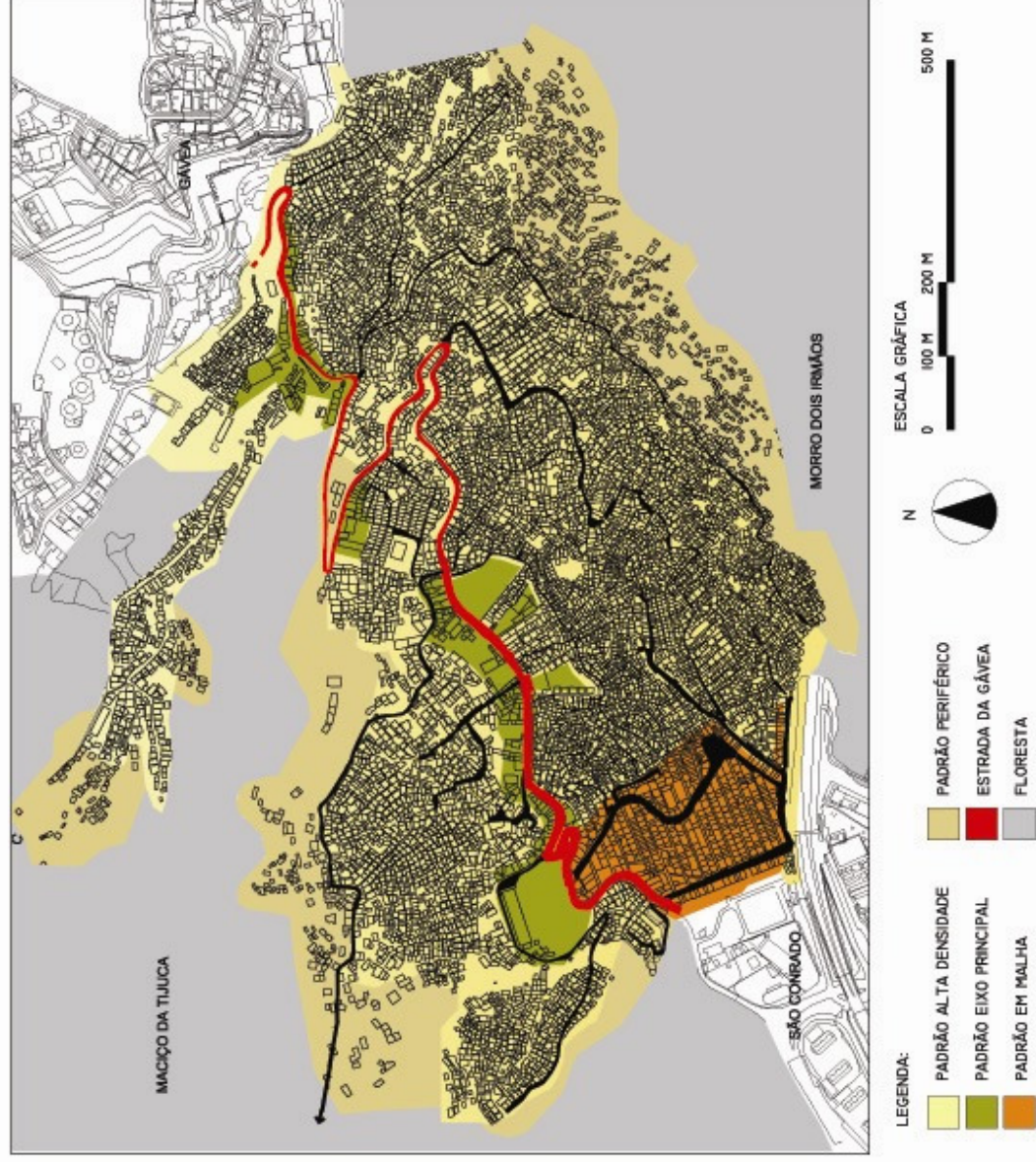
5.1 A coexistência de padrões

Estudando a morfologia da Rocinha e bairros vizinhos, constata-se a superposição dos padrões constituídos pela tessitura da floresta, das formações rochosas do Maciço da Tijuca e da construção densa das casas da favela.

A estrada da Gávea cruza a Rocinha ligando São Conrado à Gávea num percurso de curvas fechadas, sem alterações importantes desde sua abertura como acesso da fazenda além da sua pavimentação em 1938 (Oliveira,1977). A Rocinha é estruturada por essa via, distribuindo-se ao longo dela à direita e à esquerda irrigada por pequenas ruas, becos e escadarias.

Assim, considerando todas essas características, identificamos quatro padrões de configuração diferentes na Rocinha resultantes da combinação dos elementos de maneira marcante. A delimitação das áreas de cada padrão não corresponde exatamente à delimitação intra-setorial, a não ser no caso do setor Bairro Barcelos, como veremos adiante. A seguir descrevemos as características de cada padrão de configuração. Sua localização está representada no Mapa 08, reforçada pelo Mapa 09 de Figura-Fundo e Mapa 10, representativo da malha viária da Rocinha.

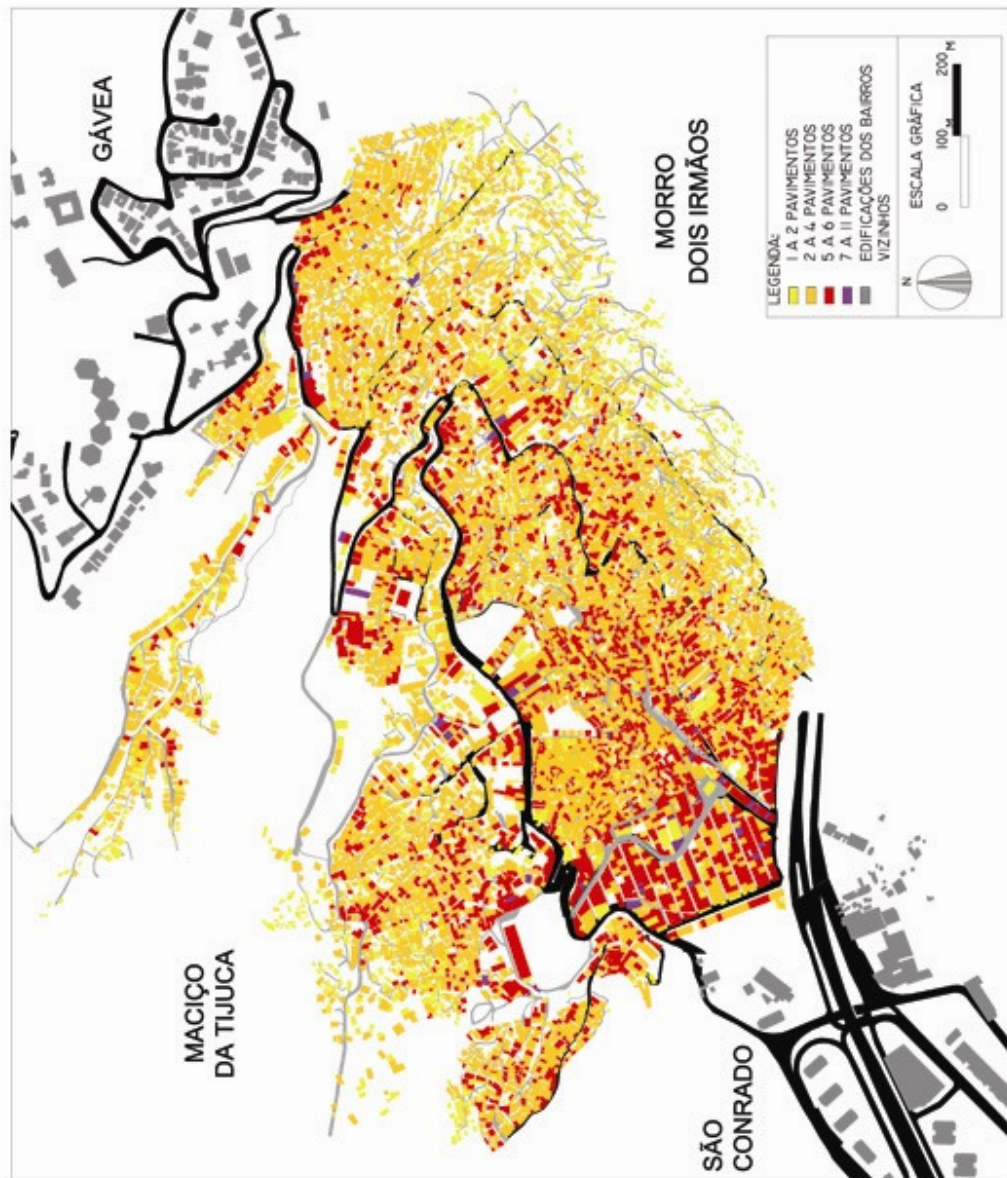
MAPA 08



MAPA 09



MAPA II



a) Padrão em malha

O padrão identificado no setor Bairro Barcelos remete à organização urbana em malha observada em bairros resultantes de loteamentos como Copacabana ou Ipanema. É constituído por quadras bem delimitadas pela malha viária regular formada principalmente por Via Apia, Estrada da Gávea, Caminho do Boiadeiro e Travessa Esperança. Uma série de becos paralelos interliga essas vias e forma 12 quadras estreitas densamente ocupadas por edifícios residenciais com até 9 pavimentos, sendo 90% das edificações com até 5 andares³⁴.

O setor Bairro Barcelos, por seu processo de implantação, é mais formalizado do que o restante da Rocinha, tanto em relação aos usos (comércio, banco, farmácia) quanto na infra-estrutura de saneamento e na qualidade das edificações. As unidades residenciais ou comerciais têm pouca ou nenhuma possibilidade de expansão e recebem, talvez por essa razão, maior investimento no tratamento das fachadas.

Implantado em área de pouca declividade – com cotas de 10m a 20m – tem boa permeabilidade e a integração com serviços de comércio e abastecimento do entorno. Nesse sentido, a pesquisa de Leitão (2004) junto à administradoras de imóveis que atuam no mercado imobiliário local revelou que os agentes percebem o Bairro Barcelos como a "*porta de entrada*" da Rocinha, por sua proximidade da Auto-estrada Lagoa-Barra e também pela semelhança com os bairros do "asfalto". Essas características são as mesmas que atraem comerciantes e traficantes e desanimam as famílias, que buscam outras áreas mais tranquilas da Rocinha (Leitão, 2004:134).

b) Padrão do eixo principal

Essa configuração é percebida às margens da Estrada da Gávea, lugar das primeiras ocupações na região (Segala, 1991). A ocupação dessas áreas começou em 1925 e se acelerou no final da década de 1930 com a pavimentação da estrada. Os lotes

³⁴ Relatório Conhecendo a Rocinha – 2008. M&T Arquitetura e Urbanismo.

dessa área têm testada de aproximadamente 10m, considerada larga para os padrões locais.

Os edifícios nessa região têm quatro andares ou mais ³² (ver Mapa 11 – Gabaritos) e a maioria tem fachadas revestidas. As linhas de ônibus e a intensa circulação de pessoas de outras regiões da Rocinha fazem da Estrada da Gávea uma área com facilidade de acesso e bom potencial imobiliário. A maioria das construções foi feita com algum planejamento, parte delas com algum dispositivo de geração de renda, seja uma loja no pavimento térreo ou quitinetes para aluguel (Leitão, 2004). Também tem alto grau de legalização fundiária em comparação com a Rocinha como um todo³⁵.

c) Padrão de alta densidade

Corresponde à maior parte da Rocinha. Sua malha viária é delimitada pelas edificações em torno e é composta quase totalmente por becos estreitos e tortuosos. A maioria das construções é exclusivamente residencial. O padrão predominante é marcado por construções pequenas na ocupação do solo, mas bastante verticalizadas, a maioria delas tendo 3 ou 4 pavimentos³⁶. As principais características desse padrão são a alta densidade e o baixo índice de área não construída. As vias são reduzidas ao mínimo necessário para a circulação de pedestres, com poucas praças ou largos.

Nesses setores há poucas referências para orientação. Pontos altos do relevo, como o Morro Dois Irmãos, ficam ocultos pelas construções altas nas laterais dos caminhos estreitos.

Nesses caminhos, a iluminação e a ventilação das casas é deficiente. Seu traçado e sua pouca largura dificultam a implantação de um sistema de esgotamento sanitário. Alguns trechos têm o aspecto de túneis, fechados pela projeção das casas.

Ao norte da Estrada da Gávea, há setores em que a vizinhança da floresta da Tijuca e de pontos panorâmicos melhoram a iluminação natural e a ventilação.

³⁵ Diagnóstico Sócio-Econômico Rocinha, Volume I – Síntese. PNUD - Fundação Bento Rubião. 2006.

³⁶ Relatório Conhecendo a Rocinha – 2008. M&T Arquitetura e Urbanismo.

d) Padrão periférico

As áreas com esse padrão estão na periferia da Rocinha em contato com as encostas dos morros Laboriaux e Dois Irmãos. Estes setores estão em terreno inclinado com afloramentos rochosos nas cotas mais altas e pontos que podem ser usados como mirante.

São regiões de difícil acesso, com becos estreitos e trilhas sem pavimentação. A construção, nessas áreas, está em flagrante processo de expansão. Em alguns pontos há casas construídas em terrenos escavados na encosta, aumentando o risco de acidente geológico³⁷.

As construções são dispersas e baixas, aproximadamente 40% tem apenas um pavimento, sendo algumas casas de madeira e outros materiais improvisados (cerca de 30%)³⁸, resultando em áreas de baixa densidade e alto grau de precariedade das habitações. As regiões que apresentam esse padrão têm pouca infra-estrutura de saneamento, com pontos de despejo de esgoto a céu aberto aproveitando a inclinação dos talvegues naturais, ou seja, as habitações convivem com valas de água servida e enxurradas.

Além desses quatro padrões principais, percebe-se algumas especificidades inseridas em alguns deles, mais relacionados com a implantação.

Os setores Laboriaux, 199 e Vila Vermelha, por exemplo, estão localizados perto do divisor de águas (espigão) do morro Dois Irmãos e por isso a configuração urbana é um pouco diversa, como um sistema de edificações justapostas bastante complexo, como pode ser visto na Figura C. Nesse sistema as casas estão parcialmente sobrepostas, a laje de cobertura de uma é o patamar de acesso da vizinha em desnível que acompanha

³⁷ "Cartografia de Risco Quantitativo a Escorregamento em Setores de Assentamento Precário na Cidade do Rio de Janeiro" GEO-Rio, 2004. Disponível em:

www.cidades.gov.br/index.php?option=content&task=category&id=600. Acessado em: 05.09.2007

³⁸ Diagnóstico Sócio-Econômico Rocinha, Volume II – Diagnóstico por ZTs. PNUD - Fundação Bento Rubião. 2006.

a inclinação do terreno. Existem becos parcialmente cobertos pelos andares superiores e pelas escadas de acesso, como pequenos túneis.

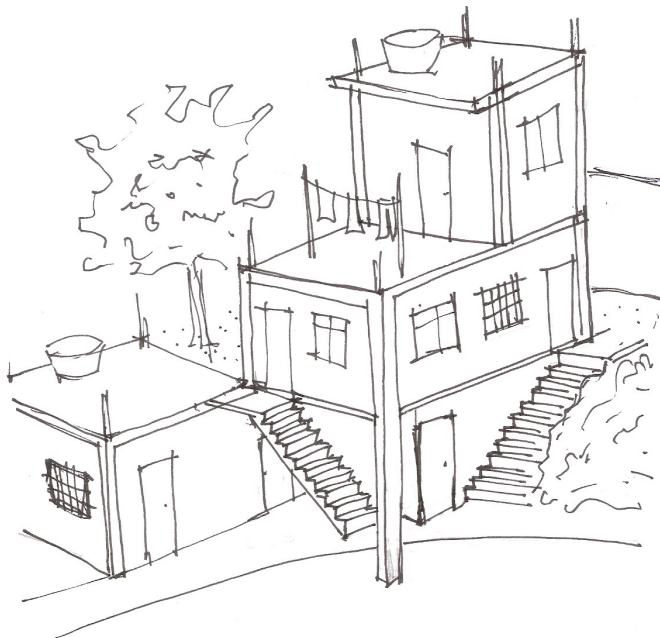


FIG. C– Esquema de desnível em área densa e com forte inclinação.

Outra especificidade é a parte baixa do setor Rua 4, densamente construída com edifícios de até quatro pavimentos, é permeada por uma malha de becos estreitos e escadarias tortuosas. Essa configuração é responsável pela pouca insolação e ventilação das habitações, além de acumular a água que verte constantemente pelas encostas e que traz resíduos de toda a região a montante. A Rocinha é alvo de um programa específico da Secretaria Municipal de Saúde de combate à tuberculose com base no CMS – Centro de Saúde Municipal - da Gávea desde 2003, por concentrar uma grande porcentagem dos casos da doença no Estado do Rio de Janeiro³⁹.

Os quatro padrões coexistem na Rocinha com diferenças na morfologia e na vivência desses espaços. Analisados lado a lado representam a diversidade social existente na favela da Rocinha refletida no conjunto construído.

³⁹ Site da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.
www.saude.rio.rj.gov.br/cgi/public/cgilua.exe/web/templates/htm/v2/view.htm?infoid=1301&editionsectionid=6
1. Acessado em: 20.04.2009.

5.2 A transcrição de padrões

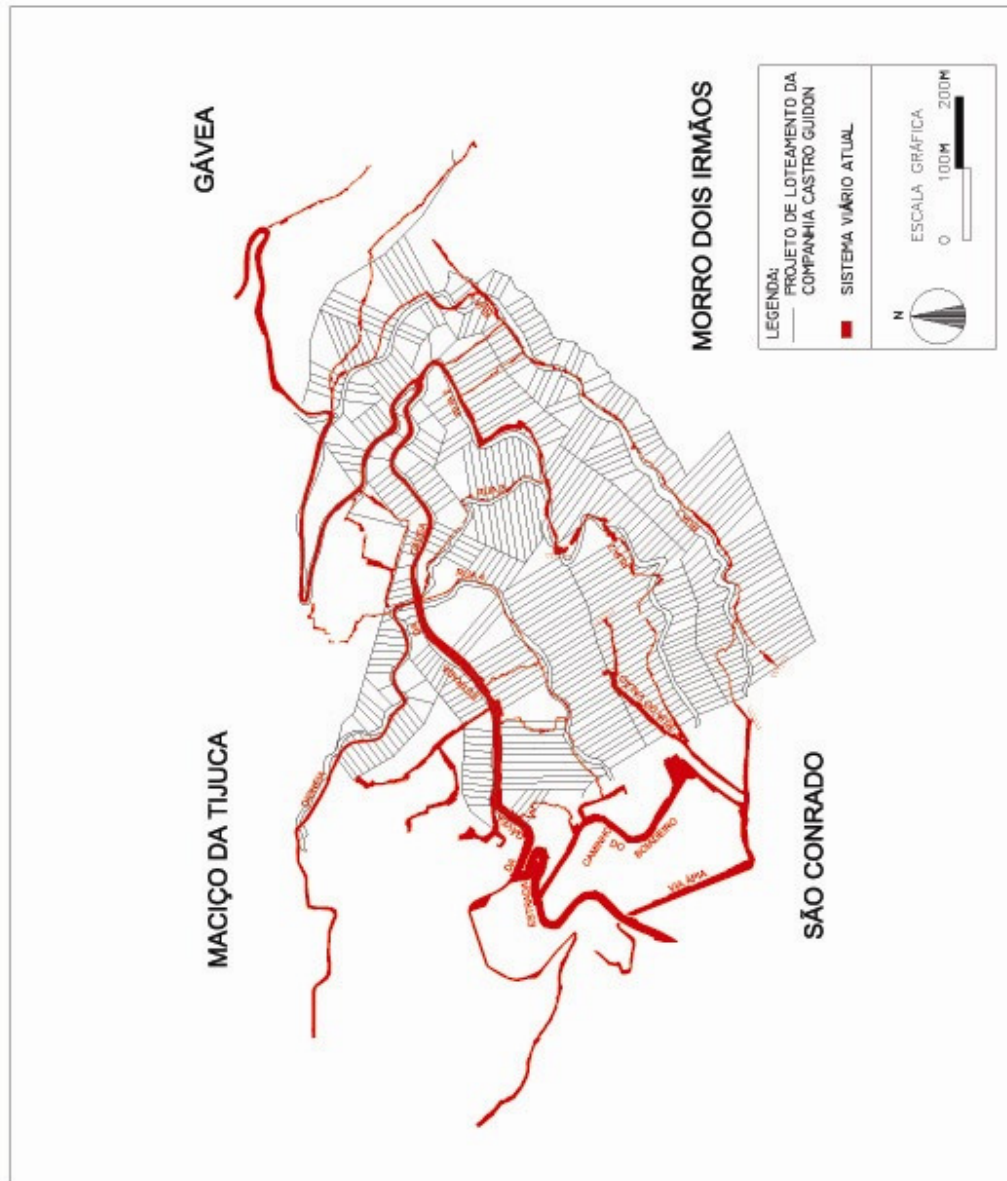
Na Rocinha esse processo é especialmente observado quando verificamos o desenho original dos loteamentos promovidos pelas companhias Cristo Redentor e Castro Guidon modificado para atender às necessidades de cada morador. Como pode ser observado no Mapa 12, parte da delimitação original foi conservada.

O Mapa 12 representa a superposição do loteamento de 1927, feito pela Companhia Castro Guidon com o sistema viário atual. Pode-se ver na planta do loteamento o traçado da rua Dionéia (então identificada como rua 5), dos becos principais, chamados Rua 1, 2, 3 e 4 e da Estrada da Gávea. Também é identificável a linha do fundo dos lotes na borda norte da Estrada da Gávea, e alguns lotes maiores como os ocupados pela igreja de N. Sra da Boa Viagem e pela garagem da companhia de ônibus.

Outro processo notável é a permanência de edifícios como o antigo Hotel Trampolim adaptado como casa de cômodos. Também pode-se encontrar algumas poucas casas ao longo da Estrada da Gávea com adornos na fachada típicos da década de 1940 ao lado de outras da mesma época porém com a fachada modificada. Mesmo estabelecimentos comerciais mais antigos, conscientes da importância de sua permanência que exibem em seus letreiros a data da fundação, são modificados de acordo com os novos costumes e técnicas construtivas.

As casas construídas no início da década de 1980 no setor Laboriaux para reassentamento das 75 famílias moradoras das margens do valão no Largo do Boiadeiro também foram adaptadas lentamente às necessidades de cada família.

MAPA 12



Assim, as características do conjunto quase desapareceram, mas a implantação original da vila é perceptível, como pode ser visto no Mapa 10, e foi transcrita para a configuração atual da favela.

É importante notar que as casas antigas e a delimitação dos lotes que permaneceram no conjunto altamente renovável da Rocinha estão localizados principalmente nas bordas da Estrada da Gávea, área com maior regularização fundiária da favela. São indícios dos primeiros momentos da ocupação da Rocinha, do “tempo do mato/cidade” na cronologia de Segala (1991:82).

O que parece ter garantido a permanência desses limites foi o controle dos primeiros moradores que assumiram a condição de donos legítimos e preservaram as trilhas previstas no plano da Cia Castro Guidon. Nesse sentido, Segala captou o seguinte depoimento:

“De início já tinha sido loteado (...). Tinha aquelas veredinhas onde foi dividido o terreno. Tinha as ruas abertas mas não morava ninguém. Então o pessoal ia fazendo barraco acompanhando o alinhamento” (Segala, 1991:85).

Algumas tentativas mais recentes (década de 1990) de loteamento na Estrada da Gávea e nos setores Cachopa e Cachopinha também podem ter contribuído para a conservação dos limites dos lotes dessas áreas⁴⁰.

O traçado da Estrada da Gávea é outro exemplo de transcrição da forma no processo de evolução urbana. Seu traçado foi cristalizado pelo PA 3218 de 1937 (Oliveira,1977) mantendo o circuito da Corrida Gávea-Leblon. A construção da auto-estrada Lagoa-Barra rompeu o percurso com tanta força que hoje é difícil recuperar a imagem do circuito fechado que incluía também a avenida Niemeyer, Dias Ferreira, Bartolomeu Mitre e Marques de São Vicente.

⁴⁰ Conforme Diagnóstico Sócio-Econômico Rocinha, Volume II – Síntese. PNUD - Fundação Bento Rubião. 2007.

GÁVEA, nr RIO de JANEIRO

6.5 m 10.46 k

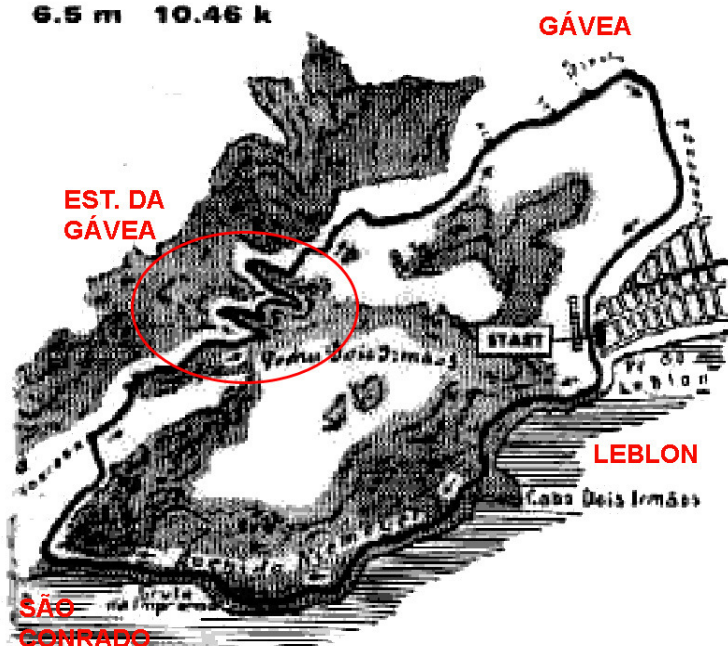


FIG. D – Circuito da Corrida Gávea-Leblon.

Fonte: www.luiscezar.blogspot.com2006_11_01_archive.html. Acessado em: 15.04.2009

Outros elementos em menor escala são detectados numa pesquisa mais minuciosa que envolve visitas a campo e levantamento fotográfico. É o caso das antigas cisternas e dos vestígios do eco-limite, muro ou cerca construída pela prefeitura desde 1998 de maneira dispersa para sinalizar a fronteira entre a favela e a mata e tentar conter a

expansão da área ocupada. A expansão da favela não considerou a fronteira estabelecida. Há casos de aproveitamento do muro como embasamento para uma nova edificação, o que também ocorreu com muros de contenção de encostas.

Alguns elementos da natureza também são transcritos para a forma urbana assumindo o papel de referencial para localização como é o caso do Lajão, no setor Rua 4, e da Raiz, no setor Rua 2. Usando a imaginação ao visitar a localidade, o Lajão poderia ter sido, no passado, uma cachoeira caudalosa e bonita, mas hoje o que se vê uma grande pedra plana (laje) com uma queda de água suja. A Raiz é uma grande árvore (ficus) que entremeia uma casa abandonada na borda do beco Rua 2 mencionada no *Varal de Lembranças* como árvore sagrada de um terreiro de candomblé. Hoje é uma localidade ou ponto de referência da Rua 2 e recentemente foi mencionada no jornal O Globo como esconderijo de armas e drogas.

5.3 Topografia como fator

A topografia não poderia deixar de ter papel determinante do arranjo formal de várias partes da Rocinha. Desde o desenho de sua via principal, a Estrada da Gávea, até a implantação de cada construção, seus elementos estão ajustados de acordo com a forte declividade das encostas dos morros Dois Irmãos, Laboriaux e Cochrane.

Nas áreas onde a inclinação é mais acentuada as edificações são ocupadas por mais de um domicílio com acessos separados em níveis diferentes (ver Figura E). Nessa configuração alguns trechos das vias acabam sendo cobertos pela projeção de um segundo ou terceiro pavimento independente, formando pequenos túneis que também aparecem em áreas planas densamente edificadas.

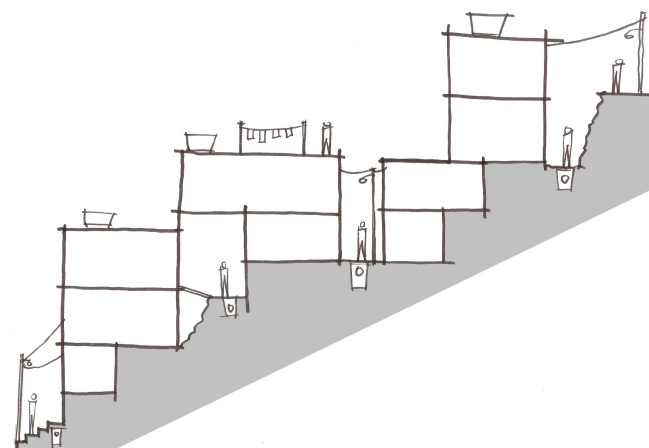


FIG. E – Esquema de acessos em encosta.

As adaptações necessárias para obedecer às exigências da topografia local resultam num desenho bastante intrincado, um verdadeiro labirinto modificado dia a dia.

A topografia também é um fator que agrava a precariedade das condições de moradia da Rocinha. A carência por habitação, conjugada ao desconhecimento técnico, leva à exposição a riscos de deslizamento e dificuldades de escoamento dos resíduos, além de restringir as condições de circulação e acesso. A ocupação do setor Vila Verde, especialmente, é motivo de grande preocupação pela Geo-Rio. Já foi uma área com alto risco de deslizamento, porém atualmente os principais

riscos são o estrangulamento do talvegue pelas construções e a ocupação sem conhecimento técnico ou mão-de-obra especializada da encosta a montante.⁴¹

O sistema viário vem sendo implantado dia a dia, desde o início da ocupação, sem grandes movimentos de terra. Mesmo a principal via carroçável, a Estrada da Gávea tem o mesmo traçado desde muito tempo submetido à forte declividade dos morros entre a Gávea e São Conrado. A "curva do S", um par de curvas de 180 graus em seqüência, por exemplo poderia ter sido retificada para um traçado mais confortável, ou no projeto de loteamento da Cia Castro Guidon ou, mais tarde, no PA 3218 de 1937 (Oliveira,1977) quando a estrada foi decretada logradouro público e pavimentada.

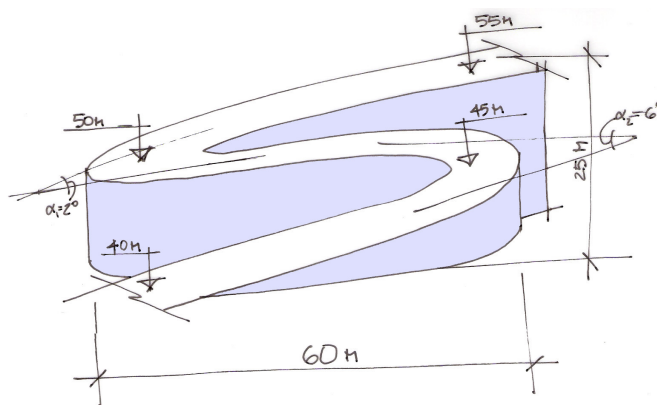


FIG. F- Esquema de desnível da "Curva do S" na Estrada da Gávea.

Segundo Oliveira (1977:107), a Estrada da Gávea foi pavimentada visando melhoria das condições da corrida de baratinhas (Circuito Gávea-Leblon). Assim não havia razão para nivelar um dos pontos mais emocionantes da prova. Até hoje o grande desnível (ver Figura F) é ultrapassado pelas linhas de ônibus através de uma série de manobras que incluem entrar "de ré" na garagem da empresa e depois voltar para a pista.

⁴¹ "Cartografia de Risco Quantitativo a Escorregamento em Setores de Assentamento Precário na Cidade do Rio de Janeiro" GEO-Rio,2004. Disponível em:

www.cidades.gov.br/index.php?option=content&task=category&id=600. Acessado em: 05.09.2007

Em geral, as curvas de nível foram reproduzidas pelos pequenos cortes do terreno necessários para edificar cada casa ou para nivelar uma via, sem grandes movimentos de terra e obras de contenção justamente pela escassez de recursos e técnica. Mesmo os prédios construídos mais recentemente, e que chegam a contabilizar 11 andares, são escalonados de acordo com o desnível da encosta. A exceção é o lote onde foi construído o CIEP, junto da "Curva do S", onde se vê o corte do morro para a implantação do platô (ver Figura F)

Transversalmente ao sentido das curvas a solução adotada em geral é a construção de escadarias com pisos bastante irregulares adaptados para cada soleira ao longo da subida.

Os perfis a seguir (Figuras G e H) representam o relevo, vias, limites entre setores e o gabarito das edificações ao longo de uma secção estimada da Rocinha. Nestes perfis a relação entre o gabarito das edificações e a declividade do terreno é mais facilmente percebida. Também fica bem clara na Figura H a grande diferença da cota onde está implantado o setor Faz Depressa e o Bairro Barcelos, quase 300m. A Figura H mostra a condição de fundo de talvegue do setor Rua 2, um importante fator para a insalubridade da área.

A topografia da Rocinha também tem importante impacto sobre o custo da construção das casas. Nas lojas de material de construção o preço do frete para entregas nas áreas mais altas chega a ser o dobro do cobrado pelas grandes lojas da cidade, que, por sua vez, não entregam nas favelas. Assim, as casas construídas nas áreas de acesso mais difícil têm maior grau de precariedade. Um indício desse impacto pode ser visto no Mapa 11 de gabaritos, que mostra as construções mais baixas nas áreas menos acessíveis. Andrade (2002) trata dessa questão identificando essa diferença como indício da sub-cidadania (DaMatta, 1987) do morador da favela.

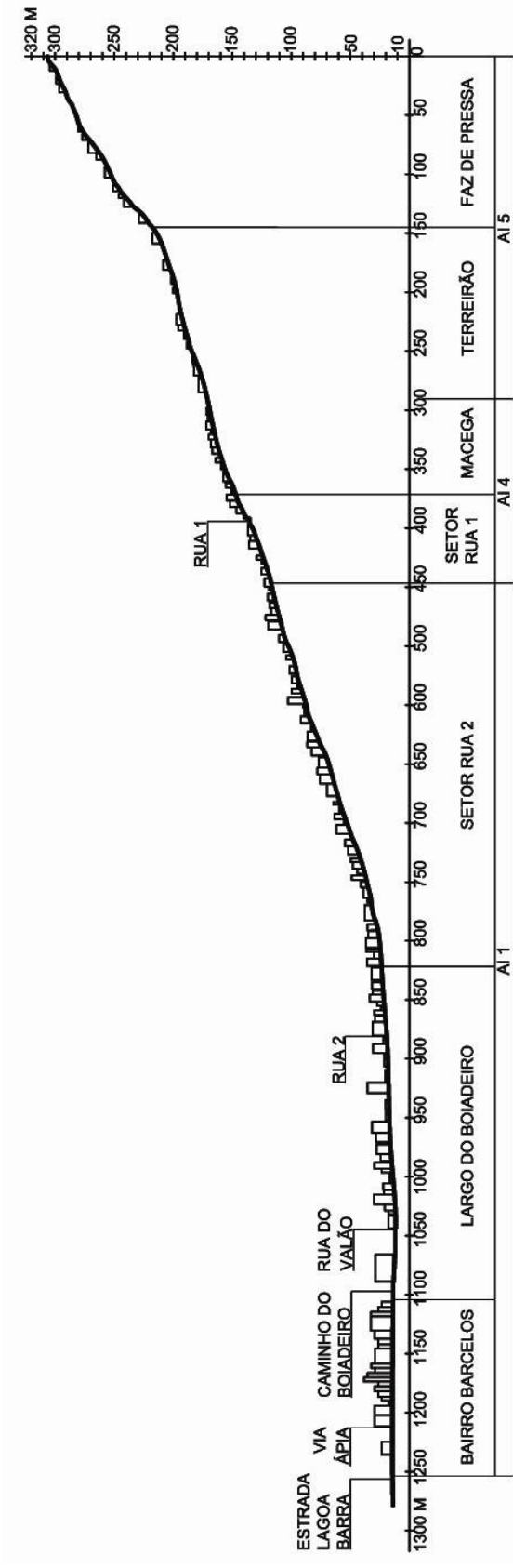


FIG. G: Perfil topográfico do topo do setor Faz Depressa até a Via Ápia.
 Fonte: Relatório Diagnóstico "Conhecendo a Rocinha" 2008

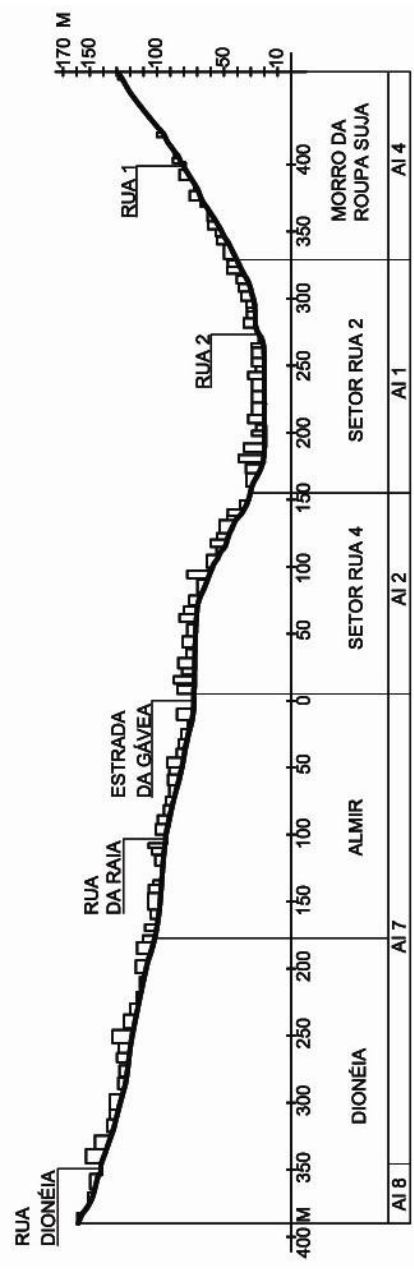


FIG. H: Perfil topográfico do topo do setor Dioneia até Rua 1.
 Fonte: Relatório Diagnóstico "Conhecendo a Rocinha" (2008)

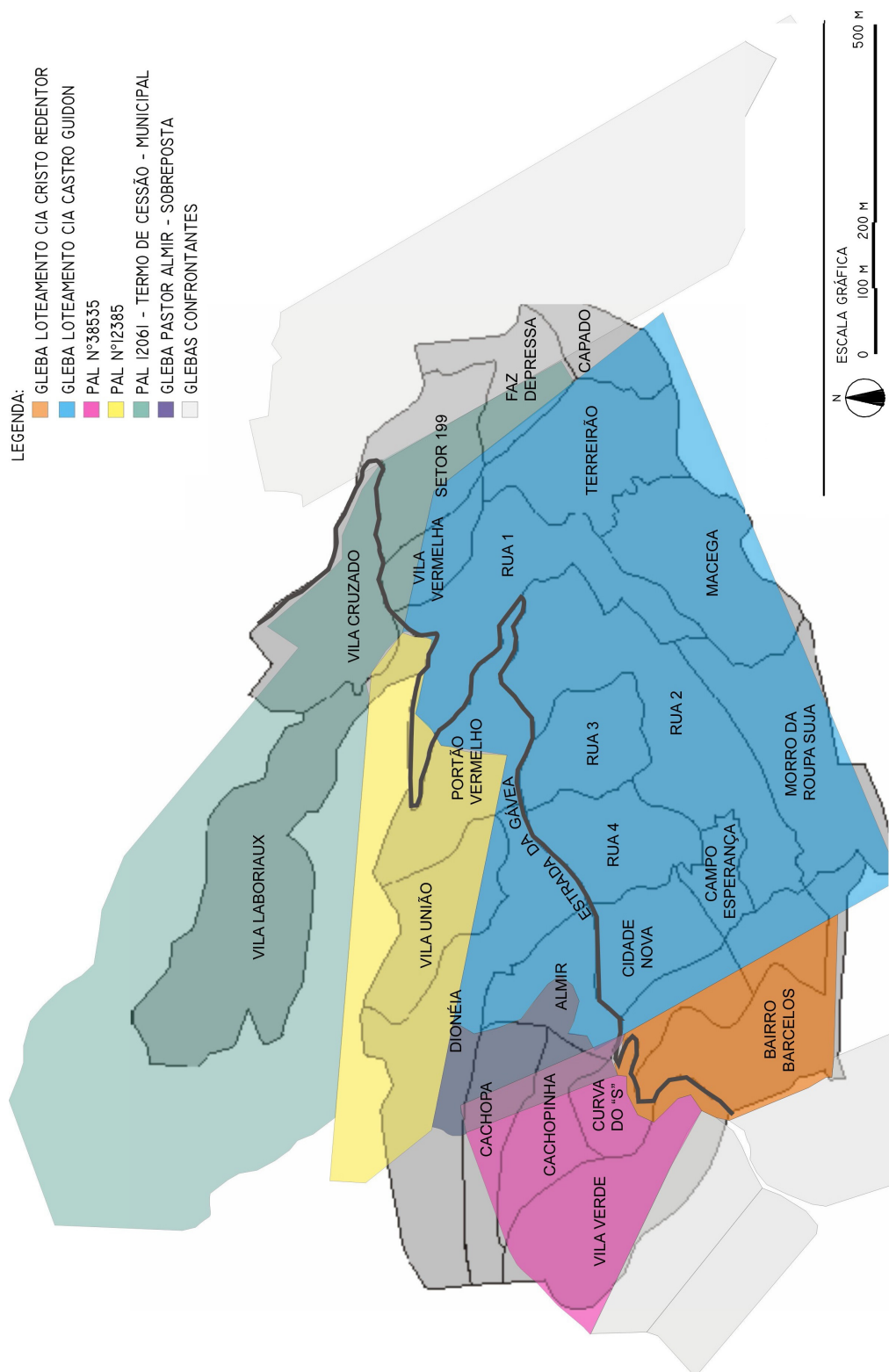
No setor Vila Verde, por exemplo, há uma loja de materiais de construção no topo da única via carroçável do setor, a rua da Fonte. Em visita ao local durante o levantamento de dados para esta pesquisa, foi constatado que os produtos vendidos ali, como cimento e areia, são mais caros do que os das lojas da parte baixa da Rocinha.

5.4 Parcelamento e traçado viário

O processo de parcelamento da terra na Rocinha, descontínuo e sem regularização oficial, definiu algumas características que se mesclaram às ocupações posteriores. De acordo com a Fundação Bento Rubião (2006), o território da Rocinha é formado por 5 glebas: quatro de propriedade particular e uma do poder público municipal (Mapa 13).

O parcelamento promovido pelas companhias Cristo Redentor (em laranja no Mapa 13) e Castro Guidon (em azul no mapa 13), apesar de não regularizado pela prefeitura, traçou as principais vias locais além da Estrada da Gávea, esta existente bem antes do parcelamento ainda como parte da fazenda pré-existente. Também delimitou lotes que acabaram sendo desmembrados, mas em muitos casos ainda é possível perceber o perímetro original das parcelas.

O processo de parcelamento do Bairro Barcelos foi um dos casos de descumprimento do código de obras vigente, desta vez promovido pelos herdeiros da área através da Cia Cristo Redentor. O desmembramento em lotes com 80m², menores do que o mínimo determinado no código para a área, e a não implementação da infraestrutura obrigatória não impediram a venda de todos os terrenos pagos em prestações bem baixas. Alguns deles chegaram a ser regularizados e seguem o projeto original até hoje, como mostra a pesquisa fundiária realizada pela Fundação Bento Rubião (2006).



É marcante a regularidade físico-formal do setor, hoje densamente construído e com a malha viária com ruas paralelas correspondentes ao traçado do loteamento original. Segundo Segala (1991), esses novos proprietários adotaram o sistema condominial como estratégia para suprir as irregularidades referentes à infra-estrutura e tentar viabilizar a aquisição do registro de imóveis o que acabou acontecendo. Os moradores dessa localidade são os únicos da Rocinha regularizados junto às instâncias municipais, comprovada pelo pagamento anual de IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano. (Leitão, 2004:137)

Especialmente os setores Bairro Barcelos e a franja da Estrada da Gávea preservaram mais o parcelamento original. É justamente nessas áreas que se nota maior grau de formalização legal, seja no uso comercial com estabelecimentos com inscrição de CNPJ, seja no uso residencial, com edifícios multifamiliares com contratos de locação e compra e venda (Leitão, 2004). Quanto à segurança da posse, as imobiliárias e a associação de moradores emitem documentos que registram a operação de compra e venda e que tem sido aceita em litígios judiciais (Leitão, 2004:136). Ainda assim, nenhum desses documentos representa regularidade fundiária conforme a “letra da lei”. A comparação que fazemos aqui é entre a “invisibilidade” legal predominante nas outras áreas da Rocinha, e a formalidade incompleta da borda da Estrada da Gávea e do Bairro Barcelos.

A permanência dos traçados do parcelamento original parece indicar que “fronteiras virtuais” garantidas pelos consensos locais e pela convivência diária dos moradores podem ser tão ou mais poderosas do que cercas e muros. Assim, os limites sem muros dos lotes permaneceram, enquanto o perímetro junto à floresta é constantemente modificado e expandido. Nesse sentido, a frágil delimitação dos parques que formam a floresta do maciço da Tijuca representa um vetor para a expansão da área construída da Rocinha. Os moradores de setores na base do morro Dois Irmãos, por

exemplo, não percebem outro limite para construção além da rocha quase vertical a leste e novas casas e cômodos são erguidos por ali a cada dia.

Um outro aspecto do parcelamento na Rocinha é a alta taxa de ocupação do solo. Como pode ser visto no Mapa 08 de figura-fundo são poucas as áreas não construídas, e mesmo estas estão sujeitas a ocupações provisórias. Andrade (2002:128) constatou que *"...praticamente todo espaço livre da Rocinha fica sujeito à ocupação, seja por práticas temporárias, seja por apropriação definitiva."*

Andrade (2002) constatou um consenso local sobre a necessidade de um "dono da área", um responsável pelo espaço não-construído que se sobrepõe na disputa pelo lugar. Assim, a carência de áreas de uso público é grande, estando disponíveis quase que estritamente como sistema viário e mesmo assim de maneira frágil, com todas as consequências que levam a um estado de sub-cidadania dos moradores.

Atualmente, a divisão do solo é regida pelas leis do mercado imobiliário "informal" da Rocinha. Leitão (2004) estudou a dinâmica dessas transações que são muito mais expressivas do que se esperaria pela lógica do mercado de imóveis convencional, dada a precariedade da infra-estrutura e dos instrumentos de garantia de posse.

Leitão (2004) identificou diversas agências imobiliárias agindo na Rocinha, além de um grande número de empreiteiros e construtores especializados em expansões de sobrados e em erguer casas mínimas com previsão de uso da laje. A frequência do segundo caso indica que a expansão da Rocinha ainda se dá horizontalmente. De fato, de acordo com Leitão (2004), o novo vetor de expansão é o setor Dionéia, ao norte da Estrada da Gávea.

Outro tipo de expansão vem acontecendo através da construção de prédios de "quitinetes", como o edifício "Empire State" com 11 andares e 300 apartamentos mínimos. Em março de 2009, a nova gestão municipal demoliu um dos edifícios recém

construídos, o “Minhocão”, tendo sido constatada a participação de um investidor não-morador da Rocinha.⁴²

Os vazios, ou áreas não-construídas, são indícios de algum tipo de controle do uso do solo. Um caso é no do setor Portão Vermelho que permaneceu desocupado até recentemente, como constatado por Leitão (2004). Atualmente é um dos vetores de expansão. Endereço das novas construções de grande porte como os já citados “Empire State” e “Minhocão”. Outros dois lotes “vazios” são as garagens da companhia de ônibus Amigos Unidos, previstos no projeto do PAC-Rocinha como áreas próprias para desapropriação e construção de habitações para as famílias deslocadas pela urbanização. Os três casos são áreas mantidas vazias por iniciativa de um agente claro – proprietário ou grileiro - com interesse explícito de uso do lote.

Quanto aos limites da área efetivamente ocupada pela Rocinha, é notável a reta definida pelas casas na borda leste da favela, setor Faz Depressa. Oculto pela floresta existe um muro que delimita o lote vizinho, vigiado por um agente a serviço do proprietário.

Nos outros trechos de contato com a mata, a floresta fica sob responsabilidade da União, sem qualquer barreira física na maior parte do perímetro. A delimitação conceitual também não é clara, havendo diversos zoneamentos da mata sob jurisdições distintas: Parque Nacional da Tijuca, Parque Dois Irmãos, ARIE⁴³ de São Conrado. A sobreposição de responsabilidade sobre a região acaba por dar margem para desvalorização e descontrole do território.

⁴² O Globo, 27 de março de 2009

⁴³ Sigla para Área de Relevante Interesse Ecológico. Definição da Lei Federal 9.985 de 18 de julho de 2000

5.5 Fusão de territórios

Ao contrário do que se observa em outras grandes favelas do Rio de Janeiro, a Rocinha é uma favela isolada, sem muitas possibilidades de fusão com outras ocupações do mesmo tipo (nos outros casos, formando “complexos”)⁴⁴. Assim, o sinoecismo não será considerado um dos fatores de configuração da Rocinha e sim a idéia de fusão ou aproximação de territórios vizinhos. A proximidade das favelas Vidigal e Parque da Cidade não chega a ser um vetor de expansão já que são separadas pela rocha do morro Dois Irmãos no primeiro caso, e pelo bairro da Gávea no segundo. Portanto, apesar de rumores sobre a existência de caminhos pela mata interligando esses lugares, não há uma possibilidade real de fusão entre essas favelas (ver Mapa 06).

Por outro lado, como já vimos, pode-se perceber uma aproximação ou estreitamento da relação entre a Rocinha e São Conrado. A abertura da Auto-estrada Lagoa-Barra modificou o ponto focal ou “centro de bairro” da Rocinha. Até 1960 - ano de inauguração do túnel Dois Irmãos, atual Zuzu Angel (Oliveira, 1977) - o principal acesso à Rocinha era pela vertente da Gávea. A região próxima da igreja de N. Sra da Boa Viagem, conhecida então como Lagoinha, era a área mais ocupada, funcionava como ponto de referência e encontro. Algumas construções residenciais da época ainda podem ser encontradas indicando a importância dessa região no passado.

A abertura do túnel Zuzu Angel modificou a dinâmica sócio-econômica da Rocinha e hoje seu principal acesso é pela vertente de São Conrado. A constatação aparece no Relatório da FEEMA⁴⁵ de 1980:

“...antes de sua construção (do túnel), esse centro se localizava na Estrada da Gávea, próximo à Fundação Leão XIII, congregando o comércio

⁴⁴ Como por exemplo, o Complexo do Alemão, em Ramos e o Complexo de Manguinhos, em Benfica. Ambas na Zona Norte da cidade.

⁴⁵ FEEMA: sigla para Fundação Estadual para Engenharia do Meio Ambiente.

e os principais serviços locais. Atualmente ele deslocou-se para as proximidades da auto-estrada Lagoa-Barra e serve inclusive às áreas em torno da favela.” (FEEMA, 1980: 4021 apud Segala, 1991:144)

Desde então mudanças vêm acontecendo gradativamente também na área limítrofe entre os dois bairros. Um caso bastante ilustrativo é do Centro de Cidadania Rinaldo De Lamare instalado pela prefeitura em 2004 em um hotel abandonado na auto-estrada Lagoa-Barra, na calçada oposta à Rocinha. As instalações do hotel foram reformadas e adaptadas para o funcionamento de cursos de capacitação profissional e outros programas de assistência social realizados pela SMAS (Secretaria Municipal de Assistência Social). Assim, com a transformação do edifício a fronteira rígida traçada pela auto-estrada foi diluída pela implantação de um novo foco atrator para os moradores da Rocinha e surgiu um novo percurso.

O comércio local vem se adaptando para atender cada vez mais aos moradores da favela, são mercadinhos, cabelereiros e lojas de materiais de construção diferentes daqueles que se estabelecem no *shopping center Fashion Mall* do outro lado da auto-estrada. As construções públicas nesse trecho também vêm sendo direcionadas para suprir carências dos cerca de 110.000 habitantes⁴⁶ da Rocinha, como a construção do CIEP Ayrton Senna, do centro poli-esportivo, e da passarela monumental – projeto do arq. Oscar Niemeyer - em estágio inicial da obra neste momento. Por outro lado, novos edifícios com apartamentos para aluguel com padrão construtivo melhor do que o das casas próprias, têm sido construídos na favela da Rocinha como investimento irregular e ilegal de agentes que moram no bairro vizinho.⁴⁷

⁴⁶ Relatório Conhecendo a Rocinha – 2008. M&T Arquitetura e Urbanismo.

⁴⁷ O Globo, 19.03. 2009

5.6 Legislação e usos cotidianos

A Rocinha apresenta alto grau de legalidade em muitos aspectos, se comparada a outras favelas do Rio de Janeiro. Ainda assim, os moradores convivem com uma série de normas e usos irregulares sobrepostos à legislação convencional. Nesta análise da morfologia da Rocinha pela ótica das normas e legislação urbanística, é possível estabelecer uma relação entre decretos e outras medidas do Estado e mudanças na configuração do espaço construído. Além disso, tratamos aqui dessa relação com os usos cotidianos que legitimam o código, o contrário da “lei que não pega”.

O fato gerador da favela da Rocinha foi justamente a não regularização do loteamento promovido pela Companhia Castro Guidon. Como vimos no início deste capítulo, depois de vendidos pelo menos 80 lotes, em 1937 a prefeitura do Rio de Janeiro não legitimou o empreendimento por falta de cumprimento das normas que exigiam a execução do arruamento e infra-estrutura descritas no Decreto 58/37⁴⁸. A companhia faliu deixando as ruas do loteamento abertas, porém sem pavimentação e os proprietários sem escritura (Segala, 1991).

Em 1938 o novo código de obras, Decreto 6000, conceituou o termo “favela” e proibiu claramente sua formação ou a melhoria dos casebres existentes. O decreto não impediu, contudo, a ocupação dos lotes vazios feita pouco a pouco por posseiros que tratavam com a polícia e com os moradores a viabilização da nova moradia. Segala detalha o passo-a-passo da ocupação e a importância do relacionamento pessoal nesse processo e conclui que: *“As proibições, as leis, os pretextos para garantir permanência temporária no morro, eram contornados pelas relações pessoais de reciprocidade equilibrada”* (Segala, 1991:92).

⁴⁸ O decreto tratava especificamente da regulação de loteamento e venda de terrenos para pagamento a prestações, ou seja, de projetos voltados para a população de baixa renda.

Como um meio termo entre a desregulamentação completa e o cumprimento estrito da legislação, sistemas de arbitragem foram definidos com a implantação de associações de moradores voluntárias a partir dos anos 1940 e ações da Igreja Católica. Além da ação integradora local, tais organizações intermediavam relações com instituições externas e freqüentemente buscavam aproximar as normas locais da legislação da cidade (Segala,1991).

Um outro decreto que teve grande impacto no desenvolvimento da Rocinha foi o PA 3218 de 1937, para a pavimentação da Estrada da Gávea. Feita na administração do prefeito Olímpio de Melo, tinha como objetivo melhorar as condições da pista do Circuito Gávea-Leblon, percurso da famosa corrida de baratinhas (Oliveira,1977:107,3). A reforma da via estimulou a ocupação dos lotes "sem dono" pela notícia de que seriam terras do governo. Silva (2005) recuperou a reportagem de 27/05/1943 do jornal Diário de Notícias que descrevia o trâmite da falência do loteamento Castro Guidon na justiça e divulgava a intenção da prefeitura de *"...desapropriar os terrenos da Rocinha, onde planeja executar obras de interesse público"* (Silva, 2005:99), fato que não se concretizou.

Além da legislação, práticas cotidianas resultaram em determinados aspectos da forma da favela. Segala (1991) pesquisou o processo de construção das casas na Rocinha em seus primeiros estágios e constatou que:

"...o dono, ou quem tinha mais orientação, dirigia o trabalho das obras. Tal fato gerou uma certa semelhança não só na maneira como essas casas eram construídas, mas também nas plantas baixas: na parte da frente, a sala e o quarto,; na parte dos fundos, a cozinha e o banheiro, aproveitando o mesmo sistema de uso da água: e a entrada da casa era, geralmente, lateral em relação à rua ..." (Segala,1991:96).

Recentemente a Rocinha foi registrada como bairro pela Lei 1995 de 18 de junho de 1993, quando foram definidos seus limites e criada XXVII R.A. – Região Administrativa

– como um posto avançado da prefeitura específico para a área. O órgão estabeleceu algumas diretrizes construtivas como limite de pavimentos (três andares) e afastamento mínimo de 80cm entre fachadas com portas ou janelas (Andrade, 2002:188).

Outra medida oficial no sentido de regularizar a Rocinha foi transformar o bairro em AEIS – Área de Especial Interesse Social – pela Lei 3351/2001 possibilitando a flexibilização de seus parâmetros urbanísticos. Foi implantado o POT – Posto de Orientação Técnica – com engenheiros e técnicos para fiscalizar e orientar os moradores na forma de consultas e autorizações para construção.

Complementando o estabelecimento da AEIS, foi assinado o decreto 28.341/2007, no apagar das luzes do mandato do prefeito César Maia, visando regularizar as edificações da Rocinha para concessão do habite-se e inscrição imobiliária. O decreto condiciona a licença de novas construções ao atendimento de condições suficientes de ventilação, higiene e segurança estrutural de maneira não especificada no texto e ao cumprimento dos limites de gabarito descritos na mesma lei.

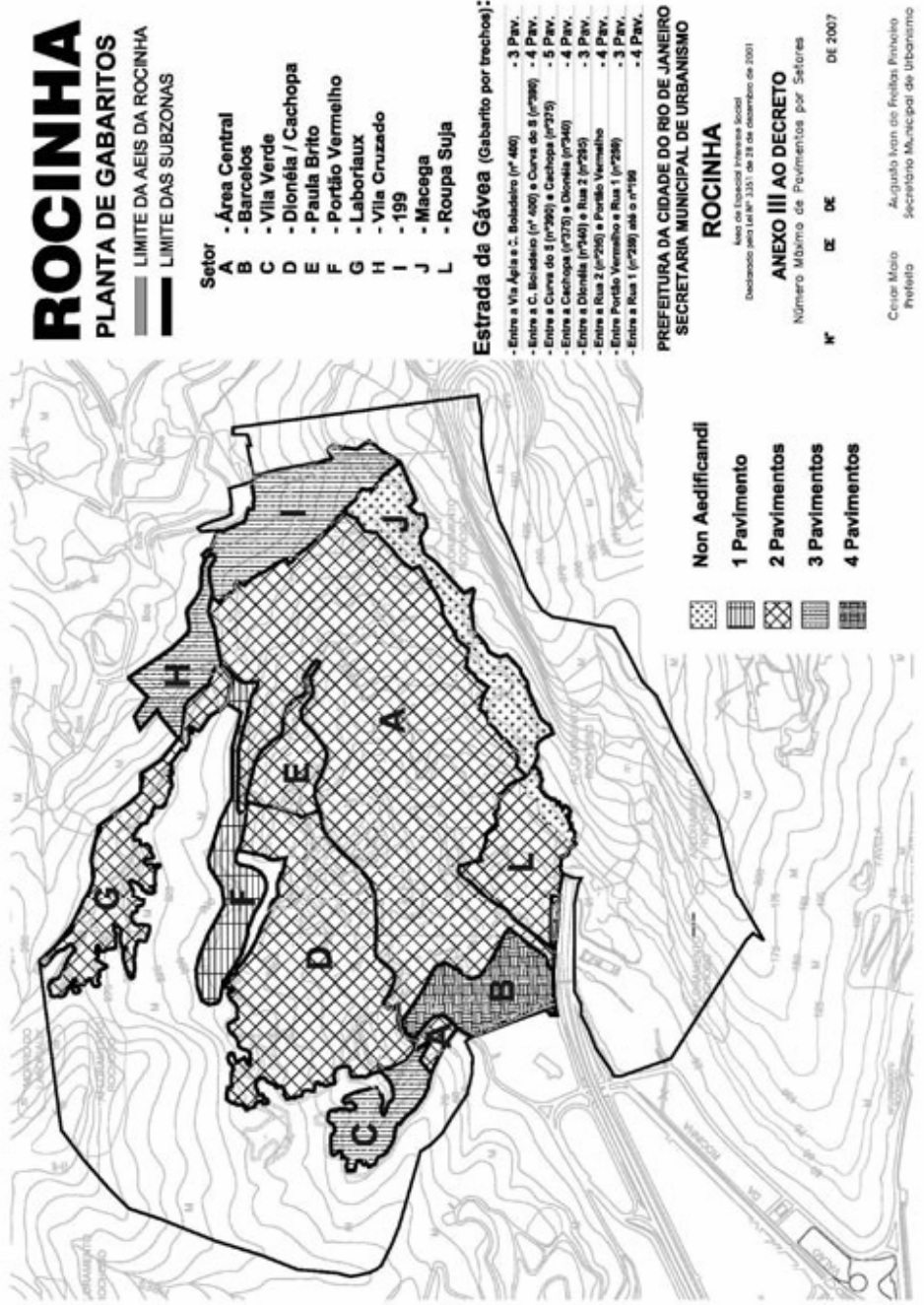
Não poderão ser regularizadas as construções que estejam sobre logradouro público, galerias pluviais, rede de esgoto ou faixas marginais de rios e canais. Também não regulariza construções sobre uma faixa da Macega, da Roupa Suja e do Terreirão delimitada no mapa anexo à lei, considerada área de risco de desmoronamento. O decreto determina gabarito máximo de 5 pavimentos ao longo da Estrada da Gávea no trecho entre a Curva do S e a rua da Cachopa. A área com maior restrição de altura é a parte superior do setor Portão Vermelho, que ultrapassa a demarcação do Eco-limite, onde é permitido construir até 1 pavimento. Esse zoneamento embasou juridicamente as demolições recentes na Rocinha.

A Fundação Bento Rubião vem desenvolvendo o Projeto Rocinha Legal que tem como objetivo promover a regularização fundiária na Rocinha em parceria com o

Programa Papel Passado do Ministério das Cidades. Também contando com suporte do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – a Fundação Bento Rubião elaborou relatórios de diagnóstico que embasaram este estudo e mais uma cuidadosa pesquisa fundiária que viabilizará a entrega de RGIs para famílias da Rocinha em 2010. A concretização desse processo será um importante marco no desenvolvimento da Rocinha.

Entre os processos relativos a novas práticas, *internas* – a partir de decisões dos moradores - e *externas* – a partir de iniciativas de não-moradores, desde 2000 até este ano, o principal fator pode ser o fortalecimento do mercado interno da Rocinha, que atraiu a atenção de investidores e de diversas esferas do governo – além dos órgãos de assistência social tradicionais.

As recentes intervenções na Rocinha vêm gerando uma demanda por uma atuação mais expressiva por parte das associações de moradores mas as associações de moradores ainda agem como no período estudado por Segala. Atuam com *"...uma preocupação crescente em regulamentar, à margem das decisões do asfalto, o processo de ocupação"* (Segala, 1991:98). A pesquisa posterior de Leitão constatou que as ações da UPMMR e A.M. do Laboriaux tinham *"...o objetivo de mediar os conflitos e impasses que surgem no complexo processo de produção da moradia na favela. (...) Funcionam como verdadeiros cartórios registrando transações de compra, venda e locação de imóveis"* (Leitão, 2004:165).



MAPA 14 – Zoneamento para a XXVII. Fonte: Anexo do decreto 28.341/2007

Mais detalhadamente, Leitão (2004) descreveu o tipo de mediação das associações, que é bastante superficial considerando a grande carência por diretrizes de construção do espaço na Rocinha:

"Estas regras não estão escritas e envolvem – basicamente – acordos com vizinhos, no sentido de estabelecer o que se pode e o que não se pode fazer. (...) Citamos as mais freqüentes: como resolver a destinação do esgoto da moradia, sem prejudicar os que estão a jusante; como impedir que o acesso às casas vizinhas seja comprometido pela nova construção; e como evitar que a janela do vizinho seja obstruída por uma parede que venha a ser erguida." (Leitão, 2004:176)

Um exemplo mais recente é a iniciativa da UPMMR que organizou um plebiscito bastante controvertido a partir da discussão sobre a construção do muro no limite junto à floresta. Por volta de 1000 moradores votaram (aproximadamente 1% da população da Rocinha), e mais tarde, apresentaram um projeto como contra-proposta para a prefeitura⁴⁹. Essa atuação já parece corresponder melhor ao alcance das ações esperadas por parte de uma associação de moradores que representa os interesses de uma comunidade do porte da Rocinha.

A pouca mediação exacerbou a precariedade das condições de habitabilidade na Rocinha. Conforme destaca Andrade (2002:188), *"...mesmo com o surgimento de uma instância reguladora do ato de edificar, não se observa uma alteração expressiva do morador em relação aos limites para construir, conforme corrobora o levantamento na RA, POT e Balcão de Direitos"*. Atualmente predomina na Rocinha, mais do que a normatização do P.O.T. ou a dinâmica das redes de relacionamento, a dinâmica ditada pelo mercado no que se refere à tipologia e localização da habitação, técnica de construção e uso do solo (Leitão, 2004).

⁴⁹ O Globo, 25.04.2009.

6 Rocinha – indícios e processos

Vimos no capítulo anterior características da forma da Rocinha que indicam alguns processos indutores da sua configuração atual e até de tendências de organização no futuro. O conjunto construído analisado a partir da planta cadastral e da aerofoto indicam as características que definem os padrões encontrados na área estudada. No caso da Rocinha percebemos quatro padrões: a *malha*, o *eixo principal*, em *alta densidade* e o *com ocupação periférica*. A partir dessas bases, extraímos dados como taxa de ocupação do solo, proporção de cheios e vazios que podem indicar preferências de localização e vetores de expansão da área construída. Esses dados em conjunto com levantamentos em campo de informações como gabarito, uso e tipo de acabamento das construções subsidiaram a compreensão da dinâmica sócio-espacial da Rocinha, indicando áreas mais ou menos pobres e potencialidades para propostas de urbanização e projetos de outros campos profissionais. Esta interpretação dos aspectos da forma física apresentam certos limites uma vez que dependem de uma boa contextualização histórica e profundo conhecimento dos dados de campo, informações nem sempre suficientemente capturadas em outros estudos de caso.

Estudando o traçado viário recuperamos dados sobre o processo de parcelamento e ocupação da área. Na Rocinha, as vias mais antigas e mais importantes no conjunto viário fazem parte do projeto de loteamento e precedem as construções como é o caso da Estrada da Gávea, Ruas 1, 2, 3 e 4 e rua Dionéia. As vias mais novas, como os becos de pedestre, vem sendo implantadas junto com o estabelecimento das casas e têm traçado bem mais efêmero, muitas vezes nem chegam a consolidar um nome, são batizadas pela referência da primeira casa (Beco 199, Beco 486, por exemplo). Nos setores onde se percebe o *padrão de ocupação periférica* como a Macega, Roupas Sujas e o topo da Dionéia as vias mudam de percurso de acordo com a expansão das habitações ou com os novos

parcelamentos com facilidade, já que não são delimitadas pelas edificações como nos outros padrões encontrados na Rocinha.

O grau de precariedade das condições de acessibilidade da via indica a capacidade de investimento e mobilização coletiva das famílias, na Rocinha, quanto pior o acesso menor a renda dos moradores da rua, beco ou escadaria. Assim, as casas do *padrão de ocupação periférica* são interligadas ao conjunto viário por escadarias ou vias não carroçáveis que além do desconforto do acesso do morador, também demandam maior investimento para melhoria do domicílio. O baixo investimento na infra-estrutura viária também pode indicar pouca mobilização coletiva, na medida em que não aparece a iniciativa dos moradores em se responsabilizar pela melhoria, seja por custeio próprio, seja por pressão junto ao governo ou associação de moradores. Nesse sentido cabe buscar o contexto em que se dá ou deu a mobilização local, momentos de repressão política ou crise econômica por exemplo, podem enfraquecer a organização comunitária.

Os lotes e seus limites são uma importante indicação do processo de ocupação. Vimos no Capítulo 5 que persistem algumas marcas dos loteamentos originais nas áreas com o *padrão em malha* e no *padrão do eixo principal*. São indícios que podem ser interpretados como indicações de áreas com lotes mais antigos, com sua ocupação relacionada ao primeiro parcelamento com intimidade. Os lotes que apresentam maior irregularidade na forma passaram por outros processos posteriores e perderam essa relação com o parcelamento inicial. Lotes localizados nas áreas que apresentam o *padrão de alta densidade* se encaixam nesse caso, passaram por inúmeras sub-divisões e incorporações que desfiguraram as parcelas originais. É o caso da maior parte da Rocinha.

Outra característica observável no parcelamento da Rocinha diz respeito aos lotes vazios ou com baixa ocupação que podem ser percebidos claramente no Mapa 9 de figura-fundo. A permanência desses lotes numa área de grande pressão imobiliária

informal demonstra algum tipo de controle sobre o uso desses espaços por algum tipo de propriedade ou posse, e é indicação uma frente de pesquisa importante para um projeto de urbanização. De fato, até agora no processo de implantação do PAC-Rocinha, houve negociação com o proprietário de dois dos “vazios” que aparecem no Mapa 9.

A topografia da Rocinha foi compreendida como característica natural do sítio que impõe a busca de estratégias de enfrentamento de riscos como deslizamentos, enxurradas, acessibilidade precária e dificuldade de implantação de infra-estrutura urbana em geral (saneamento, sistema viário, coleta de resíduos, etc). Essas estratégias são capazes de transformar o obstáculo em benefício em alguma medida, seja na possibilidade de captação da água dos mananciais por gravidade no passado, seja por aproveitamento dos desníveis para um sistema de circulação inusitado e complicado para visitantes, como o que é observado no setor Terreirão.

A infra-estrutura urbana pode indicar a capacidade de organização coletiva, como vimos no caso da manutenção do conjunto viário. Também evidencia o grau de interesse dos governos e a intimidade das lideranças locais com as instâncias governamentais. Na Rocinha há uma grande concentração de investimentos das iniciativas pública e privada que reflete, tanto o resultado de muitos anos de organização comunitária, quanto o uso da visibilidade física e cultural dessa favela como publicidade de uma plataforma eleitoral ou, mais recentemente, comercial. A infra-estrutura com maior grau de distribuição e eficiência também pode indicar o tempo de ocupação da área, pois quanto mais conectado aos sistemas urbanos mais antigo pode ser o setor, por concentrar investimentos de governos diferentes e ações de programas diversos. As construções são valorizadas pelo acesso à infra-estrutura pública e participam de um mercado imobiliário informal (Leitão, 2004), assim, as residências de famílias com a renda mais baixa acabam sem saneamento básico, numa dinâmica de negociação da melhoria segundo a lógica de localização residencial urbana (Abramo, 2001).

Considerações finais

Proposta para uma abordagem sistematizada

Este estudo é uma tentativa de sistematizar uma aproximação da complexa composição formal das favelas cariocas. Entendemos que através desta sistematização é possível elaborar análises de uma favela que seja objeto de projeto sem perder as especificidades do lugar, ou seja, sem generalizações, mas ao mesmo tempo observando similaridades. Assim, esta sistematização poderia gerar uma base para análises de caráter comparativo ou por outro lado, gerar um estudo preliminar para projeto de urbanização e investimento em um recorte urbano específico.

O Quadro 01, a seguir, articula as categorias de análise apresentadas nesta dissertação. É um esquema que, como tal, corre o risco de simplificar em demasiado conceitos que individualmente já são muito complexos. Ainda assim, com o intuito de contribuir para o estudo da *forma-conteúdo* (Santos, 2008) das favelas cariocas propomos a combinação abaixo e seu desdobramento.

A topografia e outras características naturais do sítio onde está implantada cada habitação estão intimamente relacionadas ao valor do solo urbano e ao poder de escolha da localização da moradia. A ocupação de espaços estigmatizados no Rio de Janeiro, como morro, mangue, baixada ou vala por uma população de baixa renda e acesso limitado a condições de crédito expõe esse grupo a uma série de riscos geológicos e outros relacionados à dificuldades de urbanização adequada. Ainda assim, tais riscos, numa avaliação feita por cada indivíduo, podem ser compensados por recursos como oportunidades de trabalho e estrutura familiar.

Conteúdo Forma (Kostof, 1991)	SUB-CIDADANIA (DaMatta, 1987)	RUGOSIDADE/ RELAÇÃO CENTRO- PERIFERIA (Santos, 2003)	TRIBALIZAÇÃO HETEROTOPIA (Gomes, 2002) (Campos, 2005)	LOCALIZAÇÃO (Abramo, 2001) (Leitão, 2004)
Topografia e características do sítio	Baixa acessibilidade. Exposição a riscos geológicos	Proximidade do centro	Ocupação de espaços estigmatizados: morro, mangue, baixada, vala.	Valor do solo urbano
Parcelamentos	Poucos espaços públicos Posse precária	Condições de compra Origem rural	Limites variáveis entre os lotes e vias públicas	Sub-divisão dos lotes para geração de renda: Verticalização ou lotes menores
Padrões	Relação familiar configura padrões parecidos	Escassez de recursos e técnica convencionais Usos e tradição como recursos	Configuração diferenciada de outros padrões urbanos	Adequados à renda das famílias
Fusão	Aproximação ou distinção de áreas ocupadas por interesses políticos diversos	Força atrativa do centro	Similaridade ou distinção de interesses e hábitos	Expansão da área ocupada para geração de renda
Leis e cultura	Relativização dos direitos e deveres	Referência em códigos das leis do centro	Estratégias de adaptação das normas	Lapsos e omissões das normas urbanísticas

Quadro 01 – Forma-conteúdo: categorias de análise x contextualização.

As características do parcelamento do solo também estão relacionadas ao valor do solo urbano. A divisão dos lotes é uma importante forma de geração de renda assim como a criação de solo pela verticalização das edificações. Essa dinâmica funciona a despeito da precária garantia da posse na favela e talvez por esse fator entre outros, os limites entre os lotes e também entre estes e os espaços públicos seja tão efêmero e variável.

Os espaços “sem dono” que nos bairros normais são áreas de uso comum ou público acabam por ser reduzidas ao mínimo frente à pressão dos moradores por mais área para cada residência e menos para circulação e outros usos coletivos.

Constatamos que as condições de compra e venda tendem a repetir os termos das negociações convencionais apesar de diferenças como a importância da relação de familiaridade e a precária garantia de posse frente à poderes maiores como o Estado ou a força armada do tráfico de drogas. Nesses casos é flagrante a fragilidade da cidadania de quem vive nas favelas.

Observamos que de fato as favelas configuram um padrão diferenciado de outros conjuntos urbanos e ainda, que em cada favela são encontradas outras configurações. Podemos propor uma pesquisa que busque construir uma base de dados para testar possíveis fatores que contribuem para tais arranjos como a escolha da localização e o tamanho das habitações em relação à rendas das famílias ou à influência do conhecimento técnico e da escassez de recursos na forma construída. Ainda poderíamos sugerir a relação familiar e tradições locais como fatores que podem ter impacto para especificidades como técnicas construtivas, materiais de acabamento e sistemas de saneamento até a compartimentação interna.

Os movimentos de expansão da área ocupada por uma favela também podem ser considerados como uma especificidade das favelas. Observando a morfologia das favelas podem ser encontradas indicações dos vetores de crescimento e dos processos de fusão de favelas com favelas vizinhas, com bairros adjacentes ou áreas não construídas como reservas verdes e terrenos abandonados, importantes dados para embasar decisões de projeto e investimento público. Também pode-se pesquisar o impacto de interesses políticos que fundem ou dividem áreas faveladas configurando os “complexos”. Também pode ser pesquisada a força de atração do “centro” urbano, ou seja, dos lugares onde há oportunidade de trabalho. Pode-se observar na morfologia o adensamento ao longo dos percursos que levam a essa direção, por exemplo. Um outro aspecto desse estudo

poderia ser a valorização do solo pela própria favelização e pela infra-estrutura, que mesmo mal implantada, que pode tornar mais atraente a escolha por uma localização. Um outro vetor de expansão pode ser o crescimento impulsionado por essa valorização do solo e sua comercialização.

Por fim, como vimos, aspectos do âmbito sócio-cultural também são fatores de configuração da forma urbana e das favelas. No caso das favelas, a relativização da cidadania dá margem a uma série de estratégias de adaptação que preenchem lapsos e omissões das normas urbanísticas da cidade. Novos códigos podem ser implantados por cada grupo de acordo com especificidades locais, mas sem perder de vista os códigos e leis convencionais. Conhecer esses códigos e usos pode ser fundamental para o sucesso do trabalho do urbanista, já que num ambiente com um frágil sistema de direito a participação dos moradores no processo de decisão pode garantir a coerência com usos pré-existentes.

Cenários para a Rocinha – contribuição do urbanista

Podemos esboçar alguns cenários para a Rocinha, sempre sob a ótica do urbanista, como uma projeção a partir das constatações desta análise. No que se refere ao impacto da topografia percebemos que ainda serão necessários diversos investimentos públicos de alto custo para compensar as dificuldades impostas pelo sítio. Uma outra medida possível seria a divulgação de conhecimento técnico para condições mínimas de segurança e salubridade da construção. Essas medidas acompanhadas de um programa sólido de regularização fundiária podem levar a Rocinha a um patamar melhor de renda familiar e qualidade de cidadania.

A existência de um mercado imobiliário dinâmico é uma amostra do potencial desse nicho na economia local. Além disso, a própria garantia da posse já seria um potencializador para investimento das famílias na moradia e também uma importante forma de garantia de crédito. Uma outra tendência é o investimento no revestimento e

acabamento externo das edificações observado nos padrões do Eixo e da Malha que pode passar a ser uma prática nas outras áreas no caso da implantação de um programa de regularização fundiária.

A partir da análise dos quatro padrões de configuração identificados na Rocinha (Malha, Eixo, Periferia e Alta densidade) percebemos algumas tendências que podem servir para embasar decisões de novos investimentos públicos e particulares na área. No âmbito do investimento público há que se ponderar que as áreas de ocupação esparsa constituem vetores de expansão e alvo de ação de posseiros. Nesse sentido, pudemos constatar nesta pesquisa a pressão para expansão e adensamento das bordas da área construída, especialmente dos setores Macega, Laboriaux, Portão Vermelho e Vila Verde, da ocupação da área de mata atlântica e também da borda junto aos bairros adjacentes, Gávea e São Conrado.

Se de um lado o Estado precisa tratar da implantação de saneamento básico, segurança geotécnica e outras obrigações, também é fundamental verificar com precisão o processo de ocupação dessas áreas e acompanhar a implantação das novas moradias tendo em vista o processo de adensamento e verticalização observado no padrão predominante, o de Alta Densidade.

Quanto a propostas de implantação de novos códigos e normas como, por exemplo, uma normatização construtiva, entendemos que se a intenção é que realmente sejam cumpridas precisarão ser formuladas num processo do tipo participativo para que as novas normas sejam implantadas num espírito o mais próximo possível do consenso. De outra forma serão novas leis do tipo que “não pega”. Nesse sentido, interpretamos que medidas como o Eco-limite não funcionaram como o esperado, sendo absorvidas como mais um componente na complexa composição da favela. Um novo muro tem poucas chances de prevalecer como controle de expansão, e entendemos que mais importante seria a divulgação dos benefícios em conter essa expansão e o impacto no conjunto dos moradores e também em cada indivíduo.

Bibliografia

- ABRAMO, Pedro. *Mercado e ordem urbana: do caos à teoria da localização residencial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil – FAPERJ, 2001
- ABRAMO, Pedro; FARIA, T. C. . *Programa Favela-Bairro: Valorização Imobiliária e Mobilidade Residencial*. In: Intervenções locais e regionais e suas consequências sócio-espaciais. Resumos. Niterói. v. 1, 1997.
- ABREU, Maurício de. *A Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987
- ABREU, Maurício de. *Reconstruindo uma História Esquecida: Origem e Expansão Inicial das Favelas do Rio de Janeiro*. In: Espaços & Debates nº37. S.P., 1994
- ABREU, Maurício de. *A favela está fazendo 100 anos - Sobre os caminhos tortuosos da construção da cidade*. In: Anais do V Encontro Nacional da ANPUR, Belo Horizonte, 1993
- ABREU, Maurício de.; VAZ, Lilian Fessler. *Sobre a origem das favelas*. In: Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR. Salvador, 1991
- ABREU, M. de A. *Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro*. In Espaço e Debates. São Paulo: NERU, nº37, pp34-46, 1994
- ANDRADE, Luciana da Silva. *Espaço público e favela: uma análise da dimensão dos espaços coletivos não-edificados da Rocinha*, Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGG-UFRJ, 2002
- BAUMANN Burgos, Marcelo. *Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*. In: Zaluar; Alvito. 1998.
- BENETTI, Pablo César. *Violência e projeto urbano em favelas*. Vitruvius – Arqtextos 048, 2004. Disponibilizado em: http://www.vitruvios.com.br/arqtextos/arq048/048_00.asp Acessado em 03.05.2009
- BERENSTEIN-JACQUES, Paola. *Estética das favelas*. Vitruvius - Arqtextos 013 junho 2001. Disponibilizado em :<http://www.vitruvios.com.br/arqtextos/arq000/esp078.asp> Acessado em 03.05.2009
- BERENSTEIN-JACQUES, Paola. *A Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001
- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 2004
- BONDUKI, Nabil et alli. *Arquitetura e Habitação Social em São Paulo: 1989/1992*. São Carlos: EESC/USP, 1993
- BORGES, Marcelo B. *Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas Públicas nas favelas do Rio de Janeiro*. In: Um século de favela. Zaluar e Alvito. Rio de Janeiro: Ed FGV, 1998.
- CARR, Stephen; FRANCIS, Mark; RIVLIN, Leanne G.; STONE, Andrew M. *Public Space*. New York: Cambridge University Press. 1995

- CAMPOS, Andrelino. *Do quilombo à favela: a produção do espaço criminalizado no R.J.* Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2005
- CULLEN, Gordon. *Paisagem Urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- DAMATTA, Roberto. *A Casa e a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987
- DEL RIO, Vicente. *Against the tide: upgrading and expanding a favela; the case of Favela da Maré, Rio de Janeiro*. Joint Center for Urban Design/ Oxford Polytechnic, 1981
- DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Ed. Pini, 1990.
- DUARTE, Cristiane Rose; COSTA, Lucia *Perception of precariousness in the urban environment*. Traditional dwellings and settlements review. Berkley., 1994
- FERREIRA, Flávio. *Sobre consolidação de favelas*. In: Instituto de Planejamento Municipal - Rio de Janeiro. 4 Estudos: consolidação de favelas, favelas cariocas, regularização de loteamentos, rendimentos no Rio. R. J.,: IPLANRIO. 1986
- FERREIRA dos Santos C.N. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981
- FERREIRA dos Santos C.N. *Um tema dos mais solicitados: como e o quê pesquisar em favelas*. in: Revista de Administração Municipal, nº 161, out./dez, 1981.
- FERREIRA dos Santos C.N. *Seis idéias errôneas sobre favelas*. In: Revista de Administração Municipal, nº 184, jul./set 1987.
- FERREIRA, Sergio; VELLOSO, Luciana. *A Economia do Tráfico na Cidade do Rio de Janeiro: uma tentativa de calcular o valor do negócio*. Sub-Secretaria de Estudos Econômicos. Rio de Janeiro: SEFAZ-RJ NT – 2008.35, 2009
Disponibilizado em: http://www.fazenda.rj.gov.br/portal/ShowBinary/BEA_Repository/site_fazenda/transpFiscal/estudoseconomicos/pdf/NT_2008_35.pdf. Acessado em: 23.05.2009
- FRANÇA, Elisabete; BAYEUX, Gloria. *Favelas Upgrading. A cidade como integração dos bairros e espaço de habitação*. Vitruvius - Arquitectos 027 agosto 2002. Disponibilizado em: http://www.vitruvios.com.br/arquitectos/arq027/027_00asp Acessado em 03.05.2009
- GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Brasiliana, 1965.
- GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002
- GOMES, Paulo César da Costa. *Estranhos vizinhos. O lugar da favela na cidade brasileira*. Anuário Americanista Europeu, Paris, França, v. 1, n. 1, p. 171-178, 2003.
Disponibilizado em: [http://www.red-redial.net/doc/Partie2_\(Gomes_171-177\).pdf](http://www.red-redial.net/doc/Partie2_(Gomes_171-177).pdf) .
Acessado em: 04.03.2008
- HABRAKEN, N. J. *The Structure of the Ordinary: form and control in the built environment*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1998

- INSTITUTO PEREIRA PASSOS. *Planos urbanos do Rio de Janeiro Século XIX* Rio de Janeiro: IPP, 2008
- JAUREGUI, Jorge Mario. *Estratégias de articulación urbana – Proyecto y Gestion de Asentamientos Perifericos em America Latina. Un Enfoque Transdisciplinario*. Serie Difusion, nº16. FADU 2003
- KOHLSDORF, Maria Elaine. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: Editora UnB, 1996
- KOSTOF, Spiro. *The City Shaped: Urban Patterns and Meanings Through History*. London: Thames and Hudson Ltda, 1991
- LEEDS, Elizabeth. *Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira – ameaças à democratização em nível local*. In: Zaluar, Alba & Alvito, Marcos. *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- LEITÃO, Gerônimo. *Dos barracos de madeira aos prédios de quitinetes: uma análise do processo de produção da moradia na favela da Rocinha, ao longo de cinquenta anos*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGG-UFRJ, 2004.
- LUDEÑA, Wiley. *Leticia, urbanismo y teoría del caos. Fragmentos y poética*. In: *Urbes - revista de ciudad, urbanismo y paisage*. Nº 1. Lima. 2003
- LYNCH, Kevin. *A Boa Forma da Cidade*. Lisboa: Edições 70.1981
- LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes. 1997
- MAGALHÃES, Sergio. *A cidade na incerteza: ruptura e contigüidade*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley / PROURB , 2007
- MARICATO, Ermínia. *Autoconstrução, a arquitetura possível*. In: MARICATO, E. (org.) *A Produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982
- MARICATO, Ermínia. *Estatuto da cidade*. In: *Cadernos de Urbanismo*, Ano 3, nº 4. Rio de Janeiro: SMU, 2001
- NICHOLSON, Walter. *Microeconomic Theory. Basic principles and extentions*. USA: South Western, 2002.
- OLIVEIRA Reis, José de. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos - evolução urbanística da cidade*. Volume 3. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade, 1977.
- PANERAI, Philipe. *Paris métropole, formes et échelles du Grand- Paris*. Paris: Editions de la Villete, 2008
- PASTERNAK, Suzana. *A favela que virou cidade* In: *CIDADE ILEGAL*. Org: Marcio Moraes Valença. Rio de Janeiro: Mauad, 2008
- PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997
- RESENDE, Vera F. *Planos e regulação urbanística: a dimensão narrativa das intervenções na cidade do Rio de Janeiro*. In: *CIDADE: história e desafios*. Org: LIPPI, Lúcia Oliveira (org). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002. p. 256-281. Disponibilizado em: <http://www.cpdoc.fgv.br>
- ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Editora Martins Fontes, [1966] 1995

- SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 1979. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1979
- SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Ed Nobel, 1985
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: ed. USP, 2008
- SEGALA, Lygia. *O Riscado do Balão Japonês: Trabalho Comunitário na Rocinha (1977-1982)*. Dissertação. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991. (2 vs)
- SILVA, Jailson. *Memória e identidades: as comunidades populares em uma cidade plural*. In: Comunicações do ISER, nº 59 ano 23. Rio de Janeiro. 2004
- SILVA, Maria Lais Pereira da. *Favelas de Rio de Janeiro localização e expansão através do espaço urbano (1928-1961)* In: Rio de Janeiro formas, movimentos representações: estudos de geografia histórica carioca. Org: ABREU, Mauricio de Almeida. Rio de Janeiro: Ed. Fonseca Comunicação, 2005
- SILVA, Maria Laís P. da. *Olhando a História para Entender o que é Realmente novo no Presente*. In: Anais do Fórum Habitar 2000: Produção da habitação popular na América Latina – avaliações e Propostas para o Século XXI. Salvador: FAUFBA – CONDER / SEPLANTEC-BA, 2000
- SILVA, Maria Lais Pereira da, *Favelas Cariocas, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- VALLADARES, Licia. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar. 1978
- VALLADARES, Licia do Prado (org). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- VALLADARES, Licia do Prado; SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel . *O Rio de Janeiro em teses: catálogo bibliográfico (1960-1990)*. Rio de Janeiro : UERJ, 1992
- VALLADARES, Licia do Prado; MEDEIROS, Lidia. *Pensando as favelas do Rio de Janeiro, 1906-2000: uma bibliografia analítica*. Rio de Janeiro: Relume Dumara : FAPERJ : URBANDATA, 2003
- VALLADARES, Licia do P. *Do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2005.
- VAZ, Lilian Fessler. *Habitações Coletivas no Rio Antigo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1985
- VAZ, Lílian Fessler. *Favelas cariocas, um tema comum a Dodsworth e Lacerda*. In: Rio Estudos em 144. IPP. 2005. Disponibilizado em : [http:// www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos). Acessado em:03.05.2009
- VAZ, Lilian Fessler; BERENSTEIN-JACQUES, Paola. *Formas urbanas de favelas cariocas*. A sair, in: Suburban Form in the 20th Century. Org. Stanilov,K e Sheer,B. Ed. Routledge.
- VAZ, Lilian Fessler. *Apontamentos para uma história de bairros da cidade do Rio de Janeiro* – Universidade de Guadalajara – Colóquio de História Urbana – Lagos de Moreno, Jalisco, Septiembre 1996.

VAZ, Lilian Fessler; BERENSTEIN-JACQUES, Paola. *Pequeno histórico das favelas no Rio de Janeiro*. R.J.2002 Disponível em: www.anf.org.br Acessado em 03.05.2009

ZALUAR, Alba. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Revan- UFRJ. 1994

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs). *Um Século de Favela* 1998. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

Relatórios técnicos

Relatório Conhecendo a Rocinha. M&T Arquitetura e Urbanismo. EMOP. 2008

Relatório Plano de Intervenção PAC Rocinha. M&T Arquitetura e Urbanismo. EMOP. 2008

Cartografia de Risco Quantitativo a Escorregamento em Setores de Assentamento Precário na Cidade do Rio de Janeiro. GEO-Rio,2004.

Disponível em: www.cidades.gov.br/index.php?option=content&task=category&id=600.
Acessado em: 05.09.2007

Diagnóstico Sócio-Econômico Rocinha, Volume I – Síntese. PNUD - Fundação Bento Rubião. 2006.

Diagnóstico Sócio-Econômico Rocinha, Volume II – Síntese. PNUD - Fundação Bento Rubião. 2007.

Diagnóstico Sócio-Econômico Rocinha, Volume III – Diagnóstico por ZTs. PNUD - Fundação Bento Rubião. 2006.

Diagnóstico do Programa Favela-Bairro Vila Joaniza. SMH, Prefeitura do Rio de Janeiro. 2003

Diagnóstico do Programa Favela-Bairro Vila Croácia – Coréia. SMH, Prefeitura do Rio de Janeiro. 2002.

Diagnóstico do Programa Porto do Rio. Morro do Pinto. SMH, Prefeitura do Rio de Janeiro. 2002.

Tabela 2642. Armazém de Dados. IPP – Prefeitura do Rio de Janeiro.
Disponível em: www.armazemdedados.rio.rj.gov.br Acessado em: 05/01/2009.

Metodologia do Censo 2000. IBGE.

Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/metodologia/metodologiacerenso2000.pdf. Acessado em 14/08/2008.